



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Nutrição

Rute Ramos da Silva Costa

**Em busca das concepções do saudável: a fala de gestores e
responsáveis técnicos do Programa Nacional de Alimentação
Escolar**

Rio de Janeiro

2012

Rute Ramos da Silva Costa

Em busca das concepções do saudável: a fala de gestores e responsáveis técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Alimentação, Nutrição e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvia Angela Gugelmin
Coorientadora: Prof.^a Dra. Luciana Maria Cerqueira Castro

Rio de Janeiro
2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C837 Costa, Rute Ramos da Silva.

Em busca das concepções do saudável: a fala de gestores e responsáveis técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar / Rute Ramos da Silva Costa. – 2012.

170 f.

Orientadora: Silvia Ângela Gugelmin.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição.

1. Crianças - Nutrição - Teses. 2. Merenda escolar – Aspectos nutricionais – Teses. 3. Promoção da saúde – Teses. 4. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil) – Teses. I. Gugelmin, Silvia Ângela. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição. III. Título.

rc

CDU 613.22

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Rute Ramos da Silva Costa

Em busca das concepções do saudável: a fala de gestores e responsáveis técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Alimentação, Nutrição e Saúde.

Aprovada em 25 de abril de 2012.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Luciana Maria Cerqueira Castro
Instituto de Nutrição - UERJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Silvia Angela Gugelmin (Orientadora)
Instituto de Nutrição - UERJ

Prof.^a Dra. Daniela Sanches Frozi
Instituto de Nutrição - UERJ

Prof. Dr. Alexandre Brasil Fonseca
Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde-
NUTES/UFRJ

DEDICATÓRIA

Everything comes from Him; Everything happens through Him; Everything ends up in Him. All victory to Him forever!

AGRADECIMENTOS

Aos responsáveis técnicos e gestores que me receberam e compartilharam suas experiências comigo.

À Beatriz Boa, Valéria Terra, Valéria Vieira, Camila Maranhã, amigos do mestrado e do Hospital Estadual Albert Schweitzer pela torcida.

Aos profissionais (professores, técnicas e estagiárias) que compõe o NUCANE e o comitê da REANE, um grupo talentoso, eficiente e acolhedor. Obrigada por compreenderem minhas ausências e torcerem pela minha vitória.

Agradeço aos meus amigos e irmãos Iarumos Batista Borges da Silva, Elzinha Borges da Silva, Michelle Pereira Carneiro e Marcelo Pontes Carneiro, Marijoe Braga Alves Simões e Marinho Simões, Erica Vieira Santos e Julio França, Anderson Santos e Eloiza Sigolo Santos.

Às amigas Lívia Maria, Perla Cordeiro e Marli Rocha, pelo companheirismo e apoio ilimitados.

À minha querida Inês Rugani (amore), que me acompanhou nos primeiros passos do mestrado.

À minha co-orientadora Luciana Castro por ter me apoiado e instruído em tudo o que necessitei.

À minha orientadora Silvia Gugelmin, por ter me acolhido e caminhado comigo. Por disponibilizar seu tempo, dedicação, paciência e cuidado. Eu e minha família seremos eternamente gratos por TUDO o que fez por nós.

A minha amada vovó Perpétua pelo carinho e preocupação.

À minha querida irmã Raquel que me honra a cada dia com amizade, cuidado e carinho.

Aos meus pais pelo estímulo, apoio e compreensão.

Agradeço a Deus por sua doce presença, seu consolo e orientação.

RESUMO

COSTA, Rute Ramos da Silva. *Em busca das concepções do saudável: a fala de gestores e responsáveis técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Dentre as políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se apresenta como um espaço privilegiado para promoção de alimentação saudável. Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo compreender as concepções de "alimentação saudável" e "promoção da alimentação saudável" dos atores que estão diretamente envolvidos na gestão e execução do PNAE. Realizaram-se entrevistas individuais com 22 representantes do PNAE de 11 municípios do estado do Rio de Janeiro. Os resultados encontrados mostram que o discurso sobre "alimentação saudável" dos gestores e responsáveis técnicos (RT) tem forte influência do saber técnico de nutrição, apesar de associarem outras dimensões como a cultura, a economia e a agricultura. Para os gestores a promoção da alimentação saudável ultrapassa as questões relacionadas à aquisição de conhecimento, e levantam os aspectos relacionados ao acesso à alimentação saudável, aos serviços públicos de saúde e a renda. Já no discurso dos RT, a promoção da alimentação saudável está predominantemente relacionada à transmissão do conhecimento técnico no intuito de provocar mudanças de hábitos à nível individual. Tanto os gestores quanto os RT quando exemplificam a promoção da alimentação saudável, remeteram ao PNAE como um espaço que possibilita a execução dessas ações. Finalmente, pontua-se o desafio de ampliação do conceito de alimentação saudável e promoção da alimentação saudável no discurso e prática desses atores incorporando noções de direito à alimentação adequada, cidadania, entre outros.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Promoção da alimentação saudável. Alimentação escolar

ABSTRACT

Among public policies of food and nutrition in Brazil, the universal and free school feeding program (Programa Nacional de Alimentação Escolar, or PNAE) presents itself as a privileged space for promotion of healthy eating. Thus, the objective of this study was to understand the view of the actors who directly involved in managing and implementing of the Program about healthy eating and promotion of healthy eating. For this interview 22 representatives of the PNAE of 11 municipalities in the state of Rio de Janeiro. The results show that the speech on "healthy eating" of the managers and technical managers (RT) has strong influence of technical knowledge of nutrition, associating although other dimensions such as culture, economy and agriculture. For managers to promote healthy eating beyond issues related to acquisition of knowledge, and raise the aspects related to access to food healthy, to public healthy and income. In the discourse of RT, the promotion of healthy eating is predominantly knowledge related to the transmission technician in order to cause changes habits at the individual level. Both managers and RT illustrate the PNAE as the space that allows the implementation these actions. Finally, we points to the challenge expansion of the concept of eating healthy and promotion of eating healthy discourse and practice of these actors incorporating notions of human right to adequate food, citizenship, among others.

Keywords: Eating healthy. Promotion of eating healthy. Feeding school.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Parâmetros numéricos mínimos de referência para nutricionista do PNAE, por entidade executora, para educação básica e carga horária técnica mínima semanal (CFN 465, 2010).....	24
Quadro 2 - Nome dos municípios e pseudônimos dos sujeitos da pesquisa.....	59
Quadro 3 - Perfil dos Responsáveis Técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar entrevistados e seu vínculo com a Entidade Executora.....	61
Quadro 4 - Perfil dos gestores de alimentação escolar e vínculo com a Entidade Executora.....	62
Quadro 5 - Perfil do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios entrevistados.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda
EE	Entidade Executora
EJA	Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FNDE	Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
INAN	Instituto nacional de Alimentação e Nutrição
INU	Instituto de Nutrição
MEC	Ministério da Educação
NUCANE	Núcleo de Alimentação e Nutrição Escolar
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
P P G	Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde
ANS	
PSE	Programa Saúde na Escola
REANE	Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar
RT	Responsável Técnico
SAE	Semana de Alimentação Escolar
SEA	Semana de Educação Alimentar
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNDIME	União de Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	REVISÃO DA LITERATURA	14
1.1	As veredas da alimentação escolar	14
1.1.1	<u>Desde as primeiras iniciativas até a concepção de um Programa Nacional de Alimentação Escolar</u>	14
1.1.2	<u>De 2003 até os dias atuais</u>	17
1.1.3	<u>A descentralização: o novo formato de gestão do PNAE</u>	20
1.1.4	<u>Estrutura técnico-organizacional</u>	22
1.1.5	<u>A terceirização da alimentação escolar</u>	25
1.2	Alimentação saudável	27
1.2.1	<u>Saúde: para pensar ?alimentação saudável?</u>	27
1.2.2	<u>A alimentação e sua estreita relação com a saúde</u>	30
1.2.3	<u>Alimentação saudável sob o ponto de vista dos documentos que orientam o PNAE</u>	32
1.3	Promoção da alimentação saudável	38
1.3.1	<u>Promoção da saúde: para pensar a promoção da alimentação saudável</u>	38
1.3.2	<u>Promoção da Alimentação Saudável no âmbito do PNAE</u>	42
1.3.2.1	Ações de incentivo.....	43
1.3.2.2	Ações de apoio.....	45
1.3.2.3	Ações de proteção.....	47
1.3.2.4	Ações de monitoramento.....	49
1.3.2.5	Ações intersetoriais.....	51
2	PERCURSO METODOLÓGICO	52
2.1	Caracterização do estudo	52
2.2	Aspectos operacionais: seleção dos municípios e entrevistas	53
2.3	Análise das entrevistas	58
2.4	Aspectos éticos	58
3	CONTEXTOS DA PESQUISA	60
3.1	Os lugares, o PNAE e os atores	60
3.1.1	<u>Metropolitano A</u>	65
3.1.2	<u>Metropolitano B</u>	68
3.1.3	<u>Sudoeste A</u>	70
3.1.4	<u>Sudoeste B</u>	73
3.1.5	<u>Sul Fluminense</u>	75
3.1.6	<u>Serrano A</u>	77

3.1.7	<u>Serrano B</u>	80
3.1.8	<u>Litorâneo A</u>	81
3.1.9	<u>Litorâneo B</u>	83
3.2	Noroeste A	85
3.2.1	<u>Noroeste B</u>	86
3.3	Experiência no campo: um infinito de vivências que imprimiram marcas	89
4	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: A ÓTICA DOS ATORES SOCIAIS QUE COORDENAM O PNAE	96
4.1	O olhar do gestor: Balanceada, é o que todas as nutricionistas dizem!	96
4.2	Alimentação saudável sob a ótica do RT: É o ?certinho? da faculdade!	114
5	PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA PERSPECTIVA DOS GESTORES E RT DO PNAE	130
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICE A - Listagem dos municípios que compõe cada região do estado do Rio de Janeiro, o número de habitantes e a frequência de participação em atividades da Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar - REANE.....	166
	APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	169
	APÊNDICE C - Roteiro da entrevista semi-estruturada.....	170

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar as concepções de alimentação saudável e promoção da alimentação saudável de gestores e responsáveis técnicos (RT) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de municípios do estado do Rio de Janeiro. Na busca dessas concepções construímos as seguintes finalidades específicas: conhecer o que gestores e RT do PNAE compreendem como alimentação saudável e promoção da alimentação saudável; conhecer as ações promovidas por estes atores sobre alimentação saudável nas escolas e identificar se eles reconhecem o PNAE como um espaço para promoção da alimentação saudável.

O RT e o gestor de alimentação escolar são os profissionais que estão diretamente envolvidos na organização, coordenação, supervisão, execução e avaliação do PNAE nos municípios, isso os torna “peças fundamentais” na implementação e ou ampliação das ações de promoção de alimentação saudável no contexto escolar. Assim, as concepções que estes atores têm sobre “alimentação saudável” podem estar diretamente relacionadas com o desenvolvimento das ações de promoção da alimentação saudável na escola.

Garcia (1997), ao pesquisar as representações sociais e práticas de cuidados com a alimentação e a saúde a partir dos discursos de trabalhadores de escritório na cidade de São Paulo, identificou dois eixos básicos sobre alimentação saudável. Segundo a autora, as idéias a respeito da alimentação saudável perpassam os malefícios e os benefícios de certos alimentos e os elos de causalidade entre alimentação e doença. Ou ainda, em menor escala, pode estar associada aos gostos, as preferências e ao prazer da ‘comida’, significando formas de pensar o cuidar-se.

A alimentação, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), tem sido considerada um dos pré-requisitos indispensáveis para a saúde, como se lê na Carta de Ottawa (OMS, 1986). Sendo assim, a criação de condições favoráveis a saúde do indivíduo e coletividades, implica o desenvolvimento de ações destinadas a fortalecer o acesso de pessoas a recursos e meios que lhe garantam uma alimentação saudável e adequada.

Promover alimentação saudável é, portanto, promover saúde. Tomando como base o conceito de promoção da saúde da OMS (WHO, 1998) é possível sugerir que a promoção da alimentação saudável também seja um processo social e político, que envolve ações direcionadas ao fortalecimento das habilidades e capacidades dos indivíduos e à mudança das condições sociais e ambientais e econômicas, que trazem prejuízos a saúde de indivíduos e coletividades.

Por muito tempo as campanhas de promoção de alimentação saudável no Brasil não abarcavam a complexidade inerente ao tema. Essas campanhas estavam centradas na idéia de ignorância alimentar e desnutrição e no desenvolvimento de instrumentos que ensinassem a população pobre a comer, corrigindo os hábitos alimentares considerados prejudiciais à sua saúde (AQUINO, 2006).

Essa forma de abordar a promoção da saúde ainda permanece nos dias atuais. Ainda que haja um ampliar das ações que perpassam a promoção da alimentação saudável, consideramos ser necessário que as perspectivas sobre a alimentação saudável e promoção da alimentação saudável sejam largueadas para além de como esta vem sendo tratada historicamente no campo das políticas de saúde, alimentação e nutrição.

Em conformidade a afirmação anterior, Lang, Berling e Caraher (2009) propõem que as políticas públicas que atuam na promoção da saúde devem envolver não só as questões biológicas, mas também os temas sustentabilidade ambiental e justiça social, a fim de construir respostas que proporcionem a melhoria das condições de vida da população. Assim, promover saúde por intermédio da promoção da alimentação saudável se mostra como um desafio, pois conforme afirmam Cannon e Leitzmann (2005) estamos diante de uma complexidade das questões alimentares no mundo atual.

Por outro lado, temos que o PNAE é um dos exemplos mais significativos, dentre as políticas de alimentação e nutrição que objetivam a promoção de saúde por meio da alimentação no Brasil. No estado do Rio de Janeiro diversas ações vêm sendo desenvolvidas e destacamos as realizadas pelo Núcleo Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (NUCANE¹) com vistas a qualificação das ações de

¹ O NUCANE foi criado com o objetivo de potencializar as ações de qualificação do PNAE e de promoção da alimentação saudável nas escolas nos municípios do estado do Rio de Janeiro. Um dos projetos coordenados pelo NUCANE é denominado "Qualificação das ações de alimentação e nutrição na rede pública de ensino básico dos municípios do Estado do Rio de Janeiro". O desenho deste projeto engloba desenvolvimento de projetos de pesquisa em alimentação e nutrição escolar envolvendo alunos do programa de pós-graduação

alimentação e nutrição na rede pública de ensino básico dos municípios do Estado do Rio de Janeiro para fomentar o diálogo sobre promoção da alimentação saudável no âmbito do PNAE. Algumas ações empenhadas por este Núcleo envolvem: (a) a qualificação técnica dos técnicos responsáveis pelo PNAE e demais atores sociais envolvidos nesse Programa nos municípios do estado do Rio envolvidos; (b) o estímulo da articulação e troca de experiências entre os municípios do estado do Rio no campo da alimentação e nutrição escolar; (c) o estímulo da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar das redes públicas de ensino básico dos municípios do estado do Rio de Janeiro; e (d) o fomento ao ensino em nível de graduação e a produção de conhecimento no âmbito da alimentação e nutrição escolar.

O interesse pelas concepções de alimentação saudável dos RT e gestores foi construído pouco a pouco nas e pelas minhas experiências como nutricionista de apoio técnico do NUCANE. O envolvimento com a construção e consolidação da Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE²) permitiram o acesso a conteúdos referentes ao PNAE e o conhecimento de experiências e desafios encontrados por gestores e responsáveis técnicos na gestão do PNAE. O resultado desta aproximação gerou algumas reflexões sobre o processo de trabalho dos profissionais que coordenam e executam o PNAE dos municípios do Rio de Janeiro, e como se dá a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede pública municipal de educação básica.

Com base nessa vivência construímos as seguintes questões norteadoras para o presente estudo: Os gestores e responsáveis técnicos reconhecem o PNAE como um espaço de possibilidades para o desenvolvimento de ações de promoção alimentação saudável? Quais são os desafios e as oportunidades existentes nos PNAE dos municípios no que se refere à promoção da alimentação saudável?

Com este estudo pretendemos nos aproximar do discurso dos RT e gestores de alimentação escolar com o intuito de compreender como os temas alimentação

Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A presente pesquisa está inserida como um dos projetos nesta vertente.

² A REANE, concebida e coordenada pelo NUCANE, é composta por duas instâncias: um comitê executivo e uma plenária. O comitê executivo da REANE foi estabelecido por meio de convênio de cooperação técnica entre a UERJ e diversas instituições de saúde e educação do estado do Rio de Janeiro. Já as plenárias da REANE ocorrem semestralmente e contam com a participação das equipes técnicas do PNAE de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. Nestas plenárias, temas afins ao PNAE são debatidos e são criados espaços que possibilitam a troca de experiências entre os coordenadores do PNAE.

saudável e promoção da alimentação saudável são incorporados pelos sujeitos no seu cotidiano de trabalho, pois não existem na literatura científica, outros estudos com este público e tema. Além disso, esse mapeamento subsidiará a definição das ações a serem priorizadas para a qualificação das equipes técnicas do PNAE nos municípios do Rio de Janeiro.

Essa dissertação está inserida com um projeto dentro do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, na linha de pesquisa: Políticas, saberes e práticas em alimentação, nutrição e saúde.

A dissertação está organizada em cinco seções, algumas delas com subdivisões, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção traz o estado da arte sobre PNAE, apresentando ao leitor o contexto de onde partiram as falas dos entrevistados; a segunda subdivisão apresenta uma revisão da literatura sobre alimentação saudável que auxilia no entendimento das concepções expostas pelos profissionais que executam e gerenciam o PNAE; e como terceira subdivisão a promoção da alimentação saudável, para a qual tomamos como base inspiradora o produto da Conferência de Ottawa (OMS, 1986).

Na segunda seção descrevemos a metodologia utilizada para selecionar os informantes, os municípios e produzir as informações aqui analisadas.

A terceira seção é constituída da caracterização dos municípios, dos atores entrevistados e da estrutura e dinâmica do PNAE, assim como as impressões da pesquisadora sobre as experiências vividas no campo.

A quarta seção traz os discursos dos gestores e responsáveis técnicos e suas idéias a respeito do tema alimentação saudável. Consideramos nessa construção o discurso dos indivíduos bem como suas atitudes e percepções do cotidiano. Em seqüência, na quinta seção, o consolidado da fala dos entrevistados sobre promoção da alimentação saudável e a relação com o contexto escolar.

Nas considerações finais destacamos a importância de abordagem mais ampliada sobre a alimentação saudável, bem como da promoção da alimentação saudável no âmbito da alimentação escolar nos municípios do Rio de Janeiro.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. As veredas da alimentação escolar

Examinar o histórico de um programa de alimentação tão antigo e dinâmico como PNAE, requer, como explicita Prado (1993): “[...] entender a conjuntura econômica, política e social do país, no momento histórico em que as políticas públicas foram implantadas”.

No entanto, diante do cenário tão complexo que compõem o histórico da alimentação e nutrição em nosso país, enfocamos os marcos mais significativos que influenciaram e balizaram a concepção e a consolidação do PNAE. Não há a pretensão de, nesse capítulo, analisar o PNAE³ em todas as suas dimensões, mas introduzi-lo, a fim de que forneça um contexto de onde surgiram as falas dos entrevistados, para posteriormente compreendermos como os temas alimentação saudável e promoção da alimentação saudável são apreendidos por profissionais que atuam na execução e gerência do Programa.

1.1.1. Desde as primeiras iniciativas até a concepção de um Programa Nacional de Alimentação Escolar

Os primeiros registros que se têm no Brasil sobre a alimentação escolar datam do final do século XIX (L'ABATTE, 1988). Essas foram iniciativas isoladas, de cunho beneficente, da sociedade civil e, posteriormente, há apontamentos de esforços públicos de alguns estados e municípios para a oferta de uma suplementação alimentar aos escolares. Desde sua origem, a preocupação que motivava seus executores, e que alicerçou a concepção básica do programa público, foi a situação de escassez de alimentos vivida pelos escolares.

³ Caso o leitor queira melhor um aprofundamento sobre o histórico do PNAE, é possível encontrar a descrição densa do histórico do programa nos documentos de COIMBRA (1981) e SPINELLI (1997).

A subnutrição no país era um grave problema de saúde pública e as condições alimentares da população eram precárias, como demonstraram os resultados de inquéritos alimentares, coordenados por Josué de Castro, na década de 1930 (L'ABATTE, 1988). Assim, diante da compreensão do problema da desnutrição e da fome, a elaboração de diversos planos e programas visando implantar uma política nacional de alimentação e nutrição passou a ser objeto das políticas governamentais para sanar, pelo menos em parte, os problemas na área social e de saúde pública.

Ainda na década de 1930, o governo Vargas, determinou a criação do Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social, por meio do qual se iniciaram no país as primeiras ações de âmbito federal ligadas à alimentação escolar (TURPIN, 2008). A partir daí a “alimentação escolar” não saiu da pauta de ações dos governos, ainda que nem sempre estivesse como um dos temas prioritários nos planos de governo.

Em seqüência aos fatos marcantes, foi criada, em 1945, a "Comissão Nacional de Alimentação" e, quase uma década depois, a Campanha de Merenda Escolar (CME). Incorporadas entre os seus objetivos estavam à redução da desnutrição do escolar e a melhoria de seus hábitos alimentares (COIMBRA, 1981).

A Campanha Nacional de Merenda (CNME), como passou a ser chamada, até 1959 subsistia com base em doações internacionais de alimentos. Essa cooperação ocorreu por intermédio do Fundo Internacional de Socorro à Infância da Organização das Nações Unidas (ONU), que reunia e repassava o excedente da produção do leite em pó concedido por órgão responsável pelos estoques agrícolas norte americanos (SPINELLI, 1997; BURLANDY; ANJOS, 2007).

A finalidade da CNME era atender a 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos por meio do oferecimento da merenda⁴, para amenizar o problema da desnutrição infantil, reduzir dos índices de absenteísmo, repetência e evasão escolar. Na década de 1950, compreendia-se a desnutrição como o principal influenciador da capacidade de aprendizado do aluno e por isso ofereciam uma suplementação alimentar, ainda que não houvesse regulamentações que abordassem a adequação cultural ou com a aceitabilidade dos alimentos oferecidos (NOGUEIRA, 2005; BURLANDY; ANJOS, 2007; SANTOS et al, 2007).

⁴ Merenda- uma refeição leve, entre duas refeições principais, o almoço e o jantar, ou o que as crianças levam para comer na escola, em geral durante o recreio, segundo definição do dicionário Aurélio.

A CNME foi um programa de gestão centralizada em nível federal e com abrangência nacional, entretanto, sua cobertura ainda era ineficiente e a regularidade do fornecimento da alimentação era baixa (L'ABATTE, 1988).

Na década de 1960, reduziu-se expressivamente a assistência alimentar do exterior e o governo brasileiro assumiu integralmente os custos da alimentação escolar. Neste período o Brasil vivenciava a instalação da ditadura militar de 1964 e um crescimento econômico e industrial. Sendo assim, o governo ofertava aos alunos prioritariamente gêneros formulados produzidos nacionalmente, em especial as sopas e mingaus (NOGUEIRA, 2005).

Nesta mesma época foi lançado o “Programa do Almoço Escolar”, ao invés da merenda, pois por recomendação de pesquisadores e nutrólogos a alimentação escolar deveria ser planejada para atender as necessidades alimentares e nutricionais dos escolares (PIPITONE et al, 1998; SANTOS et al, 2007). Com a mudança na alimentação servida aos escolares a CNME passou a ser intitulado Programa Nacional de Alimentação Escolar (SILVA, 1996).

Entre 1976 e 1980 os planos e programas em alimentação e nutrição foram centralizados no Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, autarquia do Ministério da Saúde. Este propôs programas de suplementação alimentar como o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição que concentrou os seus esforços em privilegiar as regiões mais pobres e assistir aos escolares (L'ABATTE, 1989).

A tentativa do INAN em absorver as atribuições da alimentação escolar não teve êxito (SPINELLI; CANESQUI, 2002). Sendo assim, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão que representava o Ministério de Educação, assumiu a coordenação do PNAE (LEÃO; CASTRO, 2007).

Em 1994, houve mudança no modelo de gestão do PNAE, de centralizada a nível federal para descentralizada, ou seja, o governo federal estabeleceu convênios com o estado e municípios para o repasse financeiro e a transferência das atribuições e responsabilidades (BELIK; CHAIM, 2009).

Em 1997, a FAE e suas representações estaduais foram extintas e substituída, até os dias atuais, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que apresenta como principal atividade a assistência financeira a projetos e programas do ensino básico das escolas públicas (LEÃO; CASTRO, 2007) e o planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação do PNAE.

Estes são os fatos relacionados ao PNAE, desde sua origem nos esforços da sociedade civil, em busca de contribuir para a suplementação alimentar dos alunos mais carentes até o tardio envolvimento governamental. Sua estrutura inicial foi desarranjada e desarticulada, mas persistente, pois mesmo tendo enfrentando períodos de avanços e retrocessos, problemas de ordens financeiras, crises de gestão pública, mudanças e conformações aos modelos político-institucionais, a alimentação escolar se manteve na pauta das políticas sociais.

1.1.2. De 2003 até os dias atuais

O Governo Federal eleito em 2003 inseriu o PNAE no escopo da política de Segurança Alimentar, o programa Fome Zero, coordenado pelo Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (TURPIN, 2008). A associação da alimentação escolar ao problema da fome, que marcou o início do CME, permaneceu mesmo após cinco décadas. Embora o desafio que se apresenta na sociedade contemporânea tenha se ampliado para a associação com os problemas oriundos do excesso de peso e das doenças crônicas não transmissíveis, a concepção da alimentação da escola se mantém, para muitos, como uma comida para alunos famintos (GREENWOOD, 2011).

Apesar disso, observamos que as ações do PNAE passaram a envolver estratégias que articulam alimentação e nutrição com a agricultura, saúde, economia. O exemplo disso é que um dos alvos principais do projeto inicial do programa Fome Zero centrava-se em políticas de apoio à agricultura familiar e de subsistência e na utilização de produtos regionais na composição da alimentação escolar (TURPIN, 2008). Viu-se no PNAE um espaço estratégico para articulações com a agricultura familiar, já que havia dificuldades no escoamento da produção, em paralelo ao fato da principal demanda para aquisição de alimentos, por parte do poder público, se dar no PNAE. Em 2009 a relação da alimentação escolar com a agricultura familiar se estreitou com a promulgação da lei 11.947 (BRASIL, 2009a), como veremos adiante.

Outras mudanças foram observadas entre 2006 e 2009. Em 2006, a Portaria Interministerial 1.010 foi publicada. Fruto da construção conjunta entre os Ministérios

da Saúde e Educação contém as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional (BRASIL, 2006a).

Em 2007, foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), cujo objetivo é contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Os beneficiários do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2007a).

Essas e outras transformações ocorreram ao longo da existência do PNAE, mas somente em 2009 foi sancionada a primeira lei que orientou o Programa, de nº 11.947 (BRASIL, 2009a). Este foi um dos marcos mais importante para o PNAE, porque essa lei tratou a alimentação escolar como um direito humano para todos os alunos da rede pública de educação básica, ensino médio e EJA.

A lei incorporou dimensões estratégicas para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional dos escolares, tais como valorização da cultura alimentar e da produção local, inclusão da educação alimentar e nutricional no projeto pedagógico da escola, promoção da saúde do escolar e fortalecimento da agricultura familiar. Definiu também a obrigatoriedade de aquisição de 30% dos gêneros alimentícios elencados no cardápio escolar de agricultores e empreendedores rurais, dentre os quais, os gêneros produzidos por assentados de reforma agrária, agroextrativistas, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, foram considerados como prioritários.

Com a publicação da lei, o FNDE investiu em 2010 cerca de 900 milhões de reais na compra direta de produtos da agricultura familiar. Ao oportunizar a compra de alimentos produzidos pelo agricultor familiar em âmbito municipal, possibilitou um mecanismo para incentivar financeiramente o pequeno produtor e escoar a produção local na rede de educação do município, cooperando para a diminuição das desigualdades econômicas (BRASIL, 2009a; FNDE, 2011).

Essa modalidade de compra exige dos gestores do PNAE a interação com as entidades que coordenam a produção e venda de produtos alimentícios oriundos das modalidades postas na lei e organização de estratégias que adéqüem a

demanda ao cardápio, buscando meios/parcerias para auxiliar na concretização da compra, como exemplo, tornar mais ágil o processo de retirada do documento que torna os agricultores aptos à venda, facilitar a entrega dos gêneros nas escolas, criar uma central de abastecimento etc.

Posterior a publicação da lei da Alimentação Escolar foi promulgada a Resolução nº 38, do FNDE de julho de 2009, esta dispôs as normas para a execução técnica e administrativa, criou critérios para a transferência de recursos de caráter complementar e estabeleceu os princípios, diretrizes e objetivos do PNAE. Ambas as normas legais apresentaram aspectos inovadores e definiram a obrigatoriedade da responsabilidade técnica do PNAE ao nutricionista (BRASIL, 2009a; 2009b).

Complementando essas normas, ainda em 2009, o FNDE publicou a Resolução nº 67 (BRASIL, 2009c) que apresenta o valor per capita estipulado pela esfera federal a ser transferido para o Distrito Federal, os Estados e Municípios a fim de executarem o PNAE. O recurso financeiro advindo da esfera federal é destinado unicamente à aquisição de produtos alimentícios e possuiu um caráter suplementar ao investimento financeiro aplicado pelas unidades executoras.

O último aspecto que desejamos destacar é a peculiaridade da elaboração desta lei, pois envolveu atores de diferentes áreas e membros da sociedade civil organizada. Por causa dessa intersetorialidade, ainda que em meio a disputas e conflitos de interesses, essa lei em seu escopo incorporou um olhar ampliado para o ato de se alimentar, ensaiando a possibilidade de explorar suas múltiplas dimensões (HAWKES et al, 2011).

Estas múltiplas dimensões do alimento e do ato de se alimentar envolveriam: (a) a sua dimensão social e cultural, pela possibilidade de adequação aos hábitos alimentares; (b) dimensão psicológica, com enfoque para as relações sociais oportunizadas pela alimentação; (c) dimensão pedagógica, pois o ato de alimentar-se, sobretudo na escola, constitui-se uma ferramenta de aprendizagem; (d) dimensão nutricional, com parâmetros considerados adequados à saúde; (e) e sua dimensão econômica, pela possibilidade de incentivar as economias locais no plantar, colher, preservar e distribuir os alimentos (PEIXINHO; ABRANCHES; BARBOSA, 2011). Entretanto, ainda que outras dimensões tenham sido agregadas à alimentação escolar, o conteúdo da lei mantém a hegemonia do alimento como fonte energética de manutenção do corpo em suas necessidades fisiológicas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com quase seis décadas de existência consolidou-se como o programa de alimentação e nutrição mais antigo do Brasil, o maior em cobertura de atendimento, uma das maiores iniciativas na área de alimentação escolar no mundo (L'ABBATE, 1988; LEÃO; CASTRO, 2007; FNDE, 2011). Ainda assim o PNAE deve ser alvo de intensos esforços, a fim de que seja efetivamente um instrumento de segurança alimentar e nutricional.

1.1.3. A descentralização: o novo formato de gestão do PNAE

Não é possível relatar o histórico do PNAE sem transitar pelo processo de descentralização da sua gestão. Os pontos mais importantes iniciam com a promulgação da Constituição Federal em 1988, que trouxe avanços consideráveis na consolidação dos direitos sociais. Os princípios assinalados na Carta Constitucional, quais sejam, da universalidade de cobertura, uniformidade dos benefícios, democratização e descentralização da gestão administrativa, regem os direitos à saúde, educação, previdência e assistência social. Quanto à Educação, o artigo 208, no seu inciso VII assinala que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia do: “[...] atendimento ao educando do ensino fundamental, através dos programas suplementares de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Com a Constituição de 1988, o PNAE assumiu caráter de preceito constitucional e de dever do Estado (SANTOS et al, 2007; BELIK; CHAIM, 2009).

No entanto, a desarticulação administrativa que marcou o governo de Fernando Collor comprometeu seriamente o desempenho já precário dos programas sociais. Os cortes dos recursos federais resultaram na supressão de todos os programas de suplementação alimentar destinados ao grupo materno infantil do INAN e a FAE. Nesta época a alimentação escolar foi reduzida a 35 dias do ano letivo (SPINELLI, 1997).

Entre 1994 e 1998, o valor diário *per capita* repassado ao ensino fundamental (devido a restrições orçamentárias) foi reduzido de R\$ 0,13, para R\$ 0,06, permanecendo assim por seis anos. Instaurava-se uma situação complexa: de um

lado a universalização e ampliação dos direitos constitucionais seguida de cortes nos gastos sociais, e de outro, o agravamento da situação de pobreza, exigindo medidas urgentes. Diante disso, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação pressionou a FAE para a implementação da descentralização do PNAE (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Por meio da descentralização, em 1994 a gestão do PNAE passou a ser dos Estados e Municípios, que executam o Programa em todas as suas fases, ou seja, recebem, administram e prestam contas do recurso federal, sendo responsáveis por toda a infraestrutura dentro das unidades escolares, pela aquisição e distribuição dos alimentos e também pela elaboração dos cardápios e sua execução.

Desde a descentralização do PNAE, em 1994 até 2004, o programa passou por um período de estagnação do valor per capita de refeição repassado pela esfera federal e as ações realizadas tiveram um cunho mais normativo do que propriamente de avanços práticos. Em 2001, o PNAE passou a ter novo direcionamento, incorporando ao texto legal a possibilidade de as entidades executoras descentralizarem a execução por meio da escolarização, ou seja, foi facultada aos estados e municípios a possibilidade de repasse dos recursos as unidades escolares (TURPIN, 2008).

Com a descentralização a administração do financeiro ficou condicionada à criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em cada estado e município do país, para fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar e também acompanhar a elaboração dos cardápios. A criação dos CAE, órgão de participação e controle social, possibilitou aos membros da comunidade escolar uma maior proximidade em relação à administração do PNAE (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Além do CAE, a mudança no modelo de gestão fez surgir outros atores no cenário da coordenação da alimentação escolar em nível municipal e estadual, tais como supervisores de merenda escolar, coordenadores de merenda, entre outros que passaram a ter poder de decisão administrativa e coordenação do PNAE, como veremos adiante.

A descentralização da gestão objetivou racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, regularizar a oferta da alimentação, a adequação dos cardápios aos hábitos alimentares regionais e a garantia da incorporação de

produtos *in natura* (SANTOS et al, 2007). Apesar de avanços obtidos pela descentralização, ainda identificam-se dificuldades no Brasil. Em lugares como Salvador, Lauro de Freitas e Alagoinhas, segundo Freitas e Fontes (2008), a alimentação escolar possui uma característica bem diferente da idealizada, embora sendo gerenciada pela esfera descentralizada. Para os entrevistados a alimentação da escola é marcada pela repulsa dos alunos, devido à baixa qualidade de sabor e aparência.

Desta forma o desafio da descentralização, de tornar a alimentação escolar uma alimentação adequada em suas dimensões culturais, de ampliar a qualidade dos alimentos servidos, de expandir o consumo de alimentos *in natura* ainda exige grande empenho, principalmente por parte dos gestores e daqueles que executam o PNAE.

1.1.4. Estrutura técnico-organizacional

O FNDE é responsável pela assistência financeira em caráter complementar, pela normatização, coordenação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa, além da avaliação da sua efetividade e eficácia. Este transfere uma verba financeira às entidades executoras em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento. As entidades executoras (EE) têm autonomia para administrar os recursos repassados pela esfera federal (FNDE), que são destinados unicamente à aquisição de produtos alimentícios, não podendo ser utilizados para outro fim (FNDE, 2011).

As EE são as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, prefeituras municipais e escolas federais. As Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal atendem as escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, respectivamente. As prefeituras municipais atendem as escolas públicas municipais, as mantidas por entidades filantrópicas e as da rede estadual, quando delegadas pelas secretarias estaduais. Já as escolas federais podem optar por receber diretamente os recursos ou estes podem ser incluídos no repasse destinado às prefeituras das respectivas cidades (FNDE, 2011).

As EE são responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE. Além disso, é de sua responsabilidade o investimento de recursos financeiros para a organização e manutenção da estrutura de profissionais, do espaço físico, equipamentos e utensílios das unidades escolares, podendo também investir financeiramente para a melhoria do cardápio escolar (FNDE, 2011).

Cabe ao CAE, colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, a fiscalização da aplicação dos recursos transferidos e da qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando atenção às boas práticas sanitárias e de higiene (FNDE, 2011).

As normas que orientam o PNAE exigem que a responsabilidade técnica do programa seja de competência de um nutricionista habilitado (BRASIL, 2009a, 2009b). O profissional nutricionista pode atuar em qualquer esfera de governo orientando a execução do Programa, seja em nível federal, participando da formulação das normas técnicas, nos CECANE que atuam orientando as equipes técnicas dos PNAE de determinada região etc.

No entanto, a EE tem por dever contratar um responsável técnico pelo PNAE, que seja nutricionista, coordene as ações de alimentação escolar em nível local e no exercício de sua prática profissional “execute ações que promovam a alimentação saudável, com base nas diretrizes legais” (BRASIL, 2009a, p.6, 2009b, p. 7).

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 465, de 2010, concorre ao RT do PNAE (a) a realização do diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos alunos, identificando e atendendo aos indivíduos com necessidades nutricionais específicas; (b) a realização de ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar; (c) a administração do serviço de alimentação e nutrição; (d) o planejamento, coordenação e supervisão da aplicação dos testes de aceitabilidade; (e) a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar; (f) a elaboração do Plano Anual de Trabalho do PNAE; assim como (g) a assessoria ao CAE.⁵

⁵ No artigo quarto da Resolução 465 estão definidos em nove parágrafos outras atividades complementares às obrigatórias, que incluem ações referentes a programas de educação permanente em alimentação e nutrição da comunidade escolar; avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios e emissão de parecer

Além de todas essas atividades, quando o RT exerce também o cargo de gestor/ diretor do departamento de alimentação escolar é o responsável, juntamente com o setor financeiro da Secretaria do município, pela prestação de contas ao FNDE dos recursos utilizados no PNAE.

Diante dessas atribuições, a EE deve ter um quadro técnico de nutricionistas, para além da RT, que seja numericamente capaz de realizar todas as atividades estipuladas por lei. Esta preocupação está contemplada no artigo décimo da Resolução 465 do CFN de 2010, que propõe parâmetros numéricos mínimos de referência quanto ao número de RT e componentes do quadro técnico (QT), assim como a carga horária técnica mínima semanal recomendada para cada categoria profissional⁶, conforme Quadro 1.

Quadro 1- Parâmetros numéricos mínimos de referência para nutricionista do PNAE, por entidade executora, para educação básica e carga horária técnica mínima semanal (CFN 465, 2010).

Nº de alunos	Nº Nutricionistas	Carga horária TÉCNICA mínima semanal recomendada
Até 500	1 RT	30 horas
501 a 1.000	1 RT + 1 QT	30 horas
1001 a 2500	1 RT + 2 QT	30 horas
2.501 a 5.000	1 RT + 3 QT	30 horas
Acima de 5.000	1 RT + 3 QT e + 01 QT a cada fração de 2.500 alunos	30 horas

Além do nutricionista, tanto o RT quanto os que compõem o QT, os municípios podem contar com outros atores envolvidos na coordenação do PNAE, por exemplo, o Gestor da alimentação escolar⁷. Não existem exigências legais para a presença deste ator na equipe, conseqüentemente, não há referências quanto a formação profissional e outros requisitos. Esse cargo é ocupado geralmente por ator “político”, que exerce uma função de “confiança” na unidade executora do PNAE e, normalmente, atua como interlocutor entre a coordenação de alimentação escolar e o gestor desta instância executora.

técnico; recrutamento, seleção e capacitação de pessoal do PNAE; etc. O artigo quinto afirma que outras atribuições poderão ser desenvolvidas, segundo a necessidade e complexidade do serviço e disponibilidade da estrutura operacional do Programa (BRASIL, 2010).

⁶ Na modalidade de educação infantil (creche e pré-escola), a EE deverá ter, sem prejuízo ao número estabelecido para a educação básica, um nutricionista para cada 500 alunos ou fração, com carga horária técnica mínima mensal recomendada de 30 horas.

⁷ Profissional que ocupa uma posição hierárquica superior ao RT, seja ele(a) um(a) diretor(a) do departamento de nutrição escolar, ou o(a) próprio(a) secretário(a) municipal de educação.

O RT e o Gestor de alimentação escolar estão diretamente envolvidos na organização, coordenação, supervisão, execução e avaliação do PNAE, isso os torna “peças fundamentais” na implementação e ou ampliação das ações de promoção de alimentação saudável no contexto escolar. Acreditamos também que as concepções que estes atores têm sobre “alimentação saudável” e “promoção da alimentação saudável” possam estar diretamente relacionadas com o desenvolvimento dessas ações na EE.

1.1.5. A terceirização da alimentação escolar

A alimentação escolar é considerada uma das áreas de maior expansão e se tornou um mercado de interesse para as empresas ligadas à área de fornecimento de refeições coletivas. A descentralização da gestão do PNAE possibilitou a EE optar pelo sistema de autogestão ou pela contratação de empresas fornecedoras de refeições.

Na autogestão é o próprio município que exerce todas as funções, deste a seleção e a compra dos gêneros alimentícios, equipamentos e utensílios de cozinha; a confecção e distribuição das refeições, o controle dos funcionários, a manutenção do espaço físico da unidade de alimentação escolar destinado à produção e a realização das refeições, entre outros aspectos.

Na terceirização do serviço de confecção e distribuição da alimentação escolar, o FNDE repassa os recursos para a entidade executora que os utiliza somente para os gastos com alimentos, sendo que os outros custos, de preparo e fornecimento das refeições, realizados pela empresa contratada, devem ser assumidos pela EE (NOGUEIRA, 2005).

Segundo Belik e Chaim (2009), no modelo terceirizado, a empresa contratada pode ou não utilizar a estrutura e a mão de obra escolar, sendo que a prefeitura paga pelo número de refeições servidas. Um dos aspectos discutidos por este autor refere-se ao fato de que a terceirização, muitas vezes, implicaria em custos maiores para a prefeitura, já que esta paga não apenas pelo alimento servido, mas também pelo serviço prestado. Outro aspecto é que a lógica de funcionamento de uma empresa privada não segue a mesma lógica da administração pública, o que

significaria um risco ao fornecimento de uma alimentação escolar adequada e um desmantelamento da estrutura pública de atendimento ao escolar.

As EE que decide pela terceirização, assim como as que possuem serviço próprio, devem ter um nutricionista como responsável técnico. Devem ainda apresentar, na prestação de contas anual as notas fiscais discriminadas e seguir as regras de compra estabelecidas para o uso do recurso financeiro investido pela esfera federal, ou seja, devem realizar licitações específicas para cada item; e a compra direta de no mínimo 30% do recurso federal de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar; sob hipótese alguma estes valores podem ser gastos em pagamento de serviços.

Apesar de muito polêmico entre os profissionais da área, observou-se que nos últimos anos essas empresas investiram na ampliação do mercado de alimentação escolar (CAMARGO, 2008). O mercado de refeições coletivas imprime uma grande pressão sobre a administração pública não só pela sua grande dimensão e importância na economia nacional, mas alegando que este tipo de sistema simplifica a gestão da alimentação escolar. A concepção dos órgãos públicos que terceirizam seus serviços, em particular o de alimentação escolar, é a de que com este novo modelo haverá redução do volume de trabalho e alcançarão a eficiência e eficácia. Além disso, acreditam que não terão mais a rotina complexa que envolve, principalmente, a logística de abastecimento de alimentos e de mão de obra operacional, ações que constituem o alicerce do PNAE (NOGUEIRA, 2005).

É inegável a existência e crescimento do modelo de terceirização no âmbito da alimentação escolar. Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, de acordo com dados coletados pelo NUCANE, até março de 2010, 10 dentre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro possuíam o serviço do tipo terceirizado (10,8%), e ao final do ano de 2011, passou para 17%. Mesmo diante deste cenário, o FNDE não estabelece orientações para aqueles que aderiram a este modelo de serviço.

Se a alimentação escolar for pensada como um instrumento não só de política de desenvolvimento local, mas de resgate da cultura e educação alimentar, a terceirização aparece como um complicador em vista dos objetivos distintos da iniciativa privada e da administração pública. Ou seja, a iniciativa privada visa o lucro, acima de qualquer outra questão, enquanto a administração pública visa cumprir o direito a alimentação adequada pela via da segurança alimentar e nutricional.

1.2. Alimentação Saudável

Partimos do pressuposto que, para se discutir o conceito de “alimentação saudável” é imprescindível transitar pela concepção de “saúde” e buscar o elo que une estes dois conceitos, alimentação e saúde. Para isso, é preciso compreender como historicamente as ciências biomédicas entendem este conceito e o resultado disso na lógica da Nutrição, uma das ciências que estuda a alimentação e nutrição.

Reconhecemos a complexidade inerente ao tema “alimentação saudável” e a multiplicidade de linhas de pensamento e significações existentes. As concepções da alimentação saudável são diferentes para cada grupo social e podem ser influenciadas pelas informações transmitidas pela mídia, pelos profissionais da saúde, e outras pessoas, já que concepção é uma construção social (CARVALHO; LUZ, 2009).

Sendo assim, não é nossa aspiração propor um conceito de alimentação saudável neste capítulo (adicionando outro a lista daqueles já postulados), tampouco listá-los ou qualificar algum destes, pois a diversidade de pensamentos sobre este conceito o torna, a nosso ver, ainda mais interessante.

A construção desta seção objetiva delinear um cenário que auxilie a “desnaturalizar” o tema e a compreender as concepções de alimentação saudável expostas pelos profissionais que executam e gerenciam o PNAE.

1.2.1. Saúde: para pensar ‘alimentação saudável’

Originado do termo latino *sanus*, o termo “saúde” possui ascendência grega, designado como “são” e aproximando-se mais da compreensão helênica de “higiene”, ligada a deusa *Hygea*. O designo “saúde” nesta perspectiva envolvia dois sentidos: íntegro, intacto ou bem conservado e infalível ou seguro. Neste sentido indica uma afirmação positiva da vida e uma maneira de existir harmônica, não incluindo em seu horizonte o universo da doença (CANGUILHEM, 1990; COELHO; FILHO, 1999; LUZ, 2004).

O estado de saúde dos seres humanos, como preconizado no passado por gregos e romanos, implicaria um conjunto de práticas e hábitos harmoniosos abrangendo todas as esferas da existência, entre as quais o ato de comer e de beber. Este conjunto de práticas e hábitos era balizado por um comportamento equilibrado, que buscava evitar os extremos, nocivos ao equilíbrio e, conseqüentemente, ao estado de “saúde” do indivíduo, dos grupos e da sociedade (TRAVERSO-YÉPEZ, 2007).

A prudência, virtude essencial geradora do bem “saúde”, não era certamente um cauteloso cuidado ligado ao medo de adoecer, como se vê na cultura contemporânea. Torna-se fundamental salientar que “saúde”, é uma definição construída social e culturalmente, sendo mais que um estado natural. A nossa definição do cenário contemporâneo está muito longe de sua origem etimológica, tendo caminhado em sentido restritivo, senão oposto, ao longo dos últimos dois séculos (LUZ, 2004). Então, quais são as concepções de saúde na perspectiva ocidental?

Segundo Luz (2004) a medicina é um sistema em contínuo estado de revolução, convertendo-se gradualmente, ela também, em ciência, em conhecimento, com base nos saberes científicos ligados à matéria, tornando as doenças em sua raiz ou causalidade, seja no meio ambiente físico ou biológico, seu centro de pesquisa, seja no exterior ou interior da denominada ‘máquina’ humana.

Observa-se que a medicina adotou uma postura normativa após a Revolução Francesa e a instituição de uma nova ordem econômica (capitalista). Diante da industrialização e complexificação do trabalho, tornou-se necessário a fundação de novas normas e padrões de comportamento, a saúde individual passou a ser indispensável ao bom funcionamento da nova engrenagem social (COELHO; FILHO, 1999).

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram novos padrões de normalidade no âmbito da medicina geral; buscava-se interferir sobre o indivíduo, seu corpo e sua mente, não apenas sobre o ambiente físico. Nessa perspectiva, o ser humano, tal como uma máquina, poderia ser consertado e programado. As possibilidades normais de rendimento do indivíduo, suas capacidades, bem como os parâmetros de comportamento normal poderiam ser listadas (COELHO; FILHO, 1999).

Neste contexto, ocorre um progressivo deslocamento do olhar médico, tanto no plano do saber (por intermédio da produção de evidências) como na prática (intervenção clínica). Um exemplo é a mudança no enfoque: a terapêutica (considerada uma arte milenar de cura de seres humanos) torna-se secundária diante da ciência diagnóstica. Ou seja, descobrir a doença que aflige o corpo, torna-se mais importante que o tratamento do indivíduo. Sendo assim, com o passar dos anos e com as “vitórias da ciência” - assim designadas pela imprensa - a cultura incorporou, a visão de “saúde” como ausência parcial ou total de doença, em coletividades e indivíduos (LUZ, 2005).

Segundo Luz (2005), a expressão “saudável” na nossa sociedade ocidental adquire o sentido de enquadramento aos critérios estabelecidos pelas instituições de medicina como em estado de “saúde” ou mesmo passa a ter sentido de ausência de doença. Essa compreensão ganhou legitimidade com o passar das décadas e tornou-se hegemônica não apenas entre os profissionais de todas as formações ligadas ao saber biomédico, como entre os atores da sociedade civil e as instituições como um todo, sobretudo na mídia, conhecida como órgãos formadores da opinião pública. Vale lembrar que hegemonia não significa único, mas dominante.

Na tentativa de ampliar a discussão sobre saúde e doença, trazemos ao cenário os postulados de Canguilhem (1990), os quais problematizam que o estado de saúde se caracterizaria por certo jogo de normas da vida e de comportamento, que se distingue pelas variações de tolerância na vida. Segundo o autor, o homem só é sadio quando é capaz de criar normas e o que faz ultrapassar as crises orgânicas para instalar novas ordens fisiológicas.

Para Canguilhem (1990) a norma seria sempre individual, ou seja, ela não seria a média de muitos indivíduos, mas sim uma noção limite que definiria o máximo da capacidade de um ser. Em outras palavras, o quadro que caracteriza “saudável” para um indivíduo pode não ser aplicável a outro ou mesmo a coletividade. Portanto, a média, um parâmetro muito utilizado em medicina, por si só, não seria capaz de estabelecer o normal ou anormal para determinado indivíduo, já que certos desvios individuais pode ser um modo desse indivíduo estar saudável dentro de suas possibilidades. Ainda segundo o autor, o patológico seria considerado uma nova dimensão da vida, uma estrutura individual modificada em adaptação a um novo meio.

De acordo com a cuidadosa argumentação de Canguilhem (1990), não seria a ausência de normas que constituiria o anormal, ou seja, o patológico também pode ser normal, tolerado e aceito, pois a experiência do ser vivo saudável incluiria a doença. O patológico implicaria certa forma de viver, um viver reduzido diante das limitações, mas ainda assim segue normas, pois não haveria vida sem normas de vida.

1.2.2. A alimentação e sua estreita relação com a saúde

A alimentação é uma ação intrinsecamente humana, imprescindível para a vida e a sobrevivência, é construída socialmente através das relações da sociedade e do ser humano com o alimento e ambiente e é modelada pela cultura (WEDIG; MENASCHE, 2008).

O ato de se alimentar é uma prática repleta de sentido no âmbito da vida cotidiana e extrapola a satisfação do instinto da fome. Apesar de ser útil para contemplar as necessidades biológicas, o ato de comer carrega um valor simbólico e envolve seleção, escolha, ocasiões, rituais; está relacionado à sociabilidade, ideias, significados e interpretações de experiências e situações. Desta maneira, para serem comidos, ou comestíveis, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados ou processados pela culinária (CANESQUI, 2005; DANIEL; CRAVO, 2005).

Apesar do amplo sentido da alimentação, no final do século XIX, a alimentação passou a fazer parte do pensamento biomédico, por meio do cuidado dietético, da prevenção e do tratamento de enfermidades, tais como obesidade, desnutrição, diabetes, hipertensão, hipovitaminoses. O alimento ficou restrito a ser coadjuvante do tratamento biomédico e as práticas alimentares foram submetidas ao discurso clínico sobre enfermidades, sem levar em conta a experiência do indivíduo (WEDIG; MENASCHE, 2008).

A Nutrição é uma das ciências da saúde que estuda questões relativas à alimentação, no entanto, ao longo dos anos tem priorizado uma perspectiva técnica e biologicista sobre o tema. O tecnicismo dominante na área da Nutrição apresenta um distanciamento dos temas da alimentação, da história, da cultura e dos costumes

de cada época que sempre influenciaram os hábitos e as referências alimentares dos povos no mundo e no Brasil (FREITAS; MINAYO; FONTES, 2011).

A focalização empregada aos parâmetros biológicos distanciou a Nutrição das análises dos sentidos da alimentação e do comer. Outras disciplinas, como a história e a antropologia, e para as artes, como a pintura e o cinema se debruçaram sobre estes estudos. São raros os estudos de nutrição que se envolveram na compreensão dos significados dos problemas da alimentação, da fome e do cuidado alimentar dos indivíduos (FREITAS; MINAYO; FONTES, 2011)

Para Bosi e Prado (2011, p.12) a Nutrição, portanto, reduziu a “complexidade do ato alimentar aos elementos privilegiados pela vertente biológica” reproduzindo o discurso do modelo biomédico no tratamento dietético, nas recomendações nutricionais e nos comportamentos alimentares considerados geradores de saúde. A alimentação ficou restrita aos seus componentes químicos, aos seus nutrientes.

Neste sentido tomamos o argumento utilizado por Canguilhem (1990) a respeito do modelo biomédico, que além de criar um padrão sobre o que considera ‘normal’ ao corpo, ainda atua na intenção de manter o sujeito neste quadro ou fazê-lo voltar a este estado normal, ainda que o meio em que este corpo esteja inserido tenha se modificado.

Segundo Freitas e Fontes (2008) a expressão “alimentação saudável” tem sido definida por técnicos e especialistas como um estágio de resignificação alimentar na prevenção dos transtornos alimentares. Carvalho, Luz e Prado (2011) ressaltam que o uso dessa expressão atesta uma função medicamentosa aos alimentos e subordina os indivíduos a regimes voltados para o controle de riscos à saúde.

Mais recentemente iniciativas têm sido desenvolvidas no sentido de ampliar o escopo da Nutrição, seja por meio do *The New Nutrition Science Project* (CANNON; LEITZMANN, 2005), seja na discussão do campo Alimentação e Nutrição (PRADO *et al.*, 2011; BOSI; PRADO, 2011) ou da sistematização das dimensões da alimentação, realizada por Castro; Castro e Gugelmin (2011), com base em Lang; Berling e Caraher (2009) e Cannon e Leitzmann (2005). É nesse contexto que refletiremos sobre a expressão “alimentação saudável”. Tomando como base as dimensões da alimentação (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011) passaremos a discutir “alimentação saudável” no âmbito das normas legais e da escola.

1.2.3. Alimentação saudável sob o ponto de vista dos documentos que orientam o PNAE

Os documentos que norteiam uma política pública orientam as ações a serem desenvolvidas em âmbito local. Os documentos que balizam as ações a serem desenvolvidas no PNAE, e que, a nosso ver, são os mais importantes para a discussão desse bloco são: a Portaria Interministerial de nº 1.010, de 8 de maio de 2006, a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 e a Resolução de nº 38, de 16 de julho de 2009. Estes mesmos documentos também serão utilizados no próximo bloco, quando discutiremos a promoção da alimentação saudável sob a ótica do PNAE.

Ampliaremos a discussão sobre as dimensões que envolvem a alimentação saudável no âmbito do PNAE, seguindo as que foram sistematizadas por Castro, Castro e Gugelmin (2011): biológica, ambiental, econômica, psicossocial e cultural e do direito.

Iniciaremos pela dimensão biológica, a dimensão que historicamente é a mais valorizada entre as práticas tradicionais das políticas de saúde e alimentação. Esta dimensão abrange:

[] os aspectos fisiológicos da alimentação, o metabolismo dos nutrientes, os elementos nutricionais e sanitários dos alimentos, seu potencial de propiciar o desenvolvimento e o funcionamento pleno do corpo humano e, também, de prevenir ou acarretar doenças (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011, p. 19).

A legislação do PNAE apresenta em seu conteúdo critérios e normas nutricionais. Sendo assim, como a prática da nutrição está historicamente baseada na relação doença e nutrientes, na compreensão do alimento como fonte de nutrientes e de energia, na valorização de aspectos como composição química e nutricional, condições sanitárias, tecnologias de produção, distribuição e armazenamento e possibilidades terapêuticas (GRACIA-ARNAIZ, 2005) os documentos que regem o PNAE seguem tais moldes.

O primeiro exemplo que tomamos são as considerações propostas pela portaria Interministerial 1.010 de 2006, cujo foco inicial é a prevenção de doenças:

Considerando a dupla carga de doenças a que estão submetidos os países onde a desigualdade social continua a gerar desnutrição entre crianças e adultos, agravando assim o quadro de prevalência de doenças infecciosas; [...]
 Considerando a mudança no perfil epidemiológico da população brasileira com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, com ênfase no excesso de peso e obesidade, assumindo proporções alarmantes, especialmente entre crianças e adolescentes;
 Considerando que as doenças crônicas não transmissíveis são passíveis de serem prevenidas, a partir de mudanças nos padrões de alimentação, tabagismo e atividade física. (BRASIL, 2006a , p.1)

O destaque na patologia parece de certa forma ter sido superado pela lei 11.947 e a Resolução 38 (Brasil, 2009a, 2009b). A alimentação saudável e adequada inicia a lista de diretrizes da alimentação escolar na lei 11947 (Brasil, 2009a), mas outros aspectos são mencionados, como a relação da alimentação saudável com a cultura e as tradições alimentares regionais; o direito humano na perspectiva da segurança alimentar e nutricional; os aspectos econômicos com destaque ao incentivo para compra de produtos oriundos da agricultura familiar, empreendedores rurais, comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos. Por exemplo, na orientação para o planejamento do cardápio da alimentação escolar é sugerido que este deva estar de acordo com o perfil epidemiológico da população atendida, com a cultura alimentar e a vocação agrícola da região.

Observou-se que nesses documentos as doenças recebem um *status* de um novo estado de saúde, devendo ser atendido segundo as suas peculiaridades, como expresso no próprio texto “em conformidade com o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica” (BRASIL, 2009b, art. 3º, parágrafo. I).

A valorização de aspectos como composição química e nutricional e condições sanitárias permanecem como centrais na legislação. Segundo a Resolução 38 os cardápios devem ser planejados de forma a garantir a oferta da alimentação escolar em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos. Como exemplo, vemos:

Recomenda-se que, em média, a alimentação na escola tenha, no máximo:
 a) 10% (dez por cento) da energia total proveniente de açúcar simples adicionado;
 b) 15 a 30% (quinze a trinta por cento) da energia total proveniente de gorduras totais;
 c) 10% (dez por cento) da energia total proveniente de gordura saturada;
 d) 1% (um por cento) da energia total proveniente de gordura trans;
 e) 1g (um grama) de sal. (BRASIL, 2009b, art. 16, p. 8)

[...] adotar medidas que garantam a aquisição de alimentos de qualidade, bem como transporte, estocagem e preparo/manuseio com adequadas condições higiênicas e sanitárias até o seu consumo pelos alunos atendidos pelo Programa (BRASIL, 2009b, art. 25, p. 13).

A dimensão biológica é imprescindível, mas não dá conta de toda complexidade da questão alimentar na contemporaneidade (CANESQUI; GARCIA, 2005a). Esta forma de ver a alimentação está conformada em um modelo terapêutico, normativo e intervencionista, com recomendações que não levam em consideração os aspectos sociais, como acesso aos alimentos, a forma destes perceberem os alimentos, gostos e preferências (CARRASCO I PONS, 2005).

A segunda dimensão a ser tratada é a **psicossocial e cultural**. Esta compreende, segundo Castro, Castro e Gugelmin (2011) os aspectos simbólicos que existem na relação dos sujeitos e sociedades com os alimentos e com o ato de se alimentar, incluindo os rituais nele envolvidos. Engloba, por um lado, os aspectos subjetivos que cada indivíduo agrega na sua relação com a comida e com o comer, assim como os sentidos e significados que lhe são conferidos. Por fim, de acordo com Canesqui e Garcia (2005b) abrange os sistemas de valores e escolhas referentes à alimentação próprios de cada sociedade. Engloba, portanto, no contexto contemporâneo, a relação das pessoas com o corpo, com o trabalho, com o tempo, com o significado de saúde, com a comunicação de massa, com o ato de consumir, com a comensalidade.

As normas legais do PNAE abrangem esta dimensão quando consideram “que a alimentação não se reduz à questão puramente nutricional, mas é um ato social, inserido em um contexto cultural” (Brasil, 2006a, pag.1) e também quando objetivam por meio da alimentação contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial. Estes documentos trazem também orientações a fim de que o cardápio seja adaptado às práticas alimentares locais. Quanto a esta dimensão fazemos uma ressalva, o texto que trata do respeito à cultura segue acompanhado da adjetivação “saudável”, como vemos:

[] o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, os alimentares *saudáveis* (BRASIL, 2009a, art. 3, parágrafo 1, p. 3 (grifo nosso))

Quando a palavra “saudável” é acrescentada ao texto, automaticamente ocorre uma restrição às práticas alimentares tradicionais/culturais que serão respeitadas, ou seja, somente os hábitos considerados “saudáveis” serão aceitos no contexto da alimentação escolar, como se fosse possível considerar parte de uma cultura, ou como se as práticas tradicionais estivessem originalmente subdivididas em partes, as saudáveis e não saudáveis. Isso nos faz lembrar o discurso oficial das ciências da nutrição. Freitas e Fontes (2008, p.38) afirmam que “nem sempre a nutrição consegue associar o campo biomédico à realidade sociocultural ou nem sempre se conecta a outras possibilidades inscritas por atores sociais em seus distintos grupos ideários”.

Quanto à **dimensão ambiental** fazemos menção ao chamado Projeto para uma Nova Ciência da Nutrição, proposta por Cannon e Leitzmann (2005). Neste projeto os autores defendem a ideia de que a Nutrição como ciência, deve ser capaz de integrar as abordagens biológica, social e a ambiental. Deve contribuir para que a atividade humana seja pautada na preservação, na conservação e na sustentabilidade superando o período em que a pauta foi basicamente a exploração, produção e consumo.

Assim, a dimensão ambiental, de acordo com Castro, Castro e Gugelmin (2011), reúne os aspectos referentes à sustentabilidade ambiental dos sistemas alimentares. Trata dos impactos ambientais ocasionados pelos modos de produção, comercialização e consumo dos alimentos e descarte. Segundo as mesmas autoras, engloba “outras relações sociais da sociedade com o planeta, que sejam sustentáveis, preservem e promovam a dignidade humana e a vida em toda a sua expressão” (2011, p. 19), práticas estas não hegemônicas, mas possíveis.

O sistema de produção agroecológico, conforme explica Altieri (1998), tem como base os pilares da sustentabilidade (ecológica, econômica, social, cultural, espacial/geográfica) e objetiva restabelecer as relações harmônicas entre o ser humano e seu espaço natural, reduzindo o impacto das atividades agrícolas no ambiente e expandindo os benefícios da agricultura para além do espaço rural. Este modelo visa também superar o formato da agricultura convencional, que segundo os autores, está pautado no excessivo uso dos recursos naturais não-renováveis.

Os documentos do PNAE se aproximam do cuidado com a questão ambiental quando sugere que sejam priorizados, “sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos” (BRASIL, 2009a, art. 20, pag. 10) e quando incita a produção

de hortas no ambiente escolar (BRASIL, 2006a). Infelizmente, priorizar a compra de alimentos agroecológicos não significa que estes produtos serão obrigatoriamente adquiridos pelo PNAE e a materialização das hortas escolares envolvem diversos aspectos que podem ou não ser tão simples de tornarem factíveis.

A **dimensão econômica** é a terceira a ser explorada neste texto. Quanto a esta questão, vê-se as limitações em concretizar um cardápio escolar mais completo diante dos restritos investimentos financeiros que são empenhados pela esfera federal.

Apesar disso observamos que a instituição da compra de produtos alimentícios da agricultura familiar e pequenos produtores rurais, caracteriza-se como uma iniciativa para o compartilhamento dos recursos financeiros com as classes menos favorecidas financeiramente. Essa se apresenta como uma tentativa de repensar o poder público em seu papel de consumidor institucional e influenciador da dinâmica do mercado. O estímulo a compra do agricultor familiar visa fomentar de forma estratégica, abrangente e continuada, a agricultura familiar no país, o que gera um verdadeiro ciclo virtuoso dentro do sistema alimentar brasileiro (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011).

No âmbito do PNAE outro aspecto que chama a atenção é o processo escolhido para a compra dos produtos da agricultura familiar e do pequeno empreendedor rural. Ainda que a chamada pública não seja um processo completamente simples, não possui tantos embargos burocráticos como é o caso do processo de licitação. Esta pode ser considerada uma reformulação dos processos de trabalho do poder público, no sentido de repensar seus mecanismos de aquisição de produtos de forma a se tornarem mais inclusivos socialmente (HAWKES et al, 2011).

As Entidades Executoras deverão publicar a demanda de aquisições de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar por meio de chamada pública de compra em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houver, além de divulgar em seu sítio na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação (BRASIL, 2009a, art.21, p. 10).

Esta escolha visa, de certo modo, facilitar o acesso desse agricultor à venda de seus produtos diretamente à escola e desta maneira reduzir o tempo de espera para o pagamento pela compra do gênero.

Apesar de ter sido facilitado, em nossa experiência com o NUCANE, temos ouvido relatos de muitas dificuldades na concretização da compra dos produtos da agricultura familiar. Entre eles são citadas limitações em dialogar ou mesmo entrar em contato com os agricultores locais, o que resulta no número reduzido de produtores que se submetem a chamada pública e depois outras questões aparecem, como por exemplo, a dificuldade de escoamento dos gêneros, falta de veículos para a entrega dos gêneros, assim como as más condições das estradas que ligam o campo à cidade, entre outros.

Por fim, a **dimensão do direito humano**. A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), sendo inerente à dignidade da pessoa e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Em 2010 o direito a alimentação foi inserido na Constituição Federal Brasileira.

O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas elaborou o Comentário Geral nº 12 em 1999, o qual apresenta uma interpretação minuciosa desse direito humano e estabelece que o Direito à Alimentação Adequada se realiza “quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para a sua obtenção” (ONU, 1948).

Diante de um histórico nacional marcado por densas desigualdades sociais e econômicas e por recorrente usurpação recorrente dos direitos dos cidadãos, para Valente (2002) o Estado deve assumir a responsabilidade de respeitar, promover, prover a alimentação adequada como direito humano, garantir seu cumprimento e promover a sua exigibilidade.

O PNAE, dentre as políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil, tem como desafio contribuir para o direito humano à alimentação adequada dos alunos da rede pública de ensino básico. Estabelece como um de seus princípios: “o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos” (BRASIL, 2009b, art. 2). No entanto, ainda há uma lacuna

entre este princípio e a efetivação deste direito, em sua plenitude, no cotidiano de todos os alunos brasileiros matriculados nas escolas públicas.

Longo foi o processo de construção dos documentos que legalizam o PNAE e largos são também os desafios inerentes para a superação do foco limitante sobre as dimensões da alimentação saudável no campo teórico e prático. Mas diversas são as oportunidades que o PNAE oferece para a construção de um saber/prática coletivo(a) sustentável, que esteja mais adequado à realidade do povo e em harmonia com o meio ambiente.

1.3. Promoção da alimentação saudável

Refletir sobre conceito de promoção da alimentação saudável em uma perspectiva mais ampliada implica o alargamento do horizonte sobre o significado da promoção da saúde. O recorte estabelecido para esta aproximação discorre sobre os documentos fruto da I Conferência Internacional de Promoção da Saúde; a alimentação como um dos focos propostos para a promoção da saúde; a promoção da alimentação saudável como tema presente em algumas políticas públicas de saúde no Brasil e o modo como o PNAE articula o tema promoção da alimentação saudável nos documentos que orientam os atores que gerenciam e executam o programa.

1.3.1. Promoção da saúde: para pensar a promoção da alimentação saudável

Promover saúde é um processo social e político, não limitado a abraçar ações direcionadas a fortalecerem as habilidades e capacidades dos indivíduos, mas envolvendo, também, ações dirigidas a mudar as condições sociais e ambientais e econômicas, de forma a amenizar o impacto na saúde pública e individual (WHO, 1998, p.1)

O desenvolvimento das ideias relacionadas à promoção da saúde não são novas, embora tenha surgido com maior evidência nas últimas décadas. Desde a

antiguidade, médicos e filósofos têm refletido sobre a necessidade de promover saúde, principalmente por intermédio de observação da relação entre saúde e certas práticas sociais (TRAVESO-YEPEZ, 2007). A história da saúde pública mostra que gradualmente e de forma complexa foram desenvolvidas preocupações em promover saúde e prevenir e tratar as doenças da população.

Dos preceitos e debates acumulados nos últimos anos, o produto da Conferência de Ottawa (OMS,1986), no Canadá, parece ser a base mais inspiradora, o qual adotamos como referencial teórico para a discussão da promoção da saúde.

Na primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde ocorrida em Ottawa, o desenvolvimento conceitual acerca da Promoção da Saúde aparece atrelado a uma concepção mais abrangente e complexa dos processos saúde-doença-cuidado, o qual aponta para determinantes socioeconômicos envolvidos neste contexto (BRASIL, 2002). A Carta define promoção da saúde como “*o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo*” (OMS, 1986). Assume, ainda, que promoção da saúde transcende o setor saúde e aponta para a intersectorialidade afirmando que os determinantes da saúde são múltiplos e “*as condições e requisitos para a saúde são: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade*” (BUSS, 2000, p. 170).

Na Carta de Ottawa são estabelecidas como vertentes de ação para a promoção da saúde as seguintes assertivas: (a) a elaboração de políticas saudáveis, que tem como princípio a noção de que a promoção é expressa por meio de políticas que envolvam outros setores, não somente a saúde. Afirma que a saúde deve ser prioridade na agenda das políticas públicas em todos os seus níveis; (b) a criação de ambientes favoráveis à saúde, por intermédio da interdependência dos diversos setores; envolve ações de proteção ao meio ambiente, conservação dos recursos naturais como também a construção de ambientes favoráveis à saúde em diferentes espaços; (c) o aumento dos poderes técnicos e políticos da comunidade “empoderamento”, por meio do fortalecimento da ação comunitária para o exercício da escolha de prioridade e a definição e implementação de estratégias para alcançar um melhor nível de saúde na perspectiva de que os sujeitos protagonizem seu próprio destino; (d) a reorientação

do sistema de saúde, sendo necessário a superação do modelo biomédico que tem como foco exclusivo as ações de cura da doença de indivíduos por um modelo que incorpore a perspectiva da promoção da saúde de coletividades. Isso pressupõe mudanças na formação e prática dos profissionais de saúde; e por fim (e) o desenvolvimento de habilidades pessoais, através da difusão de informações e ações de educação em saúde com o objetivo de preparar pessoas para lidarem com as diversas fases do curso da vida, ampliarem sua capacidade de escolha e aumentarem seu poder sobre a própria saúde e sobre o ambiente que as cerca (BUSS, 2003, p. 170-171).

Posteriormente, foram realizadas outras Conferências Internacionais de Promoção da Saúde, que reafirmaram os preceitos instituídos na I Conferência e agregaram novas questões e estratégias de ação a fim de gerarem políticas públicas saudáveis. Desta forma, o significado do termo promoção da saúde foi mudando ao longo do tempo e, atualmente, associa-se a valores como: vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria. Além disso, está relacionado à idéia de “responsabilização múltipla”, pois envolve as ações do Estado (políticas públicas saudáveis), dos indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias intersetoriais (BUSS, 2003).

No Brasil, em 2006 (BRASIL, 2006b), foi publicada a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), esta propõe uma política transversal, integrada e intersetorial, que estimula o diálogo de diversas áreas do setor sanitário, os outros setores do Governo, os setores privado e não governamental e a sociedade, compondo redes de compromisso e co-responsabilidade quanto à qualidade de vida da população em que todos sejam partícipes no cuidado com a saúde.

Sendo assim, promover saúde implica em atuar sob diversos fatores, dentre eles a alimentação, uma vez que ela é reconhecida como um dos pré-requisitos para a saúde. Sendo assim, promover práticas alimentares saudáveis torna-se fundamental, quando se objetiva a promoção à saúde (BRASIL, 2002).

Por causa desta interpretação uma das ações prioritárias para a PNPS é a promoção da alimentação saudável, que consiste: (a) no desenvolvimento de ações visando à promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional, colaborando com as ações e metas de redução da pobreza, a inclusão social e a execução do Direito Humano à Alimentação Adequada; (b) na promoção da articulação intra e

intersetorial por meio da implementação das diretrizes da PNAN e da Estratégia Global; (c) na disseminação da *cultura da alimentação saudável* em consonância com os atributos e princípios do Guia Alimentar da População Brasileira [grifo nosso]; (d) na promoção da alimentação saudável no ambiente escolar; (e) na implementação de ações de vigilância alimentar e nutricional para a prevenção e controle dos agravos e doenças decorrentes da má alimentação; e (f) na reorientação dos serviços de saúde com ênfase na Atenção Básica (BRASIL, 2006b, p. 25-29).

Corroboramos com Castro, Castro e Gugelmin (2011) ao afirmarem que a noção de promoção da alimentação saudável é muito mais abrangente e vai além da ideia de exclusivamente promover saúde e prevenir doenças do indivíduo, passando a incorporar as noções de: garantia do direito humano à alimentação adequada, resgate e valorização da cultura e da sustentabilidade na relação com a comida, fortalecimento da cidadania, sustentabilidade ambiental, justiça social, entre outros.

Quanto a tornar esse conteúdo factível, essas mesmas autoras sustentam que as análises das políticas e programas voltados à promoção da saúde têm assinalado algumas experiências bem sucedidas que apresentam em comum o esforço simultâneo e complementar de vários setores no que se refere a três vertentes de ações: incentivo, apoio, proteção (BRASIL, 2006d; LEÃO; CASTRO, 2007) acrescentando mais adiante o monitoramento (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011).

A vertente de **incentivo** engloba ações de difusão de informação, de estímulo dos sujeitos para que escolham e sigam práticas saudáveis e de seu empoderamento para lidar, em seu cotidiano, com questões que envolvam os determinantes de sua saúde. A de **apoio** abarca todas as medidas que visam a tornar possível e/ou facilitar a adesão a práticas saudáveis por coletividades e indivíduos bem informados e motivados. A vertente de **proteção** abrange iniciativas que objetivam impedir ou, pelo menos, reduzir, a exposição de indivíduos e coletividades a situações e fatores de risco à saúde. Complementando as três vertentes, adiciona-se o **monitoramento** dos processos e desfechos de saúde, que visam dar suporte ao (re)direcionamento de políticas e programas.

Nenhuma dessas ações isoladas, seja em nível individual, coletivo ou no campo das políticas públicas, é suficiente para provocar mudanças duradouras nas práticas alimentares das pessoas ou populações. É necessário que as ações sejam

complementares e simultâneas e que respondam à complexidade que caracteriza as questões alimentares na atualidade, principalmente quando se tratam do desenvolvimento de políticas públicas saudáveis (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011).

Quanto a isso, o PNAE pode proporcionar um ambiente favorável à vivência de saberes e sabores e tende a oportunizar a construção de uma relação do aluno com o alimento. Pode ainda, desempenhar papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilos de vida, entre eles o da alimentação (RIO DE JANEIRO, 2005a). Por este motivo é possível considerar o PNAE um espaço privilegiado para promover alimentação saudável (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001), por meio do desenvolvimento de ações de incentivo, apoio, proteção e monitoramento.

1.3.2. Promoção da Alimentação Saudável no âmbito do PNAE

Tomando como parâmetro a estrutura de exposição apresentada no texto de Castro, Castro e Gugelmin (2011) elegemos nesta seção examinar o conteúdo expresso em três documentos orientadores do PNAE, a nosso ver, os mais importantes no que diz respeito a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Para isso organizaremos as ações por eles propostas de acordo com as vertentes para promoção da alimentação saudável expostas no bloco anterior, ou seja, sistematizaremos as ações segundo as vertentes de incentivo, apoio, proteção e monitoramento. Daremos destaque ainda à intersetorialidade, como uma estratégia de potencializar as ações de promoção da alimentação saudável.

1.3.2.1. Ações de incentivo

Transformar comportamentos e atitudes somente com informações é difícil, pois a mudança de conduta depende de uma série de fatores que envolvem o histórico de vida pessoal de cada indivíduo. Quando a abordagem de incentivo está centrada na transmissão e/ou imposição vertical daquilo que os técnicos e profissionais consideram “saudável”, o trabalho geralmente está fadado ao fracasso, pois não considerou a possibilidade de criação e construção do conhecimento (RADLEY, 1996). Somente quando o indivíduo dá sentido à informação, esta se transforma em conhecimento, o que pode gerar uma modificação de atitude. Diante disso, é imprescindível garantir e expandir a autonomia e a atitude protagonista das pessoas, para que haja efetivamente a democratização da informação.

Nesta perspectiva as ações educativas são consideradas eixos prioritários na promoção da alimentação saudável nas escolas. A Portaria 1010 ressalta que estas devem incorporar a noção de que os hábitos alimentares são uma expressão de manifestações culturais regionais e nacionais⁸, e traz como proposta a produção de hortas escolares. A horta pode ser considerada um eixo gerador da prática pedagógica, pois oportuniza a execução de trabalhos escolares dinâmicos, participativos, prazerosos, multidisciplinares que motivem maior interação com os alimentos além da utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola (BRASIL, 2006a).

Entretanto, independente da importância dessa prática nas escolas, precisamos ponderar sobre sua viabilidade e sustentabilidade nos espaços escolares, que nem sempre possibilitam esta atividade. De acordo com professores os aspectos de dificuldades para a o desenvolvimento de atividades com hortas escolares são a falta de orientação para a execução de atividades; assim como a colaboração dos pais, que não possuem o hábito com o cultivo de hortaliças e nem o consumo destes alimentos no cotidiano alimentar; a falta de recursos financeiros para a realização as atividades, como também de profissionais para coordenar as

⁸ Por exemplo, as ações não devem desprezar os saberes locais sobre alimentação e saúde, devem incorporar temas e práticas do cotidiano alimentar da comunidade nas atividades de educação.

ações e, ainda que existam os atores, muitas vezes não estão habituados a trabalharem à temática (OLIVEIRA *et al.*, 2008) .

Outras ações de incentivo são apontadas pela Portaria 1.010 e na Lei 11.947, visando a qualificação dos profissionais envolvidos com a alimentação e educação na escola; o estímulo à divulgação de opções saudáveis pelos serviços de alimentação da escola; e o incentivo à incorporação do tema alimentação saudável no projeto político pedagógico, na perspectiva de educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental e de segurança alimentar e nutricional, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares.

A vertente de incentivo também engloba o empoderamento dos indivíduos para lidarem com as questões que envolvem os determinantes de sua saúde. Quanto a isso destacamos que tanto a Portaria 1.010, quanto a Lei 11.947 reforçam que comunidade escolar deve participar da escolha de estratégias para a promoção da alimentação saudável nas escolas, e deve exercitar o controle social por meio do acompanhamento das ações realizadas pelas entidades executoras, pois afirmam que o processo participativo favorece escolhas saudáveis. Enfatizamos, ainda, o estímulo ao desenvolvimento de estratégias de informação às famílias, ressaltando sua co-responsabilidade na formação de estilo de vida saudável.

Além das atividades citadas nos documentos escolhidos como referenciais não poderíamos deixar de mencionar a Semana de Alimentação Escolar (SAE). A celebração da SAE é considerada uma estratégia importante para difusão de informação e motivação às práticas alimentares saudáveis. A SAE foi instituída na rede pública de ensino em 1959, por meio de decreto federal, como componente educativo da CNME.

Até o início da década de 2000, era comemorada na última semana do mês de março de cada ano. No processo de descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o governo federal revogou o decreto que criava a SAE e incentivou os municípios a definirem uma data para este evento dentro de seu calendário escolar. Na cidade do Rio de Janeiro, as Secretarias de Saúde e Educação definiram, que a SAE seria comemorada na terceira semana de maio de cada ano. Esta decisão foi formalizada por meio do decreto nº 22.854 de 28 de Abril de 2003. O Instituto de Nutrição Annes Dias é o responsável pela organização da SAE no município. A expansão deste evento para a rede Estadual ocorreu em 2006,

após a formalização por meio da Lei Estadual nº 4.856 de 28/09/2006 (RIO DE JANEIRO, 2005a).

A SAE propõe a cada ano um tema em torno do qual são realizadas atividades integradoras envolvendo diferentes disciplinas e séries. São atividades lúdicas como feiras, teatros, festivais, exposição de trabalhos, corais e que, muitas vezes, trazem a família para a escola. A partir de 2009 o NUCANE se tornou parceiro do Instituto de Nutrição Annes Dias na escolha do tema e na construção da cartilha⁹, um material didático, norteador e mobilizador de iniciativas envolvendo a comunidade escolar, favorecendo a reflexão sobre o tema escolhido (RIO DE JANEIRO, 2009). A expectativa é que o tema seja trabalhado em várias ocasiões e em diversas disciplinas curriculares, para além da Semana, estimulando a integralidade do ensino, a interdisciplinaridade e a promoção da saúde.

1.3.2.2. Ações de apoio

Esta vertente refere-se ao desenvolvimento de estratégias que possibilitem práticas saudáveis e estimulem a sua adesão por coletividades e pessoas. Para tanto Castro, Castro e Gugelmin (2011) propõem cinco grupos de ações: (a) disponibilização de refeições saudáveis, (b) mudanças no ambiente físico segundo a proposta ampliada de Swinburn, Egger e Raza (1999), (c) iniciativas de redes de apoio em prol à alimentação saudável, (d) apoio a produção sustentável de alimentos básicos e, (e) apoio ao acesso a frutas e hortaliças. Compreendemos que estas não englobam todas as ações possíveis, no entanto, dão uma noção da abrangência dessa vertente.

Encontramos as seguintes propostas de ações nos três documentos analisados: (a) a disponibilização e oferta de alimentos e refeições saudáveis (BRASIL, 2006a; 2009a; 2009b); (b) o fomento à criação de condições para a

⁹ Para subsidiar o desenvolvimento das atividades, o material contém sugestões de atividades visando aproximar a comunidade escolar do assunto e incentivar a reflexão a respeito do tema. O material impresso é disponibilizado para a equipe técnica do PNAE com antecedência na plenária da REANE, é enviado por via de correio eletrônico, além de ficar disponível em vários sítios virtuais. Essas equipes municipais do PNAE, então, têm autonomia para a reprodução e distribuição do material aos coordenadores pedagógicos e aos parceiros institucionais a fim de planejarem as atividades a serem realizadas, e quando possível, incluir o tema no projeto pedagógico.

adequação dos locais de produção e fornecimento de refeições do ambiente escolar as boas práticas para serviços de alimentação, incluindo refeitórios, restaurantes, cantinas e lanchonetes (BRASIL, 2006a; 2009a; 2009b); (c) o fornecimento de instalações físicas e recursos humanos que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população, assim como o estabelecimento de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade (BRASIL, 2009a; 2009b) (d) o incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e, preferencialmente, pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas, de remanescentes de quilombos, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009a; 2009b); (e) a promoção do consumo de frutas, legumes e verduras por meio da oferta de pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) nas refeições ofertadas (BRASIL, 2006a; 2009a; 2009b).

Além das iniciativas citadas, a Lei e a Resolução vinculam a elaboração do cardápio pelo nutricionista, desde que utilizem gêneros alimentícios básicos, respeitando as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e na diversificação agrícola da região (BRASIL, 2009a; 2009b).

Outro aspecto a destacar relacionado ao cardápio está associado ao gosto da refeição. O tempero atribui gosto ao alimento, e a comida gostosa é comida feita com afeto. A falta de gosto da comida pode também expressar um posicionamento, pode exprimir um sentido. Segundo relato de merendeiras¹⁰ e professores de escolas públicas da Bahia, a alimentação escolar é doada e não pode ser negada pelo aluno; por isso *não precisa ter gosto* (FREITAS; FONTES, 2008, p. 42).

Destacamos finalmente que, nas referências de promoção da alimentação saudável nas escolas, não há qualquer alusão ou incentivo a adoção de horários adequados para a refeição. No contexto atual, geralmente, a alimentação escolar é composta de uma grande refeição, ou melhor, de almoço, porém em muitos locais sua oferta se apresenta inadequada sob o ponto de vista cultural, devido ao horário

¹⁰ Embora a nomenclatura merendeira não seja um consenso entre os estudiosos do PNAE, visto que alguns defendem a utilização desta terminologia pelo caráter afetivo que carrega, enquanto outros ressaltam que este termo remete a uma ideia distinta da proposta atual do PNAE, uma concepção superada no programa em que a merenda escolar deu lugar à alimentação escolar. Então, diante da ausência de um termo na Lei que orienta o PNAE, optamos pelo uso de “merendeira”, assim como está na Portaria 1.010, para nos referirmos ao profissional que não somente manipula os alimentos, mas que o serve, interagindo com o aluno e o estimulando a adotar uma prática alimentar diferenciada, um verdadeiro educador.

em que é servido. Greenwood (2011) encontrou o relato de uma aluna, que com indignação expressa o fato do almoço ser servido às nove e quarenta da manhã.

Um dos pontos cruciais, além dos já citados, seria o aumento substancial dos recursos financeiros per capita (de caráter complementar) repassados às unidades executoras para a confecção de refeições escolares. Os reajustes realizados pela esfera federal são acrescidos como que “em conta gota” no decorrer dos anos. O histórico dos investimentos financeiros é repleto de períodos de congelamento dos valores repassados, aumentos centavo a centavo e à ampliação do atendimento a alunos de escolas instaladas em comunidades étnicas.

O último ajuste do valor *per capita* ocorreu em 2009, quando a União passou a investir R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e EJA, enquanto que as creches e as escolas indígenas e quilombolas receberiam R\$ 0,60. Por fim, as escolas do programa Mais Educação receberiam R\$ 0,90 por dia. Mesmo que o FNDE argumente que os valores repassados possuem um caráter complementar, as cifras investidas ainda assim, estão muito aquém de apoiar a execução de tantas exigências nutricionais e atender aos propósitos de elaboração de cardápios variados.

1.3.2.3. Ações de proteção

A vertente de proteção é considerada por Castro, Castro e Gugelmin (2011) uma ação fundamental, um posicionamento que permite a elaboração, a implementação e a continuidade de medidas regulatórias que efetivamente resguardem a população contra práticas que ameaçam a saúde e o exercício de sua cidadania. Quanto a esta questão a Portaria 1.010 considera prioritária a restrição à oferta, ao comércio e à promoção comercial, no ambiente escolar, de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal (BRASIL, 2006a).

A Lei 11.947 envolve esta vertente ao considerar o desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais (BRASIL, 2009a). Uma vez que entende por “alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo” (BRASIL, 2009a, art.

1º), torna-se imprescindível como ação de proteção, a proibição ou regulação do comércio de alimentos no espaço da escola.

Já a Resolução 38 do FNDE avança um pouco mais nessa assertiva, visto que proíbe a aquisição de bebidas de baixo teor nutricional, tais como refrigerantes, refrescos artificiais e outras bebidas similares, e restringe a aquisição de enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semi-prontas para o consumo na escola, ou alimentos concentrados com quantidade elevada de sódio ou gordura saturada (BRASIL, 2009b).

A portaria 1.010, em seus eixos prioritários, destaca a restrição ao comércio e à promoção de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras (BRASIL, 2006a). Estudo afirma que os produtos alimentícios comercializados no espaço escolar são muito energéticos, com elevados teores de açúcares livres, gorduras e sal, sendo estes preferidos pelos estudantes (SILVA, 2009).

O Brasil tem avançado na implementação da regulação de venda e propaganda de alimentos no ambiente escolar. Por exemplo, em 2001, foi aprovada em Florianópolis, Santa Catarina, a Lei municipal, para as unidades educacionais públicas e privadas que atendem a educação básica. Em uma iniciativa pioneira no País até aquele período, a lei proibiu o comércio dos seguintes itens nas cantinas escolares: bebidas alcoólicas; balas, pirulitos e gomas de mascar; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos industrializados; salgados fritos e pipocas industrializadas (SANTA CATARINA, 2001a).

O Estado de Santa Catarina no final de 2001 publicou uma Lei Estadual, estabelecendo que o comércio nas unidades públicas e privadas da educação básica do estado está expressamente proibido de comercializar os itens citados pela lei municipal (SANTA CATARINA, 2001b) e, ainda, obrigando as cantinas a oferecerem duas opções de frutas sazonais diariamente.

A partir da criação destas leis, estratégias semelhantes têm sido observadas em diferentes municípios e estados brasileiros, como no município e, posteriormente no estado do Rio de Janeiro (2002, 2005b), no município de Belo Horizonte (2003), no estado do Paraná (2005), na grande São Paulo (2005), no Distrito Federal (2006), no município de Natal (2006) e no município de Porto Alegre (2007). Identificamos em nosso país esforços de diferentes atores sociais para a ampliação dessas ações

regulatórias, porém não consolidadas como medidas referentes à regulação da propaganda e marketing de alimentos ultra processados prontos para consumo e à regulação de qualquer tipo de propaganda dirigida ao público infantil (MONTEIRO; CASTRO, 2009; MONTEIRO *et al*, 2010).

A regulação/ proibição de cantinas escolares é um tema complexo, pois esbarra no valor que está embutido no poder inerente ao ato de comprar o seu próprio alimento. Para Abreu (1995), a possibilidade de eleger e comprar sua comida e se alimentar de acordo com os costumes de sua cultura possui um signo diferenciado do que quando comparado ao do alimento recebido. Esse é um dos motivos que o comércio de alimentos tende a permanecer nos arredores do ambiente escolar, ainda que não haja internamente.

1.3.2.4. Ações de Monitoramento

As ações de monitoramento, tanto das medidas de incentivo, apoio, e proteção, quanto dos desfechos de saúde relacionados à alimentação são importantes para subsidiar o (re)direcionamento dos planos traçados para o exercício do PNAE. Sobre o monitoramento das medidas de incentivo, apoio e proteção, destacamos a atuação do CAE, que tem como uma de suas competências, o acompanhamento da execução do PNAE.

Quanto aos desfechos de saúde relacionados à alimentação podemos citar o estímulo ao monitoramento da situação nutricional dos escolares (BRASIL, 2006a, 2009a, 2009b), atividade que deve orientar os parâmetros nutricionais para a composição do cardápio escolar e que pode indicar a necessidade de encaminhamento para uma assistência especial ao educando, entre outras ações. A Lei 11.947 orienta também sobre a execução de estudos e pesquisas objetivando a avaliação das ações do PNAE, podendo ser desenvolvidos em regime de cooperação com entes públicos e privados.

A realização regular de pesquisas de base populacional tem viabilizado o exame da tendência temporal de vários indicadores de alimentação e nutrição. Um

dos exemplos iniciados no âmbito escolar é a PeNSE¹¹. Resultado do convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde, contempla aspectos relativos às condições de saúde e ao perfil socioeconômico de adolescentes das escolas públicas e privadas das 27 capitais brasileiras (BRASIL, 2009d).

A realização da PeNSE em 2009 ampliou o conhecimento acerca das peculiaridades da saúde da população adolescente urbana brasileira, fornecendo às instâncias executivas e legislativas, aos conselhos de saúde e aos demais atores sociais, informações confiáveis para a orientação e a avaliação das políticas de saúde destinadas a esse importante contingente populacional.

Quanto ao monitoramento da aplicação dos recursos financeiros recebidos para a execução do PNAE é fundamental a garantia da aplicação correta em prol dos cidadãos. Para isso é indispensável, mais uma vez, a atuação do CAE, que além do monitoramento financeiro acompanha o desenvolvimento do PNAE como um todo (BRASIL, 2009a; 2009b).

Belik e Chaim (2009) ao analisar os municípios que participaram do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, identificou que em municípios onde o CAE é atuante, se reúne com regularidade são observadas mudanças efetivas no PNAE local (ainda que a legislação não defina o número de reuniões que devam ser realizadas). Assegura que em alguns casos, o Conselho conseguiu impedir o processo de terceirização da alimentação escolar, garantir a participação dos conselheiros nos processos de licitação e acompanhamento da aceitação do cardápio pelos alunos, além de exigir a contratação de nutricionista para atender ao Programa, com evidente economia de recursos públicos.

O CAE é um instrumento importante no monitoramento das ações implementadas no espaço escolar, aplicação correta dos recursos financeiros destinados ao PNAE, entre outros. No entanto, Pipitone *et al* (2003) afirmam que o CAE é uma instância social a ser ainda consolidada no Brasil.

¹¹ Esse assunto foi discutido na seção “As veredas da Alimentação Escolar”, página 14 dessa dissertação.

1.3.2.5. Ações intersetoriais

Com base no entendimento de promoção da saúde apresentado, enfatizamos a importância de ações intersetoriais simultâneas e complementares. Essas ações entre setores também são valorizadas nos três referenciais utilizados, com especial destaque a interação entre o Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O PSE pode também ser considerado uma estratégia concreta de integração destes setores objetivando a promoção de saúde dos escolares.

Na Resolução 38 do FNDE e na Lei 11.947 também é dada importância da intersetorialidade por meio de políticas, programas, ações governamentais e não governamentais para a execução do PNAE, por meio de ações articuladas entre educação, saúde, agricultura, sociedade civil, ação social, entre outros.

A reflexão sobre a promoção da alimentação saudável no âmbito do PNAE demonstra, em parte, a dimensão do desafio que está posto para a ampliação do conceito e aplicação desse no ambiente escolar. Reforça a necessidade de incorporar em seu conteúdo as questões como direito à alimentação adequada, segurança alimentar e nutricional, fortalecimento da cidadania, justiça social, valorização da cultura, sustentabilidade ambiental, entre outros.

Faz-se investir na formação dos profissionais envolvidos com a educação escolar, a fim de que as dimensões da alimentação sejam incorporadas como conteúdo pedagógico e práxis cotidiana no ambiente escolar. Isso inclui formação de diretores, professores, coordenadores, merendeiras, nutricionistas, entre outros.

2. PERCURSO METODOLÓGICO



O rio recebe cor na fricção das águas com a terra do leito que o acolhe e ganha sentido quando proporciona um espaço para o desenvolvimento da vida.

O percurso metodológico de uma pesquisa qualitativa também é assim. Encharcado pelas águas da teoria, ganha colorido na resistência e cedência no contato com o outro e recebe sentido quando é transportado para uma prática que possibilita a expressão das experiências de vida. Rute Costa
Foto tirada em um dos trajetos percorridos em busca das concepções do saudável

2.1. Caracterização do estudo

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (1991) tem por finalidade familiarizar o pesquisador com o problema, na intenção de torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como principal objetivo o refinamento das idéias”. Fernandes e Gomes (2003) e Minayo (2007) descrevem este tipo de pesquisa como uma modalidade utilizada quando não existe trabalho científico anterior, já que busca-se um conhecimento maior sobre o tema, pois nenhum estudo o utilizou anteriormente como objeto de pesquisa. Estes autores apontam que a pesquisa exploratória é aplicada quando não há conhecimentos profundos do tema de interesse, buscando desenvolver hipóteses e fornecer uma direção aos pesquisadores. Com relação à formulação de hipóteses, os autores afirmam que poderão surgir no decorrer do trabalho, mas não são um elemento fundamental deste tipo de estudo.

A escolha desta modalidade de pesquisa fundamentou-se no fato de não existirem outros estudos com este público e tema na necessidade de aproximação com o objeto de estudo a fim de possibilitar a formulação de problemas mais precisos ou criar hipóteses a serem pesquisadas por estudos futuros.

Tratou-se também de uma pesquisa onde outros signos para além da fala, aparentemente visíveis ou não, foram valorizados como forma de expressão possível e como mecanismos de construção dos conteúdos. Por meio da pesquisa qualitativa é possível adentrar no universo dos significados, dos motivos, dos valores e das atitudes dentro de um grupo determinado, pois suas ferramentas admitem esse aprofundamento (VICTORA, 2000; MINAYO, 1992).

A pesquisa qualitativa é definida por Martins (2004) como aquela que privilegia a análise das ações sociais individuais e grupais e do exame intensivo dos dados. O autor ressalta que, como um processo de trabalho artesanal, é necessário o exercício da intuição e da imaginação pelo pesquisador, como condição para a análise.

2.2. Aspectos operacionais: seleção dos municípios e entrevistas

Esta pesquisa teve como informantes os gestores de alimentação escolar e os responsáveis técnicos que atuam na coordenação e execução do PNAE em municípios do Rio de Janeiro. Por ser este estado composto de noventa e duas cidades, tem-se um total de 184 atores atuando na gestão e na responsabilidade técnica do PNAE. Assim, diante da exigüidade do tempo disponível no mestrado para a execução de um trabalho de campo que envolvesse a totalidade dos atores que coordenam e executam o Programa nos municípios do Rio de Janeiro, consideramos oportuno definir uma “amostra” baseada nos critérios descritos a seguir.

Vale ressaltar que uma pesquisa de cunho qualitativo não se baseia no parâmetro numérico para garantir sua representatividade. Sendo assim, neste trabalho o “universo” em questão não foram os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes (MINAYO, 1992).

Para a seleção dos municípios construímos uma listagem, conforme os seguintes critérios: a região do estado a qual o município pertencia, a participação do município nas atividades promovidas pela REANE e o seu porte populacional (Apêndice A). Este procedimento teve por objetivo garantir, em nossa seleção, a representação de diversos parâmetros (região, porte e nível de adesão às atividades da REANE) que poderiam trazer alguma influência na concepção sobre alimentação saudável.

Com base na listagem construída foi realizado um sorteio dentro de cada regional. Ordenamos os municípios por porte e, em seguida, por nível de participação, depois disso sorteou-se um número aleatório para começar o sorteio dos municípios, construindo assim uma amostra aleatória simples com 10% do total dos municípios de cada região. Ao final selecionamos onze municípios, dois para cada região, com exceção da região sul fluminense, que teve somente um representante, já que nesta região havia apenas cinco municípios.

É importante esclarecer que a definição das regiões do estado do Rio de Janeiro utilizada neste estudo seguiu o critério usado pelo NUCANE, ou seja, as regiões e o número de municípios que as integram são: Litorânea (16), Metropolitana (15), Norte/Noroeste Fluminense (18), Serrana (18), Sudoeste Fluminense (20), Sul Fluminense (5). A segunda questão refere-se aos parâmetros usados para a caracterização de participação nas atividades realizadas pela REANE no período de 2009 a 2010, a saber: o cadastramento dos municípios do estado na Rede, o preenchimento do questionário de diagnóstico do PNAE produzido pelo NUCANE e a participação nas três plenárias realizadas no período acima descrito, que abordavam temas afins ao PNAE e que objetivavam também a qualificação da equipe técnica do PNAE dos municípios. Com o intuito de sistematizar a participação dos municípios nas atividades desenvolvidas pela REANE, foi criado um escore de participação dos municípios dividido em cinco categorias: conceito excelente (participação em todas as atividades); bom (em três atividades); regular (em duas atividades); ruim (em uma atividade); e ausentes (nenhuma participação).

Após a definição da amostra, o próximo passo foi identificar o gestor de alimentação escolar e o RT representante de cada município. Esses atores foram contatados por meio de telefonema, momento em que a pesquisadora apresentou a pesquisa e seus objetivos, justificativa e os procedimentos para a entrevista. No

caso de resposta afirmativa quanto à participação no estudo, foi marcada uma data para a realização da entrevista.

O primeiro contato foi realizado com o RT. Após aceitarem o convite, buscamos identificar que ator dentro da entidade executora era o gestor da alimentação escolar. Algumas perguntas foram feitas para: (a) conhecer como era a organização da coordenação do PNAE no município, se estavam estruturados no formato de departamento ou setor; (b) identificar a presença ou não de um responsável por este departamento, seja ele um diretor ou coordenador; e se houvesse, (c) qual a posição hierárquica deste ator em relação ao RT. Se superior, este seria identificado como gestor da alimentação escolar.

Desta forma, descobrimos que em dois municípios o RT também exercia o papel de diretor do departamento de alimentação escolar; em outros três municípios havia uma pessoa, que não era nutricionista, representando o serviço de alimentação escolar perante o gestor municipal; nos demais sequer existia um setor exclusivo para a alimentação escolar. Neste caso, o secretário municipal de educação era considerado como o gestor de alimentação escolar.

Concluída a etapa de identificação do gestor da alimentação escolar, averiguamos os meios pelos quais seria possível convidá-lo para participar da pesquisa. Na maioria dos casos o próprio RT se oferecia para agendar com o seu superior. Assim, combinávamos uma data e um horário em que o retorno da ligação e confirmação se o agendamento fora bem sucedido. Houve duas exceções a esta conduta: em um encontro da REANE, o gestor da alimentação escolar foi identificado e contatado pessoalmente e em outro caso o RT não quis atuar como mediador, pedindo que o agendamento fosse realizado diretamente com a secretária de educação.

Ao final do contato era solicitado aos participantes da pesquisa que reservassem um espaço, quando possível, discreto, com poucos ruídos e movimentação, para não prejudicar a gravação da entrevista. Também o número do telefone celular da pesquisadora era disponibilizado caso houvesse necessidade de contato em virtude de algum imprevisto que impedisse a realização da entrevista na data agendada. Embora cumprindo esses procedimentos, era realizada uma ligação com alguns dias de antecedência a fim de garantir que os pesquisados aguardariam no local, data e horários combinados previamente.

De todos os contatados, apenas uma RT se recusou a participar da pesquisa. A primeira ligação ocorreu em setembro de 2010. Neste período a RT estava prestes a dar à luz. Durante seis meses foram realizadas mais quatro tentativas. Assim, após cinco tentativas realizadas no período de 10 meses e esgotando-se o prazo estabelecido para a realização da coleta de dados, este comportamento foi entendido como recusa à participação na pesquisa. Esta RT recebeu os agradecimentos pela atenção prestada e foi informada a RT que outro município seria contatado a fim de ser um dos representantes da região litorânea. Desta forma buscou-se o RT do primeiro município da lista de substituição, que após contatado prontamente atendeu ao convite para a participação no estudo.

No processo de trabalho de campo desta investigação, as entrevistas semi-estruturadas foram utilizadas para a obtenção das informações. Todas as entrevistas foram realizadas separadamente com RT e Gestor de alimentação escolar e foram gravadas com o auxílio de um aparelho mp 3, mediante autorização do entrevistado e após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

Um roteiro contendo os itens indispensáveis para o delineamento do objeto foi o instrumento utilizado para orientar o momento da entrevista (Apêndice C). Para Minayo (1992) e Duarte (2004) este instrumento possibilita que o entrevistador discorra sobre o tema proposto, sem haver respostas ou condições prefixadas, permitindo um aprofundamento, coletando indícios dos modos como cada um dos sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior de um determinado grupo.

Esse roteiro foi elaborado com base na sistematização das repostas do questionário de diagnóstico do PNAE aplicado pelo NUCANE em 2009-2010. O roteiro, baseado nos objetivos do estudo, foi dividido em seis blocos, a saber: (1) a identificação do entrevistado e do quadro técnico do PNAE, que tinham por objetivo conhecer o profissional entrevistado e sua relação com o trabalho, assim como a equipe que atuava na coordenação e execução do Programa; (2) o PNAE local, (3) o tipo de alimentação oferecida, (4) a prática. A finalidade destes três blocos era identificar as ações promovidas no âmbito do PNAE, as possibilidades e dificuldades encontradas; (5) o conceito, cujo objetivo foi conhecer a concepção dos entrevistados sobre alimentação saudável e promoção da alimentação saudável; e

por fim (6) a lei 11.947, a fim de saber se os entrevistados conheciam a lei 11.947 e se a entendiam como ferramenta para promoção da alimentação saudável.

A aplicação do roteiro ocorria após o consentimento formal para a realização da entrevista e a apresentação da pesquisa e da pesquisadora. Iniciava pela identificação do entrevistado e apresentação do quadro técnico. A partir do relato de sua trajetória profissional, atribuições no PNAE etc, o entrevistado discorria espontaneamente sobre suas idéias sobre a alimentação, saúde, o PNAE etc. A medida que os temas alimentação saudável e promoção da alimentação saudável e demais questões do roteiro surgiam na fala dos atores incitava-se um aprofundamento do significado que eles atribuíam aos temas. As demais questões, que não apareciam espontaneamente e que eram de interesse desta pesquisa, eram introduzidas à conversa, conforme estavam presentes no roteiro. Desta forma a entrevista transcorria até que todos os objetivos de cada bloco fossem alcançados.

A sistematização das repostas do questionário de diagnóstico do PNAE aplicado pelo NUCANE em 2009-2010 também auxiliou a construção do perfil dos municípios, apresentado na seção Contexto da Pesquisa. A fim de aprimorar o roteiro e identificar possíveis lacunas foi realizada uma entrevista coletiva com quatro nutricionistas que atuavam ou já haviam atuado na equipe técnica do PNAE de alguns municípios do Rio de Janeiro, excluindo aqueles selecionados para a realização das entrevistas individuais. As sugestões proferidas por estas nutricionistas (quanto a ordem de apresentação das perguntas) foram acolhidas pela pesquisadora.

As entrevistas com os representantes dos municípios sorteados foram realizadas nos próprios municípios em locais definidos pelos RT e gestores. As visitas a estes locais, segundo Costa (2003), são uma oportunidade para observar, mesmo que de maneira não aprofundada: os locais, os objetos e símbolos, as pessoas e seus comportamentos, as interações verbais e as maneiras de estar e de dizer, as situações, os ritmos e os acontecimentos. Segundo Duarte (2004) durante a realização da entrevista o pesquisador atua como mediador para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzindo o outro a se voltar sobre si próprio; incitando-o a relacionar os temas e sua prática cotidiana.

Duarte (2004) também sugere que a entrevista oferece ao interlocutor a oportunidade de refletir sobre si mesmo, de refazer seu percurso biográfico, pensar

sobre sua cultura, seus valores, sua história. Ao mesmo tempo em que o entrevistado fornece matéria-prima para a pesquisa, está também refletindo sobre sua própria vida e dando um novo sentido a ela. Avaliando seu meio social, ele estará se auto-avaliando, se auto-afirmando perante sua comunidade e perante a sociedade, legitimando-se como interlocutor e refletindo sobre questões em torno das quais talvez não se detivesse em outras circunstâncias.

É importante destacar que as impressões e observações da entrevistadora sobre o local da entrevista, estrutura do município, comportamento e expressões dos entrevistados, entre outros aspectos, foram registradas em diário de campo, que posteriormente auxiliou no processo de análise do material empírico.

2.3. Análise das entrevistas

Neste estudo utilizou-se a análise descritiva que consiste na exposição detalhada das informações coletadas, com a possibilidade de interpretá-las (STRAUSS; CORBIN, 1990). Mercado-Martínez (2004, p. 153) aponta a existência de diferentes níveis de análise: “descrição, análise e interpretação”. Para este autor trata-se de “fenômenos distintos e por isso os estudos podem ter como propósito centrar-se em um, dois ou três níveis, dependendo das questões e do problema a investigar”. Esta pesquisa deteve-se ao nível da descrição do material empírico construído por meio das entrevistas e observações realizadas no decorrer do estudo. Os resultados apresentados darão subsídios para outros estudos que poderão aprofundar as análises com base na interpretação dos resultados.

2.4. Aspectos éticos

O projeto foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ em agosto de 2010, com o parecer de nº 054/2010.

Quanto aos aspectos éticos, para que os municípios e os sujeitos tivessem suas identidades preservadas seus nomes foram substituídos. Os municípios

receberam o nome da região a que correspondem, no entanto, como dois municípios de cada região foram selecionados, acrescentaram-se as letras A e B para que fossem diferenciados entre si. Esta regra é exceção no caso do único município representante da região sul fluminense.

Para manter o anonimato dos participantes da pesquisa substituímos seus nomes pelo de flores. A escolha pelo nome de flores ocorreu porque elas podem expressar pensamentos e sentimentos. Da mesma forma, como em todas as épocas e civilizações as flores e plantas estiveram em estreita relação com o ser humano, adquirindo significados diversos, cada sujeito da pesquisa transmitiu uma mensagem, uma linguagem ou sentimento durante o pouco tempo de convivência com a pesquisadora. A citação dos pseudônimos dos sujeitos entrevistados aparecerá no corpo do texto e entre parênteses em fonte itálica, a fim de distingui-los das referências bibliográficas.

O Quadro 2 apresenta os pseudônimos dos municípios e dos sujeitos entrevistados.

Quadro A: Nome dos municípios e pseudônimos dos sujeitos da pesquisa.

Município	Responsável Técnico	Gestor de alimentação escolar
Metropolitano A	Jasmim	Iris
Metropolitano B	Lavanda	Rosa
Sudoeste A	Margarida	Lírio
Sudoeste B	Girassol	Alfazema
Sul	Orquídea	Flor de lis
Litorâneo A	Azálea	Violeta
Litorâneo B	Gardênia	Camélia
Serrano A	Dália	Campânula
Serrano B	Cravo	Hortênci
Noroeste A	Bentônica	Tulipa
Noroeste B	Peônia	Magnólia

3. CONTEXTOS DA PESQUISA



Olhar de longe e imaginar as surpresas que a aproximação pode trazer. Rute Costa
Foto tirada no trajeto em busca das concepções do saudável

3.1. Os lugares, o PNAE e os atores

As informações referentes aos lugares, programas e os sujeitos aqui estudados foram obtidos de diversas fontes, a saber: o banco de dados virtual do Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE); as respostas do questionário de diagnóstico do PNAE, aplicado pelo NUCANE no período de 2009 a 2010; registros do diário de campo; e do registro da fala dos entrevistados. O consolidado das informações sobre o perfil dos gestores de alimentação escolar, RT e PNAE estão apresentadas nos Quadros 3, 4 e 5.

Quadro 3- Perfil dos Responsáveis Técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar entrevistados e seu vínculo com a Entidade Executora.

Município	Formação	Ano de formação	Universidade	Pós- graduação	Vínculo empregatício	Cargo	Carga horária	Trabalha com alimentação escolar	Residência no município
Metropolitano A	Nutricionista	2005	Pública	Nutrição esportiva	Concurso público	Responsável técnico e gestor	40h/sem	2006 (5 anos)	Não
Metropolitano B	Nutricionista	2000	Pública	Metabolismo e atividade física	Concurso público	Responsável técnico	20h/sem	2003 (7 anos)	Sim
Sudoeste A	Nutricionista	2005	Particular	-	Concurso público	Responsável técnico	20h/sem	2010 (4 meses)	Não
Sudoeste B	Nutricionista	2003	Pública	Nutrição clínica Mestrado-saúde idoso	Cargo confiança	Responsável técnico e gestor	40h/sem	2005 (10 anos)	Sim
Sul	Nutricionista	2007	Particular	<i>Personal Diet.</i>	Contrato	Responsável técnico	20h/sem	2009 (2 anos)	Não
Litorâneo A	Nutricionista	2004	Particular	Fisiologia; Clínica e esporte	Contrato	Responsável técnico	40h/sem	2010 (9 meses)	Não
Litorâneo B	Nutricionista	2003	Particular	Nutrição Clínica	Contrato	Responsável técnico	30h/sem	2003 (8 anos)	Sim
Serrano A	Nutricionista	2001	Particular	-	Concurso Público	Responsável técnico	20h/sem	2010 (9 meses)	Sim
Serrano B	Nutricionista	2003	Particular	Nutrição clínica funcional	Contrato	Responsável técnico	20h/sem	2007 (4 anos)	Sim
Noroeste A	Nutricionista	2006	Particular	Saúde Coletiva	Cedida da Secretaria de Saúde	Responsável técnico	20h/sem	2010 (9 meses)	Sim
Noroeste B	Nutricionista	2006	Particular	-	Contrato	Responsável técnico	20h/sem	2010	Não

Quadro 4- Perfil dos gestores de alimentação escolar e vínculo com a Entidade Executora.

Município	Formação	Ano de formação	Pós-Graduação	Cargo	Carga horária	Tempo no cargo	Residência no município
Metropolitano A	Professora de educação artística	1972	(Mestrado) Memória Social	Secretária de Educação	40h/sem	6 anos	Não
Metropolitano B	Professora de Educação física	1985	-	Diretora de departamento	40h/sem	2 anos	Sim
Sudoeste A	Professora Biologia		Sexualidade Humana	Secretária de Educação	40h/sem	6 anos	Sim
Sudoeste B	Professora e pedagoga	1977	Administração escolar e supervisão	Secretária de Educação	40h/sem	6 anos	Sim
Sul	Professora Língua Portuguesa	1986	Português Moderno	Secretária de Educação	40h/sem	25 dias	Sim
Litorâneo A	Bióloga	1986	-	Supervisora de merenda	40h/sem	22 anos	Não
Litorâneo B	Professora História	1982	-	Secretária de Educação	40h/sem	2 anos e meio	Sim
Serrano A	Pedagoga	1967	Pedagogia, magistério e administração escolar	Secretária de Educação	40h/sem	8 anos	Sim
Serrano B	Professora de braile	-	-	Coordenadora de merenda	40h/sem	4 anos e meio	Sim
Noroeste A	Pedagogia	1991	Educação integrada Educação de Jovens e Adultos	Secretária de Educação	40h/sem	1 ano	Sim
Noroeste B	Professora de Matemática e pedagoga	1985	Matemática	Secretária de Educação	40h/sem	1 ano	Sim

Quadro 5- Perfil do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios entrevistados.

Município	Órgão	Tipo de serviço	Escolas Municipais	Creches Municipais	Alunos* (Escolas Municipais)	Número de Nutricionistas	Número recomendado (CFN, 2010)	Número de merendeiras	Atividades na REANE	Parcerias com secretarias e instituições	Cantina Escolar
Metropolitano A	Secretaria Municipal de Educação	Próprio	30	6	15.000	1 RT+ 1QT	1 RT + 7 QT	120	5	Secretarias de Saúde, de Meio Ambiente e UERJ	Sim
Metropolitano B	Fundação Municipal de Educação	Próprio	72	35	30.000	1 RT + 8 QT	1 RT + 13 QT	359	4	Nestlé, SESI, psicólogas e fisioterapeutas (Sec. Saúde), CAE	Sim
Sudoeste A	Secretaria Municipal de Educação	Terceirizado	9	1	6.300	1 RT	1 RT + 3 QT	85	2	Não	Não
Sudoeste B	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.	Próprio	10	1	3.000	1 RT	1 RT + 3 QT	33	5	Centro Universitário, SESI e Secretarias: de Agricultura, Promoção social e de Saúde.	Sim
Sul	Secretaria Municipal de Educação	Próprio	27	7	10.000	1 RT + 1 QT	1 RT +	131	5	Secretarias de Saúde, Ação Social	Sim
Litorâneo A	Secretaria Municipal de Educação e Ciência	Próprio	17	2	7.500	1 RT + 1 creche**	1 RT + 3 QT	101	3	Secretaria de Meio ambiente	Sim
Litorâneo B	Secretaria Municipal de Educação	Próprio	62	2	32.000	1 RT+ 4 QT	1 RT + 13 QT	356	4	Secretarias de Saúde e Agricultura.	Sim
Serrano A	Secretaria Municipal de Educação	Próprio	9	1	2.000	1 RT	1 RT + 2 QT	32	2	Cimenteira	Sim
Serrano B	Secretaria Municipal de Educação	Próprio	135	09	20.000	1 RT	1 RT + 9 QT	317	3	SESI	Sim
Noroeste A	Secretaria Municipal de Educação	Próprio	7	1	1.500	1 RT	1 RT + 2 QT	15	3	Saúde	Sim
Noroeste B	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Próprio	6	3	1.200	1 RT	1 RT + 2 QT	20	4	Saúde e Assistência Social	Sim

Legenda: REANE: Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar. CAE- Conselho de Alimentação Escolar. CFN: Conselho Federal de Nutricionistas. RT: Responsável técnico. QT: Nutricionista do Quadro técnico. SESI- Serviço Social da Indústria. Participação em atividades da REANE: 0= nenhuma; 1=uma atividade; 2- duas atividades; 3= três atividades; 4= quatro atividades; 5= cinco atividades. ** nutricionista concursada para atender a 1 creche municipal, mas que não participa diretamente da gestão do PNAE do município

Antes de abordar as informações de cada município individualmente, alguns dados gerais merecem destaque. O primeiro deles é que 45% dos municípios entrevistados contrataram nutricionistas como responsáveis técnicos após a publicação da lei 11.947, de 2009. Antes disso, nesses municípios, professores da rede municipal de educação atuavam como supervisores de merenda escolar, confeccionavam o cardápio e calculavam a quantidade de gêneros alimentícios a serem comprados. Em alguns casos, a nutricionista de outro setor, como da Saúde, prestava apoio técnico à Secretaria de Educação na confecção dos cardápios escolares, mas sem assumir a responsabilidade técnica do PNAE.

Devido ao ingresso recente desses profissionais na coordenação do PNAE do município, muitos ainda estavam conhecendo a dinâmica do Programa local ou planejando as ações a serem desenvolvidas durante o período letivo que sucederia. A maioria deles não tinha experiência profissional anterior em alimentação escolar.

Quanto aos gestores da alimentação escolar, notamos que estes possuíam um estreito vínculo com a rede municipal de Educação, principalmente nos municípios do interior do estado. Com exceção da entrevistada do Metropolitano A, todos relataram ter construído sua história com a educação dentro do município em que atuavam. Narraram terem sido professores, diretores de unidades escolares, ou mesmo alunos da rede municipal de educação.

O acesso da população a esses atores é maior. De acordo com *Campânula*, “[...] principalmente em cidade pequena, somos abordados em todos os lugares. [...] é no banco, no supermercado, é na padaria, é numa loja. [...] é todo mundo tão conhecido que te perguntam tudo em qualquer lugar ou na sua própria casa. Pelo telefone ou pessoalmente.” As entrevistadas afirmaram conhecer a realidade do aluno, assim como seus responsáveis. *Tulipa* testemunhou: “a gente encontra nas festas, na rua. É ali que a gente fala sobre o nosso aluno, a gente conversa sobre a criança.”

O entrelaçamento da história de vida dos gestores com a história da cidade e da rede de educação local pareceu conferir ao discurso sobre a alimentação escolar uma qualidade emocional ou de afetividade. Alguns se emocionaram enquanto discursavam sobre o tema. Por outro lado, a posição de liderança em que se encontram é uma barreira para o reconhecimento público das deficiências do sistema em que são gestores, incluindo a alimentação escolar.

Os RT, por sua vez parecem não ter o mesmo envolvimento afetivo que os gestores. Apesar de seis dos entrevistados residirem na cidade em que trabalhavam, eles mantinham outros empregos a fim de garantirem uma renda apropriada ao sustento da família. Sendo assim, seu comprometimento, muitas vezes era cumprir a carga horária e as atribuições técnicas que lhe foram conferidas, tendo pouco tempo para se envolver com as escolas e famílias.

Faremos agora uma breve descrição dos 11 municípios do Rio de Janeiro selecionados para o estudo, assim como a composição e dinâmica do seu PNAE e dos atores sociais envolvidos na gestão deste programa.

3.1.1 Metropolitano A

O município Metropolitano A é um município jovem com uma população estimada em mais de 170 mil habitantes, segundo o relatório do IBGE (BRASIL, 2010b). A população que compõe o município Metropolitano A reside integralmente na área urbana, já que, segundo os dados oficiais este município não reconhece área rural (BRASIL, 2010b).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município encontra-se na faixa de um milhão e meio de reais e o per capita em sete mil reais. A renda mensal domiciliar per capita está na faixa de um salário mínimo¹² (BRASIL, 2008).

Sobre os dados relativos à Educação, cerca de 150 mil habitantes se declararam alfabetizados e 3,5% da população com 15 anos ou mais de idade afirmaram não saber ler ou escrever (BRASIL, 2009e). A rede municipal de educação é composta por 15.000 alunos atendidos por 36 unidades escolares, dentre as quais seis são creches municipais e comunitárias.

A Secretaria Municipal de Educação encontra-se atualmente sediada em um prédio próximo ao centro comercial. Diferente dos demais departamentos que ocupam espaços privilegiados deste prédio e possuem móveis e equipamentos melhor adaptados, o departamento de alimentação escolar está instalado em uma área muito estreita, visualmente adaptada para essa função.

¹² O valor do salário mínimo considerado foi de R\$ 540,00, valor referente ao ano de 2011.

O nível central de gestão do PNAE do Metropolitano A apresenta a organização de um departamento de alimentação escolar. É composto por quatro funcionários, dentre os quais, dois nutricionistas (sendo um RT) e duas pessoas que atuavam em funções administrativas. Este número encontrava-se abaixo do recomendado (oito profissionais) pela Resolução 465/10 do CFN (BRASIL, 2010a). Como resultado dos esforços empregados pela RT e pelo secretário de educação, no período em que foram realizadas as entrevistas, iniciava-se um processo seletivo no município, do tipo concurso público, para contratação de mais um nutricionista.

Quanto à composição do quadro de funcionários envolvidos na execução direta do PNAE, foi relatado pela RT que o município possui cerca de 120 merendeiras e auxiliares de cozinha, um estoquista que atua em um depósito central. Além destes atores, dois motoristas realizavam a entrega dos produtos alimentícios e outros materiais em turnos previamente estabelecidos. Segundo a RT são realizadas duas atividades de qualificação por ano com toda a equipe de merendeiras e auxiliares no período de recesso escolar.

A equipe do departamento de alimentação escolar também participou de atividades de qualificação realizadas pela REANE no período de 2009-2010. A representação deste município em atividades realizadas pela REANE foi de 100%, ou seja, foram cadastrados, responderam ao questionário e participaram das três plenárias realizadas neste período.

A gestão do PNAE de Metropolitano A realiza parcerias com outras secretarias municipais, dentre quais as Secretarias de Saúde e de Meio Ambiente são as mais presentes. Além destas, recentemente firmaram convênio com uma universidade pública do Rio de Janeiro para a realização de estágio não curricular de nutrição no âmbito do PNAE. Segundo as entrevistadas a realização de parcerias é fundamental para imprimir qualidade ao serviço e possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas que beneficiem o educando.

Quanto ao serviço de produção de refeições escolares, Metropolitano A executa o modelo de auto-gestão. No entanto, nem todas as escolas possuem cozinha, nestes casos a alimentação escolar é produzida na maior escola da cidade e transportada em caixas térmicas pelos veículos da Secretaria de Educação.

O serviço próprio nem sempre foi uma realidade neste município. Segundo relato da gestora e da RT, em 2005, uma empresa terceirizada prestava serviços ao município. Havia um grande descontentamento com o serviço que era oferecido,

pois os diretores das unidades escolares alegavam a baixa qualidade da refeição servida e a reduzida variedade dos alimentos. Ainda que houvesse uma nutricionista contratada pelo PNAE para a fiscalização da empresa contratada, os resultados mantinham-se abaixo das expectativas.

Aproximadamente um ano após a gestora de alimentação escolar assumir o cargo, ela propôs ao prefeito a reversão para o sistema de autogestão. Houve então uma grande mobilização para reestruturar as cozinhas escolares, para a aquisição de equipamentos, pois embora o contrato rezasse que a empresa terceirizada deveria realizar a manutenção da estrutura física e dos equipamentos, estes se encontravam em péssimo estado de conservação. Segundo a gestora de alimentação escolar, mudanças nítidas foram observadas. Entre elas a economia de cerca de R\$ 1.000.000,00 em gastos com alimentação escolar no primeiro ano de serviço próprio. Outra grande mudança foi no cardápio que, segundo a gestora de alimentação escolar, adquiriu as características de “*balanceado: acrescentaram-se os legumes, frutas e verduras que não tinham.*” Além disso, foram realizados concursos públicos para merendeiras e nutricionista e hoje, segundo relatado, há uma equipe básica no setor de alimentação e nutrição escolar.

A RT ingressou em 2006 por meio de concurso público para o cargo de nutricionista e estava lotada na Secretaria Municipal de Educação. Graduada em nutrição por uma universidade de ensino superior público e especialista em nutrição esportiva, segundo expressão usada por ela, “*caiu de pára-quedas na alimentação escolar*” (*Jasmim*), pois até então não tinha experiência alguma nesta área que acabou adquirindo “*na força e na raça*”. No período da entrevista exercia não só a função de RT, como também de diretora do setor de alimentação escolar. Já a gestora em alimentação escolar ocupava há seis anos o cargo. Formada em educação artística em 1972 e mestre em memória social, era também professora de música de um colégio federal de educação infantil.

A entrevista com a RT foi realizada na sala de reuniões da Secretaria de Educação. A entrevista individual teve duração de cerca de 40 minutos e após a entrevista, em uma atitude de acolhimento fui apresentada aos funcionários, levada para conhecer as instalações locais e convidada para partilhar um “cafezinho” na copa, onde a prosa continuou. Já a gestora me recebeu em seu gabinete e após esclarecidas as questões sobre os termos éticos da pesquisa, solicitou à sua secretária que evitasse interromper, ao menos que o assunto fosse de grande

urgência. Antes de ligar o gravador, ressaltou ser leiga nas questões de nutrição e alimentação e que caso alguma questão não ficasse clara, poderíamos procurar a RT para maiores esclarecimentos. Mesmo demonstrando essa insegurança inicial a entrevistada parecia à vontade em responder as questões e assim a entrevista durou uma hora e vinte minutos.

3.1.2 Metropolitano B

O município Metropolitano B possui uma população estimada em 500 mil habitantes que reside integralmente na área urbana (BRASIL, 2010b). É uma cidade populosa, de grande porte e oferece um bom padrão de vida para os seus moradores. É um dos principais centros financeiros, comerciais e industriais do Rio de Janeiro, no entanto mantém atividade pesqueira atuante, ainda que não seja a atividade financeira principal. Ainda assim, segundo os dados do censo do IBGE de 2010, o PIB do município é de cerca de nove milhões e meio de reais e o PIB *per capita* de R\$ 19 mil por ano. A cidade possui uma renda *per capita* domiciliar média de quatro salários mínimos.

A estrutura da rede municipal de educação construída para acolher os 30.000 alunos matriculados é composta por 72 escolas e 35 creches municipais e/ou comunitárias (BRASIL, 2009e). A Secretaria Municipal de Educação é o órgão que coordena o PNAE local, e encontra-se sediada em um prédio no centro comercial de Metropolitano B, com fácil acesso pelos principais meios de transportes coletivos. O departamento de nutrição, como é denominado, está localizado no segundo piso deste prédio.

Os profissionais que compõem a gestão do PNAE do Metropolitano B são: uma diretora do departamento de nutrição, oito nutricionistas (sendo uma RT) e uma funcionária que atua em funções administrativas. Das nutricionistas, três atuavam exclusivamente nas creches municipais, possuindo carga horária ampliada e funções não compartilhadas entre as demais. Segundo a Resolução de nº 465/10 do Conselho Federal de Nutricionistas, o número de nutricionistas recomendados para atender a um programa deste porte deveria ser um RT e treze nutricionistas no quadro técnico.

Quanto ao modelo de gestão do PNAE de Metropolitano B é do tipo auto-gestão. Portanto toda composição do quadro de funcionários envolvidos na execução direta do PNAE são de funcionários da prefeitura. Conforme relatado pela RT, o município possui cerca de 360 merendeiras, um número que atende aos padrões estabelecidos pela regulamentação municipal. Segundo ela são realizadas atividades de capacitação com as merendeiras pela nutricionista responsável pela cozinha experimental, além de visitas técnicas de supervisão nas escolas. As atividades de qualificação das merendeiras envolvem um conceito de valorização do profissional, passando a importância da merendeira no cotidiano escolar, com relação à alimentação da criança.

O próprio quadro de nutricionistas deste município participou de quatro entre as cinco atividades realizadas pela REANE. Ou seja, esta equipe foi cadastrada, responderam ao questionário e participaram de duas plenárias no período de 2009 a 2010.

Segundo as entrevistadas a gestão do PNAE realiza parcerias com a Nestlé, com o Serviço Social da Indústria (SESI), com as psicólogas e fisioterapeutas da Secretaria Municipal de Saúde e com o CAE. As parcerias possuem um caráter de projeto, algo temporário, que acontece em determinadas ocasiões, de forma muito específica e pontual.

A RT ingressou em 2003 por meio de concurso público para nutricionista e estava lotada na Secretaria Municipal de Educação. Formada em 2000 por uma universidade de ensino superior público é também pós-graduada em metabolismo e atividade física. Como RT possuía uma carga horária semanal de vinte horas, sem haver distinção entre as funções que exerce e as demais nutricionistas, pois as atribuições são divididas com as demais que atuam na gestão central. Já a gestora em alimentação escolar de Metropolitano B atuou como diretora da maior escola da rede municipal por 15 anos, e afirmou que essa experiência era um diferencial na sua gestão, pois contribuía com seus testemunhos sobre o cotidiano escolar, ajudando a adequar o cardápio, tornando-o mais aceitável. Ela era formada em educação física pela UFRJ e não possuía cursos de pós-graduação.

As entrevistas realizadas com a RT e gestora de Metropolitano B tiveram uma duração média de 60 minutos e foram realizadas no mesmo local e em dias distintos.

3.1.3 Sudoeste A

O Sudoeste A é uma pequena cidade, aparentemente sossegada, com ares de cidadezinha do interior por algumas de suas características: possui ruas estreitas, pouco movimentadas e um centro comercial bem tímido. Recentemente emancipada, possui uma população estimada em 17 mil habitantes, a maioria residentes da área urbana (99,5%) (BRASIL, 2010b).

Apesar de pequena em extensão e em número de habitantes, Sudoeste A congrega um número significativo de indústrias de grande porte, mantendo algumas atividades agropecuárias na área rural. A atividade industrial em Sudoeste A confere ao município um PIB altíssimo, cerca de três milhões e meio de reais e um per capita de 200 mil reais por ano (BRASIL, 2010b). Embora apresentassem altos valores para uma cidade tão pequena, isto não reflete a realidade da população de Sudoeste A, pois a renda mensal domiciliar per capita é em média um salário mínimo.

Algumas peculiaridades sobre esta cidade merecem destaque. A maioria dos funcionários das indústrias ali instaladas é residente de municípios vizinhos, eles compõem uma população flutuante de cerca de 10 mil pessoas. O retrato disso é uma rede de comércio quase inexistente, pois os próprios moradores também preferem realizar suas compras em grandes lojas instaladas nas cidades adjacentes para diminuir os custos com alimentação, vestuário, móveis, etc.

Segundo a gestora, poucos cidadãos de Sudoeste A possuem algum tipo de qualificação profissional que os tornem aptos a concorrência de vagas nas empresas ali instaladas. Este fato está relacionado ao histórico da rede de educação do município, que apesar dos seus 20 anos de existência, só começou a oferecer o Ensino Médio há cerca de 10 anos. Antes disso, há oito anos, *“quem tinha a 8ª série (atual 9º ano) era considerado doutor”* (Lírio) e os que completavam a educação básica geralmente cursavam a formação de professores, ou seja, *“havia professor de 1ª a 4ª série batendo cabeça em Sudoeste A”* (Lírio). Para completar a educação básica, o cidadão necessitava estudar em outra cidade, o que dificultava ainda mais o acesso a educação e a qualificação profissional. Cerca de 6% dos cidadãos de Sudoeste A ainda são analfabetos.

A rede pública de educação municipal atende a quase 6.500 alunos com uma estrutura de nove escolas e uma creche, e é coordenada pela Secretaria Municipal de Educação. Esta instituição encontra-se atualmente sediada em um prédio com estrutura adaptada.

O setor de alimentação escolar é composto por uma nutricionista, RT do PNAE, concursada e lotada na secretaria de educação. Esta recebe apoio de uma nutricionista da saúde e de duas estagiárias do curso de graduação em nutrição. Segundo a resolução nº 465/10 do Conselho Federal de Nutricionistas, seriam necessários um RT e mais três nutricionistas no quadro técnico. Quanto à composição do quadro de funcionários envolvidos na execução direta do PNAE, foi relatado pela RT que o município possui cerca de 90 merendeiras e auxiliares de cozinha.

A RT atua no PNAE há menos de seis meses, considerando a data da entrevista, contratação de 20 horas realizada para atender às normas da lei 11.947/2009. Antes dela a nutricionista que trabalha na Secretaria Municipal de Saúde prestava apoio à Secretaria da Educação para a execução do PNAE. Isso pode explicar o pouco envolvimento deste município com as atividades oferecidas pela REANE. Sudoeste A, além do cadastramento, só enviou participantes na primeira plenária realizada pela Rede.

Anterior ao ingresso no município, a RT exercia sua função em uma empresa de refeições coletivas que prestava serviços a municípios no setor da alimentação escolar. Em paralelo a entrada da RT houve a mudança no modelo de gestão do PNAE, o município Sudoeste A passou para serviço terceirizado da alimentação escolar. Para a RT e a gestora esta transformação foi extremamente positiva. Segundo elas, com a chegada da empresa, o serviço ficou mais organizado, reduziu-se o tempo com as questões burocráticas e foi possível introduzir uma pequena refeição à alimentação oferecida. A oferta de desjejum para o turno da manhã e lanche para o turno da tarde, segundo a gestora, era algo almejado há anos pela gestão da Educação, no entanto, não conseguiam se organizar para alcançar tal objetivo. A empresa, ao realizar a proposta de serviços de alimentação ao PNAE local, apresentaram este item, que veio de encontro aos anseios dos gestores municipais. Com uma equipe de nutricionistas para supervisionar o serviço e mais merendeiras, conseguiram dar conta de tal tarefa.

Para a RT a terceirização foi uma demanda do gestor municipal com vistas à melhoria do serviço de alimentação escolar. Ademais, segundo ela reduziram-se os gastos com a alimentação da escola, já que o contrato da empresa com a prefeitura reza que todos os gastos com mão de obra, equipamentos, manutenção do espaço físico, e com a compra e confecção dos alimentos ficam por conta da empresa.

A gestão do PNAE de Sudoeste A não faz parcerias com outras secretarias municipais ou outras instituições para realização de atividades relacionadas à alimentação e saúde dos alunos. Segundo a RT a empresa terceirizada, sob a sua supervisão, realizará no próximo ano ações de avaliação nutricional, educação alimentar e nutricional e o treinamento das merendeiras. Para a RT haverá melhoria no serviço prestado quando as merendeiras concursadas forem substituídas pelas contratadas pela empresa terceirizada.

A RT pelo PNAE de Sudoeste A é graduada em nutrição por uma universidade de ensino superior particular e não fez curso de pós-graduação. A gestora ocupa há seis anos o cargo na secretaria municipal de educação, que exige dela uma dedicação exclusiva (40 horas/semana). Formada em biologia e especialista em sexualidade humana, a gestora demonstra orgulho em ter sido professora da rede municipal de educação e destaca a importância de sua experiência anterior, que trouxe conhecimento em relação à rede para melhor exercício de sua função atual.

Tanto a gestora quanto a RT me receberam em seu espaço de trabalho, cada uma cedeu cerca de 80 minutos de seu tempo para a realização da entrevista, embora o período em que estas foram realizadas foi concomitante as festividades de fim de ano, apresentações infantis de natal, formaturas e outros compromissos em que estavam envolvidas. Houve dificuldades no agendamento de uma data assim como na disponibilização de um tempo corrido de entrevista, tendo em vista que estas foram interrompidas diversas vezes para que as participantes resolvessem questões referentes aos preparativos das festividades.

3.1.4 Sudoeste B

Sudoeste B é um município pequeno, com os mesmos ares de cidadezinha do interior, pracinha central, ruas estreitas, comércio familiar, poucos prédios e gente simples. Possui aproximadamente 25 mil habitantes, dos quais 90% ocupam a área urbana (BRASIL, 2010b). O valor do PIB deste município encontra-se na faixa de 160 mil reais e o per capita em sete mil reais anual. A renda mensal domiciliar per capita está na faixa de um salário mínimo (BRASIL, 2008).

Em relação à Educação a estrutura oferecida pelo município conta com 10 escolas e uma creche para acolher 3.000 alunos. Segundo relatado pelos entrevistados, os prédios das unidades escolares vêm sofrendo reformas ao longo de seis anos e outros espaços estão sendo adquiridos, a fim de ampliar a possibilidade de acesso à Educação e diminuir o nível de analfabetismo da população (5,3%), um grande desafio que exige grande empenho (BRASIL, 2009e).

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Turismo encontra-se atualmente sediada em um prédio de dois andares ao lado da praça central da cidade. Aos fundos do prédio existe uma horta imensa com diferentes propósitos e sua manutenção conta com a ação de diferentes atores. Essa horta é fruto de uma parceria entre a Educação e a Secretaria de Agricultura. O RT é quem elege quais gêneros serão plantados e técnicos agrícolas fazem todo sistema de preparação da terra e das mudas. Os alunos da rede municipal são convidados a plantar e cuidar das hortaliças, assim como realizar a colheita, como uma atividade pedagógica. Os gêneros alimentícios colhidos nesta horta abastecem as escolas municipais e o hospital público da cidade. Hoje eles são auto-suficientes na produção de muitas hortaliças, especialmente de folhosos.

O departamento de alimentação escolar conta com apenas um membro: o RT/diretor. Segundo o RT, devido a cortes orçamentários a Secretaria dispensou um funcionário que atuava como apoio técnico. No entanto, há previsão de contratação de mais um nutricionista para compor o quadro técnico. Apesar de ser uma boa iniciativa, o número de nutricionistas necessários para compor o quadro seriam de mais três (BRASIL, 2010a).

O RT, graduado em nutrição por uma universidade pública, exerce “cargo de confiança” desde 2005. Por atuar na dupla função, RT e diretor, seu tempo de

dedicação é exclusivo (40 horas/semana). Desde seu ingresso muitas mudanças na alimentação escolar foram realizadas. Algumas delas foram: a inserção do desjejum e do lanche no cardápio escolar; a adequação do horário das refeições ao mais próximo do habitual; a implementação do projeto com a horta; a regulação e redução no número de cantinas escolares; a aquisição de um automóvel dedicado aos serviços do departamento e ao CAE; a avaliação nutricional dos escolares e a parceria com os profissionais de saúde do posto de saúde da família para acompanhamento de saúde dos alunos que apresentam algum risco de doença. Segundo o entrevistado, a realização destas ações só foi possível por causa das parcerias que realizam com a Secretaria de Agricultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Promoção Social e Centro Universitário.

O RT participou de todas as atividades de qualificação realizadas pela REANE no período de 2009-2010 e realiza treinamentos semestrais com cerca de 40 merendeiras da Rede de Educação, todas concursadas. Vale destacar que uma merendeira teve uma longa experiência como cozinheira de restaurantes. Ela possui a habilidade de realizar preparações diversificadas com o mesmo gênero e *isso trouxe um impacto muito grande dentro das escolas*. O RT tem feito um rodízio a fim de que esta merendeira passe um tempo em cada escola, pois nas três escolas em que atuou, o interesse das outras merendeiras em melhorar a preparação dos pratos aumentou, assim como a adesão dos estudantes ao cardápio escolar.

O município Sudoeste B executa o modelo de auto-gestão da alimentação escolar, apesar de já ter sido assediado por empresas que trabalham na terceirização do serviço de produção de refeições coletivas. Não houve interesse do município em terceirizar o serviço de alimentação escolar, pelo contrário, decidiram ampliar os horizontes para o próximo ano, dentro da gestão própria, implantando o sistema de *self-service* em todas as escolas, como mais uma ferramenta de educação alimentar e nutricional.

A gestora de alimentação escolar de Sudoeste B, por sua vez, valoriza o sistema de auto-gestão realizado e apóia as propostas do RT. Ela ocupa o cargo de secretária municipal de educação, cultura, lazer e turismo há seis anos.

Um local acolhedor, no espaço de trabalho dos entrevistados, foi escolhido por cada um deles para a realização da entrevista. Recebi toda atenção necessária, conheci os funcionários e os espaços da Secretaria de Educação, incluindo a horta.

Cada detalhe sobre a cidade, o PNAE e suas concepções foram discutidos durante cerca de 90 minutos de entrevista.

3.1.5 Sul Fluminense

O Sul Fluminense é cercado por belíssimas praias que conferem ao local um clima agradável e encantador. Município de pequeno porte possui cerca de 40 mil habitantes que residem na área urbana (90%), em ilhas ou áreas rurais (BRASIL, 2010b). Com uma economia atual sustentada pela construção civil, exportação de minério e turismo, Sul Fluminense ainda mantém as tradições agropecuárias, produção de tubérculos, milho e cana de açúcar. O PIB do município encontra-se entre a faixa de 500 mil reais e o per capita em quinze mil reais/por ano (BRASIL, 2008). A renda mensal domiciliar per capita está na faixa de um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010b).

A rede municipal de educação é composta por 27 escolas e sete creches nas áreas rural e urbana, que acolhem cerca de 10.000 alunos (BRASIL, 2009e). Possuem em seu quadro de funcionários 130 merendeiras, que atuam sob a coordenação das nutricionistas. A equipe de nutrição está vinculada ao setor de compras da Secretaria de Educação, não havendo organização em nível de setor ou departamento.

Essa equipe é formada por uma RT formada em 2007 e contratada há dois anos para atuar nesta função, que exige uma dedicação de 20 horas semanais. Outra nutricionista compõe o quadro técnico do PNAE e divide com a RT o exercício de suas funções. Ambos os nutricionistas participaram de todas as atividades de qualificação realizadas pela REANE entre 2009-2010.

Os parceiros da gestão do PNAE são as Secretarias de Saúde e de Ação Social. Essa parceria se dá especialmente para o cuidado de crianças que se encontram em risco nutricional e muitas vezes integram famílias que vivem situações de insegurança alimentar e nutricional.

Quanto ao tipo de serviço executado, atuam sob o sistema de auto-gestão. No entanto, de acordo com a gestora, o prefeito tem estudado a possibilidade de uma mudança para o sistema terceirizado. A gestão municipal planeja realizar uma

experiência em uma unidade escolar pequena, outra de médio e uma de grande porte a fim de avaliarem os resultados da terceirização, antes de optarem por uma mudança total. O desejo de alteração do tipo de serviço, segundo ela, se fundamenta em uma série de *desgastes gerados com o pessoal de apoio, merendeiras etc*, mas reconhecem que um dos pontos contrários a essa transformação está relacionado ao aumento dos custos gerados pelo modelo terceirizado.

A gestora de alimentação escolar ocupa o cargo de secretária de educação há menos de um mês. Apresenta um vínculo estreito com a rede municipal de educação de Sul Fluminense, pois foi aluna, atuou 15 anos como professora, 10 anos como diretora de uma unidade escolar, seus filhos estudam na rede municipal de educação e atualmente assumiu o cargo de gestora da educação. Apesar de ainda estar em fase de adaptação no cargo e não ter tido nenhum contato com as questões relacionadas à alimentação escolar, sua vivência como moradora local e a longa experiência com a rede de educação municipal possibilitou um diálogo riquíssimo em detalhes sobre a alimentação escolar local.

Uma das dificuldades que ainda não foram superadas em Sul Fluminense está ligada a logística de abastecimento dos gêneros alimentícios para as escolas. Este problema está relacionado à geografia local, já que a rede municipal de educação possui muitas escolas em ilhas e na área rural. No caso das escolas instaladas nas ilhas a entrega dos produtos depende da disponibilidade dos barqueiros, que possuem outros compromissos que extrapolam a entrega dos gêneros da alimentação escolar, como o transporte de passageiros. Para a gestora será necessário organizarem uma central de abastecimento para contornarem alguns desses problemas.

As entrevistas com a RT e a gestora duraram cerca de 40 minutos e uma hora e quinze minutos respectivamente. Conversar sobre a alimentação saudável e a relação feita por ela com a alimentação escolar despertou na gestora grande interesse em rever as prioridades de sua gestão. Segundo relatado por ela:

“Eu achei muito legal você ter vindo aqui porque ficou muito mais vivo em mim a necessidade de estar me aproximando da merenda do que aquele discurso que ‘isso não é pra mim’, isso é para o pessoal de nutrição. Agora que eu me toquei que eu sou do pessoal da nutrição. Eu ainda estou nesse momento de me sentir a parte de cima da pirâmide, porque até então eu era professora, eu era mãe, eu era aluna,

mas assim eu acabei de perceber que eu preciso me aproximar da nutrição. Às vezes a gente fica tão perdida ali no meio do papel que acaba se esquecendo dessas coisas, que na verdade são as que fazem a diferença totalmente na vida da criança. A gente não pode perder o foco daquilo que num grosso olhar parece pequenininho, mas para quem está lá na ponta, talvez sejam pessoas mais importantes. O que é que é mais importante na escola? É o que o pequenininho aprende e o que ele come, é o que realmente a criança diz, o resto é secundário. A gente não pode perder o foco.”

3.1.6 Serrano A

Antes de descrever as características do município Serrano A, gostaria de contextualizar o momento vivido pela região Serrana no início do ano de 2011, período em que foram realizadas as entrevistas com os atores que coordenam o PNAE nos municípios Serrano A e Serrano B.

As cidades da Região serrana sempre foram referências de tranquilidade, conforto e turismo, no estado do Rio de Janeiro. No entanto, o Brasil testemunhou uma grande tragédia nessa região em janeiro de 2011 em decorrência das intensas chuvas que ocorreram neste período.¹³ Nos primeiros dias de tempestades e conseqüentes enchentes e desabamentos, mais de 600 pessoas morreram nos municípios dessa região. A catástrofe atingiu diretamente as cidades de Nova Friburgo, Teresópolis, Bom Jardim, Areal, Petrópolis, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto e interferiu no sistema de abastecimento, no setor econômico e outros, de muitos municípios adjacentes.

Houve desabamento de casas, escolas, ruas e vilas inteiras, perdas na infraestrutura de serviços essenciais, como abastecimento de água, esgoto, energia elétrica e telefonia, além de perdas irreparáveis como a de vidas humanas. Cidades, que outrora eram responsáveis por 70% produção de hortaliças no estado do Rio, perderam de 80 a 100% das suas plantações. Houve um grande esforço dos governos federal, estadual e municipal, organizações e da sociedade civil em prestar apoio às vítimas.

Passados três meses das tragédias iniciamos as primeiras entrevistas com os representantes dos dois municípios desta região. No trajeto foi possível observar os sinais da destruição causados pelas chuvas. Em alguns trechos, partes das estradas

¹³ Notícia do jornal on line o globo. O endereço eletrônico da reportagem é: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/01/chuva-espalha-destruicao-na-regiao-serrana-do-rio-de-janeiro.html>

havam sido levadas pelo temporal, em outros se via nas paredes das casas as marcas da água, muitas delas ultrapassavam os batentes das portas. Entretanto, em muitos lugares foi possível ver cartazes, *outdoors* e paredes pintadas com mensagens de esperança e consolo.

Nos discursos dos entrevistados, ouvia-se o pesar por esses acontecimentos. O reflexo da tragédia abalou as estruturas da alimentação escolar em muitos lugares. O início do período letivo em alguns locais ainda era uma incógnita, em outros o abastecimento de alimentos, principalmente de frutas e hortaliças ficou prejudicado. Nesses casos os cardápios sofreram adaptações.

O município Serrano A possui aproximadamente 25 mil habitantes, dos quais 3% residiam em áreas rurais (BRASIL, 2010b). As atividades econômicas giravam em torno da agropecuária e de algumas indústrias instaladas no município. O PIB do município encontra-se entre a faixa de 180 mil reais e o per capita em nove mil reais/por ano (BRASIL, 2008). A renda mensal domiciliar per capita está na faixa de um salário mínimo (BRASIL, 2010b).

A rede municipal de educação possui nove escolas e uma creche e atende a cerca de 2.000 alunos (BRASIL, 2009e). Aproximadamente 35 merendeiras concursadas atuam na confecção e distribuição da alimentação escolar e recebem a orientação da equipe de gestão central do PNAE.

A RT se formou em 2001 e após sua formação atuou/atua no único hospital da cidade, assim como realizando atendimentos em clínica particular. Ingressou no município por meio de concurso público para a Secretaria Municipal de Educação no segundo semestre de 2010. Além desse emprego, assumiu recentemente a responsabilidade técnica do PNAE de um município vizinho.

Antes da nutricionista, uma professora do ensino fundamental coordenava o PNAE local e ocupava um cargo denominado como supervisora de merenda. As coordenadoras de merenda de cada unidade escolar (também professoras do ensino fundamental) confeccionavam o cardápio e realizavam o controle do estoque. Deste modo cada unidade escolar possuía um cardápio.

Atualmente a gestão central do PNAE é formada pela RT e pela supervisora de merenda. Segundo a resolução de nº 465/10 do Conselho Federal de Nutricionistas, o número adequado de nutricionistas deveria ser um RT e mais duas nutricionistas no quadro técnico. Ainda não há a organização de um setor específico de alimentação escolar, porém elas dispõem de um espaço exclusivo na Secretaria

onde podem desenvolver as suas atividades. O belo prédio que sedia esta Secretaria está localizado no centro comercial de Serrano A.

A participação de Serrano A nas atividades da REANE se restringiram ao cadastramento e o preenchimento do questionário de diagnóstico pela supervisora de merenda em 2009. A própria RT, pela recente inserção no PNAE pouco conhece sobre as atividades de qualificação e troca de experiências desenvolvidas nesta rede de alimentação escolar.

A gestão do PNAE de Serrano A planeja uma parceria com uma indústria local que se propôs a oferecer um curso sobre sustentabilidade ambiental para as merendeiras. Até a data da entrevista nenhuma atividade de treinamento de merendeiras ou qualquer atividade de educação alimentar e nutricional com a comunidade escolar (alunos, professores, merendeiras, pais de alunos etc.) havia sido realizada.

Quanto ao serviço de produção de refeições escolares, o município executa o modelo de auto-gestão. Um dos grandes desafios para a gestão atual foi a implementação de um cardápio único em todas as escolas. Segundo a RT outros obstáculos a serem superados dizem respeito à aquisição dos equipamentos de proteção individual para as merendeiras e a regulação ou proibição das cantinas escolares.

A gestora de alimentação escolar é formada em pedagogia e ocupa o cargo de secretária municipal de educação há oito anos. Nascida e criada em Serrano A, refere um vínculo estreito com os professores, pais de alunos e demais cidadãos, o que é uma vantagem em sua administração.

Não foi possível realizar a entrevista com a RT e gestora no mesmo dia, conforme combinado, pois na data marcada a secretária precisou participar de uma reunião em outro município. Sendo assim, foi necessário retornar ao município para realizar a entrevista com a gestora. As entrevistas tiveram uma média de duração de 70 minutos cada e foram realizadas no gabinete da secretária, que ao final da reunião me convidou para tomar um “cafezinho” e conhecer uma das escolas da rede.

3.1.7 Serrano B

Serrano B é um município de médio a grande porte. Concentra 10% de sua população na área rural, enquanto que a maioria (90%) reside na área urbana. A economia local está baseada na horticultura, criação de animais, além das indústrias têxteis, metalúrgicas e o turismo. O PIB do município ultrapassa aos dois milhões de reais, enquanto o valor per capita atinge R\$ 13 mil reais/por ano (BRASIL, 2008). De acordo com os dados do IBGE (BRASIL, 2010), a renda domiciliar, per capita alcança a um salário mínimo e meio.

A rede municipal de educação atende a 20.000 alunos (BRASIL, 2009e), quase 15% da população total e possui uma estrutura de 135 escolas e 10 creches municipais. Aproximadamente 320 merendeiras atuam no processo de produção da alimentação escolar e esses profissionais são orientados pela gestão central do PNAE local.

A Secretaria de Educação está instalada em um espaço improvisado. Na verdade é um grande salão aberto, com exceção das laterais que contém salas em divisórias provisórias. Já no salão, a gestora da alimentação escolar, após apresentações, informou que o RT não poderia me receber naquela data devido a problemas de saúde. Partimos, então, em busca de algum espaço mais reservado para a realização da entrevista. Decidimos aguardar a liberação do auditório que naquele instante era palco de um evento de professores da rede de educação.

Enquanto esperávamos, a gestora me contou que esteve envolvida nas duas últimas semanas com atividades de auxílio às vítimas das chuvas. Falou com detalhes como tudo aconteceu e quais eram as suas expectativas para o ano letivo de 2011, tendo em vista que muitas escolas estavam destruídas, plantações arrasadas, etc. Explicou também porque a Secretaria de Educação estava provisoriamente instalada naquele local: as chuvas trouxeram problemas estruturais no antigo prédio, que naquele momento passava por reformas.

A gestora é formada em educação, professora de braille e atua há quatro anos e meio na coordenação da alimentação escolar. Já o RT formou-se em 2003. O RT está vinculado à secretaria de educação há quatro anos, por meio de contrato administrativo e sua carga horária é de 20 horas semanais.

O nível central de gestão do PNAE é composto pela coordenadora do setor, o RT e dois funcionários de apoio administrativo. É uma equipe pequena diante de tão grande número de alunos. A resolução de nº 465/10 do Conselho Federal de Nutricionistas, orienta que o número adequado de nutricionistas deveria ser um RT e mais nove nutricionistas no quadro técnico (BRASIL, 2010a). O RT considera que este número de nutricionista para o quadro técnico é utópico e que a presença de mais três nutricionistas seria o suficiente para assessorá-lo. Segundo ele, nutricionistas aprovados em um concurso realizado alguns anos atrás seriam em breve convocados para integrarem a equipe de alimentação escolar.

O setor de alimentação escolar participou das atividades de qualificação realizadas pela REANE no período de 2009-2010 e desenvolve treinamentos para as merendeiras uma vez ao ano. A gestão do PNAE não realiza parcerias com outras secretarias municipais e instituições. Somente no ano de 2010 receberam um curso promovido pelo SESI, chamado Cozinha Brasil, que foi direcionado as merendeiras.

Quanto ao serviço de produção de refeições escolares, Serrano B executa o modelo de auto-gestão. Na época da entrevista os participantes se organizavam para realizar o processo de compras emergenciais, adaptar os cardápios, fazer o levantamento das escolas etc.

As entrevistas realizadas foram curtas, com duração de 30 minutos, em decorrência da falta de um espaço apropriado. Além das dificuldades em encontrar um espaço apropriado, no caso da entrevista com o RT foi necessário mudar de lugar três vezes. Isto prejudicou um pouco o encadeamento da conversa.

3.1.8 Litorâneo A

O município Litorâneo A é privilegiado pela beleza natural e, portanto, o turismo é uma das atividades econômicas mais exploradas nessa cidade. Composta por população de cerca de 30 mil habitantes, todos residentes em área urbana, apesar de apresentar situações extremas de pobreza e riqueza. O PIB do município encontra-se na faixa de um milhão e meio de reais e o per capita quase 60 mil

reais/ por ano (BRASIL, 2008). A renda mensal domiciliar per capita está na faixa de um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010b).

A rede municipal de educação atende a 7.500 alunos (BRASIL, 2009e), em 17 escolas e duas creches municipais, dentre as quais está uma unidade escolar para remanescentes de quilombo. A Secretaria Municipal de Educação e Ciência está localizada no centro comercial da cidade e foi adaptada para receber a estrutura organizacional de uma secretaria.

O nível central de gestão do PNAE é composto por um nutricionista RT, duas pessoas como auxiliares administrativos e uma coordenadora de merenda, que atua como a representante da alimentação escolar perante a secretária de saúde e o gestor municipal. A contratação desta nutricionista é um desdobramento das exigências da lei 11.947/09 (BRASIL, 2009a), sendo que antes da entrada desta profissional uma nutricionista que atuava em uma das creches municipais confeccionava o cardápio, e todas as demais tarefas de gestão central eram executadas pela coordenadora, a gestora de alimentação escolar.

A gestora atua na coordenação do PNAE há mais de 20 anos. Seu relato sobre as experiências vividas nestes longos anos deixou-a emocionada. O envolvimento afetivo com a alimentação escolar foi perceptível em alguns relatos, tais como a visão romântica a respeito do PNAE, a associação da alimentação com aspectos subjetivos tais como o *carinho*, *bom humor*, *a alegria*; assim como na resistência em receber outros profissionais na equipe.

Em muitos momentos da entrevista afirmou não ser necessário o ingresso de outros profissionais na coordenação do PNAE local, destacando que há muitos anos trabalha sozinha, somente com o apoio de uma auxiliar administrativa sem prejuízos à execução do serviço. Apesar de reconhecer a importância do profissional de nutrição, em algumas falas demonstra certa resistência a entrada da nutricionista na coordenação, pois muitas vezes comparou seus conhecimentos como bióloga com os da nutricionista.

Segundo a resolução de nº 465/10 do Conselho Federal de Nutricionistas, o número adequado de nutricionistas deveria ser um RT e mais três nutricionistas no quadro técnico. O município possui ainda 100 merendeiras e auxiliares de cozinha, que recebem orientação técnica da nutricionista responsável. O serviço de produção de refeições escolares é do tipo auto-gestão. Eles contam com o apoio da Secretaria

de Meio Ambiente na identificação da produção local para a compra de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar local.

A equipe de coordenação do PNAE participou de atividades propostas pela REANE, dentre elas o cadastro e duas plenárias, no período de 2009-2010.

As entrevistas realizadas com a RT e a gestora duraram uma hora e vinte minutos e uma hora e dez minutos, respectivamente.

3.1.9 Litorâneo B

O Litorâneo B é extremamente lindo e, portanto, um município muito visitado por turistas o ano inteiro. O turismo é um dos principais motores que movem a economia local, dentre outras atividades que são realizadas. O PIB do município encontra-se na faixa de sete milhões de reais e o per capita em quarenta mil reais/anual (BRASIL, 2008). A renda mensal domiciliar per capita está na faixa de um salário mínimo. Litorâneo B possui 200 mil habitantes, sendo que 25% deles residem em áreas rurais (BRASIL, 2010b).

A Secretaria Municipal de Educação coordena as atividades que envolvem o ensino e atua com uma rede municipal composta por 32.000 alunos (BRASIL, 2009e), atendidos em 62 escolas e duas creches. A equipe de nutricionistas coordena o trabalho de 360 merendeiras da rede, desenvolvendo ações de qualificação técnica e supervisão.

A Secretaria Municipal de Educação encontra-se localizada no centro da cidade em um prédio amplo e confortável. Nele estão instalados todos os departamentos, inclusive o de merenda escolar, subordinado ao setor financeiro. A equipe do setor que coordena e executa o PNAE é composta por um RT e mais quatro nutricionistas pertencentes ao quadro técnico que executam o PNAE sob um modelo de auto-gestão. O número de nutricionistas preconizados para atender a este montante de alunos seria um RT mais 13 nutricionistas do quadro técnico (BRASIL, 2010a).

Tanto a RT, quanto as demais nutricionistas possuem um vínculo sob a forma de contrato com a prefeitura. A RT formou-se em 2003 e desde então atuava como RT do PNAE local. Além disso, exercia outras atividades profissionais para

complementar sua renda familiar. Segundo ela, a rotatividade de nutricionistas do setor de alimentação escolar é grande devido às condições de trabalho e salário impostas pela prefeitura. A troca de profissionais na equipe causa grandes prejuízos à continuidade das atividades propostas para o ano, pois a cada ingresso “*retornam a estaca zero*”, é preciso treinar o profissional, pondo-o a par das ações executadas no cotidiano. Apesar dessa rotatividade a equipe de nutricionistas participa ativamente de ações desenvolvidas pela REANE (4/5) desde 2009

O departamento de nutrição é coordenado por uma professora e de acordo com a RT isso dificulta o trabalho, pois a diretora não compreende bem os motivos para implementar este ou aquele projeto, o que cria barreiras para a execução das atividades, ainda que seja esclarecida dos propósitos e finalidades. Infelizmente não foi possível entrevistar a diretora do departamento de nutrição, pois no primeiro contato esta foi identificada como supervisora de merenda. Somente na entrevista com a RT consegui compreender o papel da supervisora, contudo não havia mais tempo hábil para retornar ao município e entrevistá-la.

A gestora de alimentação escolar é secretária municipal de educação há dois anos e meio. Formada em história, desde a década de 1980, é professora da rede municipal e foi também diretora de unidade escolar por longos anos. Natural de outro estado construiu sua trajetória profissional e seus laços de família em Litorâneo B, portanto se declara como cidadã desta cidade de coração.

Duas situações relatadas pela secretária chamaram minha atenção. Uma delas refere-se a compra de produtos alimentícios locais, que era facilitado pelo modelo de gestão escolarizada; e as dificuldades em comprar o pescado local. Segundo a gestora, o município encontra-se em um processo de transição do modelo de gestão escolarizada para centralizada, por orientação das instâncias federais, já que o número de alunos excede ao limite máximo permitido para a gestão descentralizada. Com o novo modelo de gestão central, a coordenação deverá realizar suas compras por meio do processo licitatório. Durante o sistema escolarizado a compra era realizada nos comércios locais, movimentando a economia da cidade. Tanto para a RT quanto para a gestora este tipo de sistema era extremamente eficiente, mas agora e demonstraram insegurança quanto à prática do sistema centralizado.

Há muitos anos este município vem praticando a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, bem antes da promulgação da lei 11.947

(BRASIL, 2009a). No entanto, há dificuldade em comprar o peixe oferecido pela associação de pescadores locais, devido a desorganização legal desta instituição assim como os preços elevados. Outra questão refere-se a dificuldade que encontraram por parte das diretoras de unidades escolares instaladas no interior da cidade em adquirir os produtos locais.

Conforme testemunharam realizam parcerias em alguns momentos com as secretarias de saúde e agricultura. Segundo elas, não há profissionais suficientes em outras instâncias para prestar apoio a alimentação escolar.

As entrevistadas me receberam bem em seu espaço de trabalho e me forneceram, cada uma cerca de 90 minutos para a realização das entrevistas.

3.2 Noroeste A

Noroeste A é composto por 15 mil habitantes, dentre os municípios visitados possui a maior população residente em área rural (37%) (BRASIL, 2010b). As atividades econômicas predominantes neste município são a agricultura, pecuária e algumas indústrias. Sendo assim, o PIB do município encontra-se na faixa de 120 mil reais e o per capita em oito mil reais/ anual (BRASIL, 2008), e a renda média domiciliar nominal é menor que um salário mínimo.

A Secretaria Municipal de Educação conta com uma rede composta por sete escolas e uma creche (BRASIL, 2009d). Boa parte das unidades escolares encontra-se no interior do município, por isso foi montada uma central de abastecimentos no centro para receber e redistribuir todos os materiais escolares necessários, dentre eles os gêneros alimentícios. Nesta central encontra-se o espaço destinado aos funcionários que atuam no PNAE, são eles: a RT e a supervisora de merenda. Esta última possuía as atribuições de uma nutricionista, antes da inserção deste profissional qualificado tecnicamente há seis meses.

A RT, por sua vez é funcionária pública da Secretaria de Saúde e por iniciativa própria, após conhecimento da promulgação da lei 11.947 (BRASIL, 2009a), procurou a secretária de educação para oferecer seus serviços à Educação. Sua carga horária (30 horas/semanais) foi então compartilhada entre a Saúde e Educação. A gestora, por sua vez, é secretária municipal de educação, formada em

pedagogia e pós-graduada em educação integrada para jovens e adultos está no cargo a um ano com carga horária de 40 horas semanais. Anterior a esta experiência atuou como secretária de administração.

Mesmo com o testemunho da gestora de que ocorreu um diferencial na organização da alimentação escolar após a inserção da nutricionista, o número ainda permanece aquém do recomendado, isto é, um RT e mais duas nutricionistas do quadro técnico, segundo a resolução de nº 465/10 (BRASIL, 2010a).

A gestão do PNAE deste município realiza parcerias com a Secretaria de Saúde para a realização de atendimento aos alunos que se encontram em situação de risco nutricional. Esperava-se que os laços com esta sejam estreitados com a execução do Programa Saúde na Escola, ainda que a nutricionista atuasse concomitantemente nas duas secretarias.

O PNAE de Noroeste A é executado conforme o modelo de auto-gestão. A RT afirmou que iniciou a compra de equipamentos para o transporte dos alimentos às escolas, além de organizar a troca de uma série de equipamentos de cozinha, reformas e a solicitação dos equipamentos de proteção individual para as merendeiras.

A RT realiza treinamentos periódicos com as merendeiras e faz visitas técnicas semanalmente. Até a data da entrevista os representantes de Noroeste A participaram de três atividades da REANE, ou seja, foram cadastrados, responderam ao questionário e participaram de uma plenária.

As entrevistas foram realizadas no gabinete da secretária de educação e a entrevista com a gestora durou cerca de 80 minutos, enquanto que a entrevista com a RT cerca de 120 minutos.

3.2.1 Noroeste B

Noroeste B é mais uma cidade pequena do interior do estado, a menor cidade visitada. Possui cerca de 10 mil habitantes dentre os quais, 13% reside em área rural segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010b). A principal atividade econômica do município é a metalurgia, e em 2008 exibiu um PIB de 71 mil reais e PIB per capita

de oito mil reais. A renda mensal domiciliar per capita é menor que um salário mínimo (BRASIL, 2008).

A rede municipal de educação atende 1.200 alunos (BRASIL, 2009e) e conta com seis escolas e três creches. Esta rede é coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cuja gestora foi entrevistada. A secretária municipal de Educação foi considerada a gestora de alimentação escolar para este projeto, já que não existe um setor ou departamento específico para alimentação escolar nesta secretaria. O RT está subordinado diretamente a secretária de Educação.

A gestora de alimentação escolar, apesar de atuar neste cargo há um ano, continua exercendo sua atividade como professora de uma escola estadual. Formada em matemática e pedagogia há mais de 20 anos expressa afetividade pelo município, que a acolheu há 27 anos e no qual ela construiu sua trajetória profissional e seus laços familiares.

Sobre as peculiares do município, a gestora expressou que uma característica básica de Noroeste B é que *todos os moradores se conhecem, e que os gestores conhecem a realidade do nosso aluno*, assim como o seu *pai e mãe* [...]. Disse ainda que as pessoas se *encontram nas festas, na rua e ali falam sobre o aluno, conversam sobre a criança*.

Segundo ela, estes aspectos são típicos das cidades pequenas do interior do estado. Reforça que *no interior todo mundo se conhece, todo mundo se preocupa* e que nas reuniões dos dirigentes de Educação realizadas pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), percebem quantas coisas têm em comum e como podem se apoiar. Esse aspecto foi perceptível já na chegada à Secretaria de Educação. A recepcionista já havia sido informada sobre a minha ida e preparara um delicioso café da manhã. A secretária estava me aguardando e tão logo tomamos o desjejum, ela nos atendeu e cedeu 80 minutos para a realização da entrevista.

A RT é nutricionista formada por instituição de ensino superior particular, desde 2006, e atua neste município há menos de um ano, quando foi contratada para tal função. Para complementar a renda familiar atua em mais dois empregos, todos em nutrição clínica, que segundo ela é a *sua grande paixão*.

A RT teve uma experiência anterior com PNAE em município vizinho, que caracterizou como *traumática*. O município não investia recursos na alimentação escolar, tanto na complementação do *per capita* para a compra dos gêneros que comporiam o cardápio escolar quanto na estrutura física das cozinhas escolares.

Diante de uma série de irregularidades a competência da RT era posto constantemente à prova pelo gestor municipal. Este foi um dos motivos alegados por ela para não gravar a entrevista, pois após essa experiência, não sente segurança em conversar sobre suas atribuições no PNAE.

Além da nutricionista outras duas profissionais atuam na execução das atividades relativas à alimentação escolar, sendo uma em cada turno. Essas são professoras da rede, deslocadas de suas funções, que realizam o cálculo de gêneros e vão aos mercados municipais semanalmente fazer as compras.

A gestão do PNAE participou de quatro atividades da REANE, isto é, o cadastro e três plenárias. Além disso, realizava parcerias com outras Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social para atender aos alunos que encontram em situação de risco nutricional. Quanto ao serviço de produção de refeições escolares, Noroeste B executa o modelo de auto-gestão.

Ao finalizar a descrição dos municípios, PNAE e atores com a cidade Noroeste B registro parte do discurso da gestora de alimentação escolar sobre sua impressão sobre a realização desta entrevista.

“A partir dessas questões você leva a gente a reflexões. O que poderia melhorar? O que pretendemos? O que já atingimos? Quais são foram as conquistas? Vocês dão oportunidade para a gente como gestor de avaliar o nosso trabalho, de refletir as nossas ações para tentar melhorar realmente e rever aquilo que não está sendo bem feito. Eu acho que para a gente é muito mais enriquecedor do que para vocês”.
(MAGNÓLIA)

3.3 Experiência no campo: um infinito de vivências que imprimiram marcas



Acercar-se e perceber os detalhes que só a proximidade nos permite enxergar. Rute Costa
Foto tirada em um desses caminhos em busca das concepções do saudável

Dizem que a entrevista individual é capaz de causar um impacto na vida do entrevistado fazendo-o repensar suas crenças e valores, assim como as suas ações cotidianas (Duarte, 2004). Se as entrevistas realizadas neste projeto causaram algum impacto na vida de quem foi entrevistado, não se sabe. Mas há plena certeza que toda experiência vivenciada no mestrado transformou a vida, a maneira de pensar a alimentação e nutrição, o PNAE, a política pública e o modo de ser nutricionista de uma pesquisadora.

O relato da experiência no campo começa na aproximação com os sujeitos da pesquisa. De posse da lista de municípios cadastrados na REANE, foram realizadas dezenas de ligações aos responsáveis técnicos para apresentar a pesquisa e agendar a entrevista. Iniciar o contato com os informantes não é tarefa tão fácil, como afirmam Leite e Vasconcelos (2007). Segundo estes autores

“envolve uma mistura de sentimentos, bloqueios, preocupações que merecem atenção especial, a fim de que o pesquisador, ainda com pouca vivência nesse tipo de trabalho, não converta esse ‘espanto’ em obstáculo ao início de sua jornada” (p.173).

Apesar de não ser a primeira vez que contatava os responsáveis técnicos do PNAE dos municípios do Rio de Janeiro- afinal como bolsista do NUCANE, cadastrara cada um deles na REANE- agora esta atividade tinha um sabor inédito, era algo ainda mais especial, pois estava convidando-os para fazerem parte de uma experiência tão importante, a construção de uma dissertação. Nesta etapa tomou-se o cuidado para que os convidados não vinculassem a pesquisa a uma atividade proposta pela REANE, por isso durante o contato não houve associações com tal organização.

Depois de tantos convites, vários compromissos foram agendados. Uma das estratégias adotadas a fim de otimizar o tempo de viagem foi procurar marcar as entrevistas dos municípios da mesma região em uma só data, diferenciando apenas os turnos em que seriam realizadas. Quando isso não era possível, buscava-se agendar pelo menos em dias seguidos. Desta forma todas as 22 entrevistas foram realizadas de outubro de 2010 a agosto de 2011.

O período de realização de todas as entrevistas foi longo porque perpassou o primeiro ano de implementação da lei 11.947/2009, um tempo de desafios, em virtude da necessidade de cumprir o artigo 14 dessa lei (BRASIL, 2009a, p.2), o qual torna obrigatória a compra de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar. Além disso, em alguns municípios entrevistados era o primeiro ano de atuação do nutricionista como responsável técnico do PNAE. O final de 2010 também foi um tempo de muita movimentação, pois se tratava do período eleitoral; do fechamento das atividades escolares, formaturas, comemorações de natal e ano novo; prestação de contas públicas; seguido do recesso escolar e férias de alguns dos sujeitos de interesse dessa pesquisa.

Para cada dia de entrevistas havia grandes expectativas. Durante o preparo para a ida ao campo, verificava-se o gravador, os impressos eram organizados na pasta, os mapas do trajeto eram impressos e o horário da saída de casa era calculado cuidadosamente. Imaginava-se o inesperado do próximo dia. Como seria a recepção na cidade? Ou como a entrevista seria conduzida? No caminho, uma nova passada no roteiro a fim de impregnar os temas importantes na mente, buscar a segurança para conduzir a conversa sem se prender ao impresso.

O ônibus e o carro foram os meios que serviram de transporte até os lugares de encontro. Foram 82 horas percorrendo rodovias, subindo e descendo serras, transitando à beira-mar, passando por estradas de chão e enfrentando muitos

desafios. Esse esforço valeu a pena, pois esta experiência conferiu o deslumbramento das mais lindas e diversas paisagens deste estado e da vida que pulsa nos recônditos dessa terra. Havia beleza na simplicidade da cidadezinha do interior, no sorriso acolhedor do velhinho sentado na pracinha que tão gentilmente indicava o caminho, assim como na agitação da grande cidade com seus arranha-céus. Havia graça na boa prosa com plantadores de arroz que realizavam a colheita artesanal em uma propriedade à beira da estrada, no gesto acolhedor de um entrevistado ao servir cafezinho com bolo de fubá para abrir a conversa, sem contar a riqueza presente em cada entrevista. Estes foram alguns dos encantos encontrados enquanto percorria-se o Rio de Janeiro em busca das concepções do saudável.

Algumas situações não tão encantadoras também foram vivenciadas, mas assim como expressado por Alberti (2004), foram além do caso particular e nos forneceram uma chave para compreensão da realidade. O relato da experiência mais reveladora iniciará esta exposição. Ao contatar um dos municípios notamos dificuldade para agendar as entrevistas, pois não havia consenso entre a auxiliar administrativa e as nutricionistas sobre quem seria a RT. Diante disso, optamos por entrevistar a nutricionista que respondeu ao questionário de diagnóstico da REANE.

Ao chegar ao local indicado informaram que a RT não estava presente, pois aquele não era o dia de seu plantão. Segundo a auxiliar administrativa a mesma devia ter se equivocado quando agendou a data. Sugeriram que outro contato fosse realizado para que outra data fosse marcada para a realização da atividade.

Optamos então, realizar a entrevista com a gestora de alimentação escolar naquela tarde já que a mesma encontrava-se disponível. A gestora não havia preparado o local da entrevista, conforme combinado com antecedência por telefone e se recusou a buscar um espaço mais reservado e menos barulhento. Pareceu-nos um pouco áspera e indiferente no início da entrevista, embora houvesse empenho, por parte da pesquisadora, em tornar a conversa agradável e menos formal. Ela respondia com sentenças curtas, ainda que fosse pedido algumas vezes que pudesse explicar um pouco mais o que esta ou aquela ideia representava. Era perceptível que a gestora não estava à vontade em responder as questões e a entrevistada perguntou algumas vezes sobre os procedimentos de divulgação dos dados. Quando isto aconteceu, foi explicado como a divulgação ocorreria e quais compromissos éticos haviam sido comprometidos para que a pesquisa pudesse ser

realizada. Ao final da entrevista, a gestora já estava mais à vontade, conversava com mais tranquilidade, sorria em alguns momentos e, além disso, fez questão de mostrar os impressos expostos no mural da sala que continham as planilhas dos cardápios mensais das unidades escolares.

O mesmo distanciamento e aspereza foram observados na entrevista com a RT. Interrogações a respeito da universidade, dos professores que estavam orientando o trabalho e como se daria a divulgação dos resultados foram realizadas. Explicações sobre os aspectos éticos com os quais a pesquisa estava comprometida, e o compromisso de não identificar os municípios e sujeitos participantes foram feitas pela pesquisadora. Ao perguntar se havia outro espaço que pudesse ser utilizado para a realização da atividade, a RT se negou a buscar um espaço com menos ruído.

Assim como sua gestora, respondia com sentenças curtas e em seguida permanecia em silêncio. Quando perguntava sobre algum aspecto que caracterizava dificuldade na implementação de alguma ação, logo ela franzia a testa e impostava a voz como sinal de tensão. Diante do desconforto com a situação que mais uma vez se repetia, mais uma vez foram esclarecidos os propósitos da entrevista e que não intentávamos imputar juízo de valor ao trabalho realizado por eles no PNAE local, mas conhecer sua concepção a respeito de alimentação saudável e promoção da alimentação saudável assim como as dificuldades/ facilidades encontradas nos municípios para a execução de ações voltadas para a promoção da alimentação saudável. Foi afirmada a importância daquela entrevista para o projeto e que ouvir o relato de alguém experiente, como ela, era extremamente enriquecedor para o estudo. Com esta pesquisa não tínhamos a pretensão de encontrar perfeições ou defeitos, mas que reconhecíamos os desafios inerentes à gestão de um programa de alimentação como o PNAE.

Durante a esta fala, a entrevistada sacudiu a cabeça em sinal de aprovação e depois deste momento a RT abrandou o semblante. Foi dada abertura para que outros esclarecimentos fossem feitos, pois era notório que a mesma estava tensa e pouco à vontade, mas ela pediu que a entrevista prosseguisse. Quando a atividade foi retomada, a entrevistada pareceu um pouco mais confortável.

Ao final do encontro, após os agradecimentos, o gravador permaneceu ligado. A RT foi parabenizada pelo belíssimo programa no município e pela estrutura montada (algo difícil de ver em outros lugares). A conversa continuou um pouco

mais. No entanto, grande foi a surpresa ao ouvir o suspiro de alívio assim que o aparelho foi desligado e em seguida a expressão: “Que bom que você desligou o gravador!”.

A partir daí a conversa mudou. A RT sentiu-se mais tranqüila para explicar os motivos de sua tensão e rispidez. Em uma pesquisa universitária anterior houve problemas de ordem ética, relacionado ao sigilo da identificação da participante e do município e à divulgação inapropriada das informações. Foi uma situação constrangedora que trouxe repercussões para o serviço e, pelo que percebemos, para as pessoas envolvidas, como relatado pela RT: “Depois disso, toda vez que vem alguém fazer entrevistas, ficamos muito desconfiadas. Desculpe, por não ter te ajudado muito, mas temos um motivo”. Essa experiência ocorreu logo no início da pesquisa e, apesar de toda a dificuldade na condução das entrevistas, gerou um aprendizado enorme em relação aos cuidados que devemos ter no trato com o outro e no desenvolvimento de uma pesquisa ética.

As duas entrevistas resultantes desta vivência podem ter gerado pouco aprofundamento das questões relacionadas às dificuldades de execução de ações de promoção da alimentação saudável no âmbito do PNAE, nesse município. No entanto, enriqueceu a pesquisa com um conhecimento pouco explorado em dissertações e teses, aquele relativo à formação do pesquisador. Acredita-se que más experiências com pesquisadores, que se descuidam em relação ao anonimato dos participantes, pode ser um dos fatores que impedem a abertura do entrevistado ao diálogo.

Outra experiência que também envolveu a gravação da entrevista ocorreu posteriormente. Após todo o procedimento inicial de apresentação e assinatura do TCLE, enquanto o aparelho mp3 era preparado para a gravação, a RT pediu que não houvesse gravação. Explicou que era muito tímida e não se sentia à vontade com a gravação, além disso, sentia-se insegura em responder as questões da pesquisa. Após alguns minutos de insistência e explicações a respeito do objetivo do estudo, mesmo assim ela recusou-se a gravar e afirmou que daria o tempo necessário para que sua toda fala fosse registrada à mão, se fosse de nosso interesse.

Esta foi uma tarefa difícil, principalmente porque exigiu coordenação e exercício de memória. Ao final da entrevista, imprevistos impediram a revisão imediata do testemunho e o resgate dos fatos na lembrança. A conclusão das

anotações do diário de campo somente foi realizada no dia seguinte. Percebemos que esta entrevista foi uma das mais especiais, principalmente porque levou a pesquisadora ao amadurecimento. Esta experiência ensinou a importância de aproveitar oportunidades e criar soluções em meio a situações inesperadas, além disso ensinou sobre o respeito ao outro e suas necessidades. A transcrição desta entrevista exigiu um esforço maior, a fim de que os fatos fossem revistos na memória e nas anotações, agregando, assim, o maior número de informações possíveis.

Essas duas situações reafirmam a dificuldade de trabalhar com o gravador, como mencionado por Portelli (2001). Compartilhar as experiências de trabalho e concepções sobre algum tema com alguém que mal conhece já é difícil, ainda mais diante de um gravador. Este instrumento é de grande valia, mas em alguns momentos, como nos casos relatados acima, pode ser um fator limitante.

Outro comentário diz respeito ao fato da pesquisadora ser conhecida de alguns entrevistados, que compartilharam atividades acadêmicas em comum ou ações relacionadas ao NUCANE. Assim como para outros que conheciam a pesquisadora como a figura que organizava as plenárias da REANE e realizava os contatos telefônicos ou via e-mail. Observamos que quando havia alguma proximidade com os pesquisados, o agendamento da entrevista fluía mais rápido. Exatamente nesses casos o RT se oferecia para marcar a entrevista com o gestor da alimentação escolar local, facilitando trabalho de aproximação. No entanto, por ser associada a uma “instância” que realiza ações de qualificação técnica, isso pode ter gerado um discurso tendencioso, ainda que a condução da entrevista assumisse a proposta de uma conversa mais informal e não a de um inquérito. De qualquer forma, como relatado por Martins (2004), a amizade com o entrevistado pode facilitar o acesso a informações e, como Thiollent (1980) e Becker (1977) afirmam, no trabalho de pesquisa qualitativa, a neutralidade não existe. A experiência da pesquisadora, como bolsista do NUCANE, com certeza gerou algum impacto no entrevistado, seja na identificação como um aliado, seja como um “fiscalizador”.

Notamos também, no caso dos gestores, que o fato deles se reconhecerem como representante público da educação limitou o aprofundamento do diálogo em algumas situações. No momento em que se percebiam relatando uma questão polêmica ou de caráter de irregularidade/denúncia, vinha à tona o peso que o título de gestor lhes atribuía, como segue nesse testemunho: “Eu falei demais, não posso.

Tenho que ter muito cuidado, pois como gestora da Educação, devo zelar por minhas palavras, afinal represento o poder público” (*TULIPA*, gestora de alimentação escolar).

Por fim, fazemos menção ao local de realização das entrevistas. Apesar de reconhecer que estar no espaço de atuação dos entrevistados possibilitou a observação das pessoas e seus comportamentos, das interações verbais e as maneiras de estar e de dizer, os ritmos e os acontecimentos; em certas situações foi um fator limitante, tendo em vista que algumas entrevistas foram interrompidas por questões de trabalho e o próprio local imprimia uma formalidade no comportamento, especialmente, dos gestores de alimentação escolar.

Nos casos em que havia muita rigidez, duas receitas foram quase infalíveis e proporcionaram um discurso mais aberto e um momento menos formal: a pausa para o cafezinho na copa e o desligar do gravador. Sem dúvida estas ações aliviaram a tensão da atividade.

4. ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: A ÓTICA DOS ATORES SOCIAIS QUE COORDENAM O PNAE



Simple e fascinante. É como encontrar o saudável que tanto procurou. Rute Costa
Foto tirada na estrada em busca das concepções do saudável

Entre os temas abordados na entrevista, a concepção de “alimentação saudável” era um dos focos principais. Todos os RT e gestores de alimentação escolar tiveram a oportunidade de declarar livremente a sua opinião sobre o assunto e o consolidado das falas será apresentado neste bloco.

4.1. O olhar do gestor: Balanceada, é o que todas as nutricionistas dizem!

Discursar sobre o conceito alimentação saudável foi para alguns gestores uma situação descrita como desconfortável. Após lerem o TCLE e se darem conta dos temas centrais da entrevista, freqüentemente afirmavam que este era um assunto do qual não se sentiam preparados tecnicamente para um diálogo profundo e, conforme relatado por eles, era o motivo que justificava o desconforto inicial.

Não foram poucos os gestores de alimentação escolar que pediram para que a RT participasse da entrevista com eles. Outros no decorrer do discurso afirmavam

que poderíamos receber maiores esclarecimentos com a nutricionista, caso alguma questão em sua fala não tivesse ficado clara. O discurso propagado pelos profissionais da nutrição sobre a alimentação saudável era um “porto seguro” e pareceu ocupar uma posição de destaque no imaginário destes gestores em detrimento do conhecimento construído em sua própria história de vida, que aparenta não ter o mesmo prestígio, como mencionado:

“Vou falar como leiga, só como leiga, porque vou falar o que realmente acho (risos), porque ninguém melhor do que o próprio nutricionista pra falar sobre isso. Eu, o que posso observar, não só como secretária, como mãe, mas como professora que já estive na rede, dando aulas e tendo contato direto com os alunos [...] ela [a nutricionista] que tem o domínio, o conhecimento dessas questões” (*TULIPA*).

“Não entendo dessa parte técnica não. A nutricionista sabe dizer sobre isso tudo, que é uma beleza” (*CAMPÂNULA*).

No decorrer da entrevista, superados os medos e as resistências iniciais, espontaneamente discursavam sobre “alimentação saudável”. Procurávamos não introduzir o tema, somente quando o entrevistado mencionava esta expressão em sua fala, era perguntado quais os significados atribuídos por ele para o termo. Entretanto, se até o fim do diálogo e percorridas as questões do roteiro da entrevista essa expressão ou ideia não surgisse a introduzíamos no debate.

As concepções sobre “alimentação saudável” sob o ponto de vista dos gestores perpassam as diversas dimensões da alimentação descritas na revisão da literatura, com ênfases distintas. Notamos o predomínio dos aspectos relativos à vertente técnico-científica, expressos na linguagem nutricional, os quais reduzem o alimento à sua composição química. Todavia, ao explorar minuciosamente o discurso desses atores, observamos que outras dimensões foram associadas, mesmo que não diretamente explícitas. Muitos deles agregaram questões referentes à cultura, a economia, a agricultura e ao direito enquanto tratavam de explicitar sua compreensão sobre “alimentação saudável”. Os gestores ainda fizeram relação entre a “alimentação saudável” e a alimentação escolar, de uma forma romantizada. Nesta perspectiva a alimentação escolar “saudável” esteve relacionada a dimensões, tais como, a econômica e do direito.

A dimensão que mais se destacou foi a biológica. Os significados ou associações mais utilizados foram: o balanceamento, seguido pela orientação da inclusão de frutas e hortaliças com regularidade no cardápio, que eram consideradas fontes de nutrientes; a existência e o equilíbrio dos sais minerais, vitaminas, carboidratos, proteínas, lipídios nos alimentos consumidos; assim como a seleção do tipo de preparação dos alimentos, ou seja, a redução do uso das frituras e substituição pelos ensopados. O caráter de prevenção de doença conferido a alimentação saudável foi destacado, como também a adequação da quantidade ao perfil de saúde do estudante e a moderação das porções.

A qualidade dos alimentos foi associada às características de frescura e isenção de produtos químicos, como os agrotóxicos. A variedade do cardápio, a adequação ao estado de saúde do consumidor; a ideia de uma alimentação que auxilia o corpo nas funções de pensar, viver, produzir, aprender e desenvolver, também foram citadas. Para estas duas últimas o sujeito focalizado foi o aluno. A alimentação saudável foi designada como “boa”, em harmonia com a recomendação da *“tal pirâmide alimentar”* e adequada aos princípios higiênicos sanitários. Por fim, foi considerada alimentação saudável aquela confeccionada por um nutricionista.

No discurso de nove gestores, a expressão “balanceada” despontou como o termo que exprimia a mais íntima relação com a “alimentação saudável”, no entanto, pareceu-nos um uso “naturalizado” que exigiria maiores investigações sobre o seu sentido. Por meio de uma averiguação mais atenta pudemos observar que a utilização do termo “balanceada” esteve atrelada a ideia de “dieta”, de terapia nutricional, em que os nutrientes estariam dispostos equilibradamente, combinados entre si e com as necessidades individuais de cada um; além da disciplina cotidiana e a restrição das quantidades.

“Balanceada” possuía certo prestígio por ser uma expressão apreendida do discurso do nutricionista. O conhecimento desses profissionais era respeitado e assumia o caráter de “referência científica”, algo que autenticava a sua prática profissional:

“Uma alimentação balanceada é aquela que eu tenho que oferecer um ‘x’ de carboidratos, um ‘x’ de vitaminas, uma ‘x’ de proteínas e só o nutrólogo ou o nutricionista vai poder orientar [...]. A gente não tem a mínima capacidade de fazer isso, mas o nutricionista, ele vem com uma indicação para a gente do quanto a gente precisa ingerir por dia. Um alimento saudável para a gente poder ficar

saudável. Então essa alimentação balanceada é seguindo a orientação do nutricionista, que a gente precisa de tantas porções de carboidratos, tantas porções de proteínas, tantas porções de vitaminas” (CAMÉLIA).

O significado desse termo, utilizado pelo nutricionista para qualificar uma alimentação saudável, foi englobado no imaginário dos gestores ainda que muitas vezes sem compreendê-lo. Uma participante, após algumas tentativas de explicar o sentido da expressão “balanceada” confessou não entender o seu significado. Apesar disso, afirmou reproduzir este termo no seu discurso, pois o mesmo estava constantemente presente na fala dos nutricionistas da secretaria municipal de educação.

“(…) uma boa alimentação é uma dieta balanceada. (...) eu também não sei [o que significa] (risos). Eu falo porque as minhas nutricionistas falam (...) acho que você tem que ter uma série de conjugados balanceados. Acho que quando as pessoas falam “balanceada” é isso. É equilibrar as proteínas, os... Como é que chamam? Nutrientes? É você fazer esse equilíbrio. É porque as meninas [nutricionistas] aqui falam muito da alimentação balanceada, desde o início. E aí lá vai a gente: alimentação balanceada, alimentação balanceada” (IRIS).

Não é de se estranhar que a mesma não consiga definir a palavra “balanceada”, pois ela pode significar diferentes coisas. Para Fischler (1986, p.961) a ideia de atingir um “equilíbrio” em termos de ingestão alimentar resulta de uma ordem moral, um balanço entre prazer e saúde, gratificação e culpa, apetite e razão. Também representa a relação da alimentação com a saúde (FISCHLER, 1986). Essa associação ganhou ênfase nas últimas décadas devido ao enfoque dado às orientações dos especialistas em alimentação, saúde e nutrição. Isto trouxe repercussões na vida cotidiana, mas não significa que as informações transmitidas sejam compreendidas e incorporadas no cotidiano das famílias (CONTENTO *et al.*, 1993).

A orientação de um regime alimentar equilibrado associado à preocupação de oferecer uma alimentação que afasta a doença não é atual. Elas surgem nos círculos médicos a partir do século XVIII, em clara sintonia ao discurso romântico da época, que pregava a moderação, a sobriedade e a utilização dos “alimentos puros” (DUTRA, 2007). O autor afirma ainda que a delicadeza e a autovigilância tornaram-

se valores importantes nos círculos burgueses vinculadas à noção de saúde daquela época, e mantendo-se na terapêutica biomédica como expressão do comedimento e autocontrole. Na atualidade, o equilíbrio alimentar faz parte da rotina de vida denominada saudável e define as atitudes e comportamentos individuais, que repercutirão nos padrões de adoecimento (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010).

Azevedo (2008) expressa que as ansiedades cotidianas com uma “nutrição saudável” aumentaram devido a magnitude alcançada por esse discurso nas últimas décadas. O trabalho de órgãos governamentais e de meios de comunicação de massa fomentou em parte a ampliação de sua abrangência. Vê-se a tendência de dar à alimentação um sentido de “medicalização” nas práticas cotidianas dos indivíduos e coletividade, baseados em pesquisas epidemiológicas que definem os benefícios ou malefícios dos alimentos para a saúde. O alimento, dividido em seus componentes químicos, vem se transformando em um equivalente simbólico do medicamento, com indicações de uso e contra-indicações (LIFSCHITZ, 1997).

Os aspectos biológico-nutricionais citados pelos gestores entrevistados, fortemente ancorado no discurso dos nutricionistas, são semelhantes à fala sobre a alimentação saudável de profissionais de saúde da atenção básica do Distrito Federal (SILVA; RECINE; QUEIROZ, 2002). Segundo as autoras, a despeito do balanço e o equilíbrio de nutrientes para a adequação das necessidades nutricionais do indivíduo, eles reproduzem a valorização dos nutrientes como símbolos inerentes de uma alimentação saudável, com ênfase na importância dos carboidratos, proteínas, vitaminas e sais minerais adequados às necessidades biológicas do ser humano, que congregam em tais condições a preocupação de evitar as doenças. O consumo de alimentos frescos naturais e integrais foi outro aspecto referido pelos profissionais de saúde como de grande importância, assim como o maior consumo de legumes, verduras, frutas e cereais integrais, ideias também mencionadas pelos gestores do PNAE nos municípios estudados.

Os alimentos *in natura* foram amplamente associados à ideia de alimentação geradora de saúde, pois para nove gestores as *frutas e hortaliças (alimentos frescos) contêm as vitaminas, os carboidratos, as proteínas, componentes alimentares que fazem essa alimentação mais saudável (IRIS)*.

A eleição das *frutas frescas, verduras frescas, legumes frescos (HORTÊNCIA)* como uma das “representações da alimentação saudável” também foi discutida por Lifschitz (1997), quando associa a alimentação denominada “natural” e

a configuração da medicalização. Segundo este autor a alimentação “natural” é legitimada no discurso dos profissionais de saúde como aquela adequada quanto ao conjunto de nutrientes elementares capazes de gerar saúde dentro do padrão técnico-científico.

A valorização do uso desses alimentos como uma condição para melhoria da saúde é reforçada pelo conteúdo das legislações que orientam o PNAE, o que legitima ainda mais este discurso. A detenção deste conhecimento científico e a aplicação deste no cotidiano de PNAE, por parte dos nutricionistas, produzem um controle ou regulamentação na maneira de comer na escola, uma manifestação do *biopoder*. O exercício do poder, mesmo que inconsciente, está vinculado ao controle sobre a vida dos indivíduos, na maneira de viver, normatizando seus comportamentos (FOUCAULT, 1992).

Apesar da expressão predominante do saber técnico científico da nutrição sobre a concepção de alimentação saudável no discurso dos gestores, observamos uma tendência a ampliar as dimensões da “alimentação saudável”. Notamos que a expansão para outros aspectos esteve presente no discurso de pelo menos um gestor de alimentação escolar de cada região do estado. Dentre eles, sete representavam municípios de pequeno porte; cinco possuíam o RT nutricionista há menos de um ano da data da entrevista, isto é, posterior a obrigatoriedade imposta pela lei 11.947; quatro tinham participação boa ou ótima (de 4 a 5 nas atividades) promovidas pela REANE, enquanto que os quatro tinha participação regular (3 ou 2 atividades).

Posterior a dimensão biológico-nutricional, surge os aspectos psicossociais e culturais associados à “alimentação saudável”. Os termos que mais se destacaram foram: *adequado à cultura, com o arroz e feijão, gosto, prazer, preparo com carinho e com bom humor*. Expressões que denotam os aspectos subjetivos da alimentação se destacam mais nas falas dos gestores que dos RT, principalmente quando relacionam a “alimentação saudável” à alimentação escolar. Quanto à relação com a cultura temos que a comida é a expressão do alimento (FONTES; FREITAS; MINAYO, 2011). Neste sentido compartilhamos das ideias da antropóloga Maciel (1996) que afirmou que a comida está associada ao simbolismo, a valores, sentidos e significados. Segundo Levi-Strauss (2004) a comida não é boa apenas para comer, mas também para pensar e comunicar, pois ao comermos, além de ingerirmos proteínas, carboidratos, lipídios, sais minerais e vitaminas, consumimos

também símbolos, misturas compostas por saberes e práticas culturais, escolhas e preparações originadas da convergência entre artes culinárias e hábitos. De acordo com Montanari (2008, p.183), “assim como a língua falada, o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica, é depositário das tradições e da identidade de um grupo”.

O feijão com arroz foi à comida associada, pelos gestores, a identidade da cultura brasileira. Segundo DaMatta (2003), esta é a combinação tradicional que faz parte do gosto aprendido, uma das unanimidades nacionais para exprimir o estilo brasileiro de comer. Corroborando com esta citação, a Pesquisa de Hábitos Alimentares Brasileiros, realizada em dez cidades brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro mostrou que o consumo de arroz e feijão no almoço esteve entre a faixa de 80-90% em todos os grupos sociais (BARBOSA, 2007). No entanto, na nossa pesquisa somente dois gestores consideraram a mistura do arroz com o feijão, indispensável à composição de uma alimentação saudável, ou seja, reconheceram essa comida, uma expressão cultural da culinária brasileira, como representação da alimentação saudável.

Para seis entrevistados, o *gosto* também foi relacionado à ideia de alimentação saudável e a este se associaram qualidades que, no seu imaginário, exprimiam o prazer de comer, a “*comida quentinha*”, “*de boa aparência*”, “*cheirosa*” e “*temperadinha*”. O preparo com “*bom humor, com carinho, com tempero*”, segundo os gestores, proporciona um paladar à comida, característico de uma alimentação saudável. Assim, a forma de preparo do alimento pode indicar o desejo de melhorar o sabor e o gosto da comida, proporcionando maior prazer para os alunos, bem como o cuidado para com a saúde. Esse fato também foi relatado em estudo realizado no município do Rio de Janeiro por Leal (2011), no qual as próprias merendeiras reconheceram a inserção desta característica subjetiva na forma de preparo: *nós preparamos as coisas com tanto carinho (...)*.

Sob este ponto de vista, a “alimentação saudável” torna-se algo subjetivo, repleta de sentimentos e valores da sociedade. O gosto do alimento, então, é uma construção compartilhada, uma forma de saber, que não pode ser interpretado como algo biológico, invariável. O gosto e o paladar são cultivados no emaranhado da história, da economia, da política e da própria cultura. Não são inatos ao ser humano, e, portanto não devem ser naturalizados. O gosto forja-se no tempo e entre

os interesses econômicos, os poderes políticos, as necessidades nutricionais e os significados culturais (CANESQUI; GARCIA, 2005a).

Azevedo (2008) expressou a intensa relação existente entre o paladar e o preparo da comida. Quando a confecção da refeição é considerada como aquela que agrega às características *com carinho, com cuidado e com tempero* vê-se uma maior aceitação e valorização do alimento. O não reconhecimento dessas características no preparo induz a rejeição alimentar. Todos esses aspectos estão fortemente relacionados ao que é vital na cultura alimentar ligados à subjetividade, às relações sociais e ao simbólico.

Outra característica mencionada diversas vezes pelos gestores diz respeito à responsabilidade com a administração dos recursos destinados à Educação, incluindo a alimentação. Sendo assim, a dimensão econômica, presente no cotidiano destes atores, aparece quase que prioritariamente no discurso dos gestores sobre o tema alimentação saudável. Segundo testemunhos colhidos, a alimentação saudável é cara e demanda um investimento maciço de recursos financeiros pela prefeitura, a fim de complementar o valor enviado pelo governo federal e cumprir a legislação vigente.

O estudo realizado por Azevedo (2008) corrobora essa afirmação ao apontar a relação entre a alimentação saudável e o alto custo financeiro. Segundo o autor, desenvolver uma alimentação saudável pode ser considerado um 'luxo', pois muitos dos seus entrevistados relataram que executá-la sai caro para o orçamento.

Ainda sobre a questão econômica, um dos destaques foi o encarecimento dos custos com a alimentação escolar após a instituição de exigências legais da Lei 11.947 e da Resolução 38 do FNDE (BRASIL 2009a; b), pois essas normas recomendam um cardápio "mais saudável", variado, composto por produtos básicos e porções semanais de frutas e hortaliças. Em municípios que não praticavam esse modelo de cardápio a mudança trouxe aumento dos custos. Os gestores afirmaram que foi necessário um investimento de recursos do próprio município a fim de respaldar esta mudança, uma vez que o valor por refeição/aluno enviado pela instância federal às entidades executoras (R\$ 0,30, R\$ 0,60 ou R\$ 0,90- de acordo com a categoria estabelecida pelo FNDE) está muito aquém do valor real gasto com a alimentação escolar. *Alfazema* destacou que,

“[...] o custo dobrou, mas o prefeito assim mesmo bancou, e a gente hoje coloca quase 60% sobre o dinheiro que vem do FNDE para garantir essa merenda saudável para as nossas, essa alimentação, para as nossas crianças [...]”.

Nos municípios com elevada arrecadação do PIB, os gestores relataram não haver diferenças entre o cardápio praticado antes da lei e o atual, segundo *Camélia*, “(...) antes de a lei existir a gente já fazia isso. Só que a gente não tinha porcentagem nem nada”.

Em um dos municípios visitados de grande porte, entretanto, houve discordância entre os discursos da RT e da gestora. Para a gestora, os custos de produzir uma alimentação saudável eram extremamente elevados, enquanto que a RT descreveu que uma das características deste tipo de alimentação era justamente o baixo custo.

“[...] o custo de comida é muita grana. Mas, o que a gente faz aqui para essa alimentação saudável, balanceada, não dá [com o valor repassado] o PNAE. A gente complementa MUITO. A gente complementa às vezes três vezes mais. A contrapartida do município é grande” (*ÍRIS*, gestora).

“[...] quando você fala de alimentação saudável precisa desmistificar aquela coisa de que a alimentação saudável é aquela alimentação que é cara (...), não é assim. Na verdade o nosso papel como nutricionista é justamente mostrar que não precisa ser assim, que pode ser diferente” (*JASMIM*, RT).

Além dos aspectos já citados, a “alimentação saudável” também foi explicada com base na refeição servida na escola; ainda que em algum momento do discurso intentassem representá-la em seu cotidiano pessoal, sempre retornavam à alimentação escolar para exemplificar o que entendiam por “alimentação saudável”. Os preceitos da alimentação saudável “*estão baseados justamente no que a gente trabalha com a merenda escolar*” (*BETÔNICA*).

Esta alimentação escolar saudável possuía características de uma alimentação *boa, de qualidade, que contém todos os nutrientes necessários para os alunos*. Em alguns relatos foi ressaltado que no passado a alimentação escolar não englobava essas características; houve uma transformação ao longo do tempo,

passando de uma alimentação a base de lanches para uma refeição completa. *Gardênia* traz a tona aspectos referente à mudança do termo, ampliando o significado da alimentação escolar. Hoje essa alimentação é caracterizada como “*uma refeição calculada por um nutricionista*”.

“Merenda. Quando a gente fala de merenda escolar a gente tem ainda aquela visão arcaica de merenda num pratinho de alumínio com a criança comendo de colher e aquela refeição ali que não é uma refeição calculada por um nutricionista, especial para aquele aluno que tem um determinado tipo de patologia. Então tem todo um trabalho por traz que descaracteriza aquela coisa de merenda antiga, que era um macarrão com salsicha, que era um angu, que era apenas uma alimentação só para suprir a fome enquanto o aluno estava na escola. E hoje é uma educação alimentar. [...] a gente emprega grande esforço para a merenda escolar, ou melhor, para a alimentação escolar.”

Com base na análise dos documentos que orientam o PNAE, Mielniczuk (2005) destacou como papel do/da nutricionista o planejamento dos cardápios, escolhendo de alimentos que concorrem para atender parte das necessidades nutricionais diárias dos alunos e incluindo preparações que respeitem os hábitos alimentares dos alunos. Além disso, o nutricionista tem o dever de considerar os aspectos técnicos, como a composição química dos alimentos, a harmonia entre os ingredientes para que as refeições apresentadas sejam saborosas, coloridas e agradáveis aos sentidos, em especial ao paladar dos alunos.

Gronow (1997) fez uma crítica à necessidade de um especialista na definição da alimentação dos indivíduos. Para este autor, os indivíduos não são mais capazes de reconhecer suas ‘necessidades naturais’ e, portanto necessitariam da ajuda da ciência experimental e de novos tipos de especialistas, os nutricionistas. O gosto ou a visão já não são mais utilizados na classificação dos gêneros alimentícios, assim como na análise de sua utilidade e inutilidade ao corpo humano.

Segundo o autor, o ingresso deste profissional na definição do que seria uma alimentação adequada à saúde e à vida das pessoas rompeu decisivamente com antigo hábito de eleger os alimentos ou preparações pelo gosto ou pela visão. A ignorância seria a condição que explicaria os equívocos praticados pelo comensal e, portanto, o conhecimento científico se apresentaria como a resolução para a falta de saber das pessoas. Ainda mais, Gronow (1997) levantou questões sobre quem realmente está em posse do conhecimento “*certo*”, pois a variação nas opiniões dos

especialistas de tempo em tempo, traz ao cenário novas descobertas, que podem se constituir no futuro em necessidades falsas ou supérfluas.

A admissão desse profissional no âmbito do planejamento da alimentação escolar não significa, necessariamente, um cardápio que respeite os hábitos alimentares dos alunos. O estudo realizado por Chaves *et al.* (2007) demonstrou que a confecção do cardápio escolar por um nutricionista não garantiu inclusão de preparações regionais no cardápio escolar, ainda que este aspecto seja fundamental na intenção de garantia de uma alimentação adequada à cultura alimentar local. Mais adiante voltaremos a discutir esse assunto, ao abordarmos o discurso dos RT sobre alimentação saudável.

Além da inclusão do nutricionista, os gestores ainda relataram outras mudanças que aconteceram na alimentação escolar, levando-a se tornar um referencial de saudável: a mudança no tipo da refeição servida e o propósito político imbricado em seu caráter. A transformação ocorrida no tipo de refeição foi descrita como a substituição da oferta de *um lanche* ou *uma comida desregrada* para uma grande refeição, um almoço completo que continha hortaliças e frutas, ou mesmo, em alguns casos, quando além do almoço era oferecida uma pequena refeição no início da manhã (café da manhã) e/ou no fim da tarde (lanche).

Segundo a *Flor de Lis* houve uma grande mudança na alimentação escolar servida. Segundo ela em seu tempo de aluna, a *“merenda escolar era muito complicada. Costumavam servir comida enlatada, latas de feijoada, latas de sopa, sopa em pó que diluía”,* e comer *“esse tipo de comida gerou trauma em relação à merenda escolar”*. O fato de não ter escola na zona rural, naquela época a obrigava a estudar no centro da cidade, além da distância de casa havia a dificuldade de transporte e, portanto se sentia forçada a comer na escola uma refeição, que segundo ela era desagradável ao paladar. A gestora se considera traumatizada com a merenda escolar, pois era obrigada a *“comer o que lhe colocavam no prato, ainda que não sentisse bem com aquela comida”*. Atualmente considera o PNAE, um espaço mais democrático, mais preocupado com as questões de saúde e prazer, pois hoje o estudante pode decidir *“comer ou não, e colocar no prato somente o que gosta e se quiserem podem devolver o que não gostaram”*.

Conta ainda, que na década de 1980, o governo federal enviava pacotes de comida semi-pronta, que duravam cerca de seis a oito meses. O mesmo produto era distribuído a todos os municípios, independente das características da cultura

alimentar local. Não se importavam com a vocação agrícola da localidade e nem com os hábitos alimentares regionais. Era uma alimentação monótona e descontextualizada dos hábitos alimentares locais.

“Eu acho complicado, tudo o que é centralizado é complicado. Num lugar de tanta diversidade como o Brasil, você imagina, você ter que comer aquelas sopas, muito estranhas! Era um misto de pó com massinha, que misturava aquilo ali. Isso acabou por volta de 1985 ou 1987. O município recebia esse tipo de alimento empacotado, lacrado, que duravam meses e meses. Hoje isso foi de certa forma, superado” (FLOR DE LIS).

Apesar do reconhecimento das mudanças no cardápio escolar, se aproximando mais da realidade local, me chamou atenção um aspecto no relato das gestoras de municípios que possuem seus limites geográficos no mar (quatro municípios, dentre os 11 visitados). Segundo estes atores apesar de reconhecerem o peixe como um alimento saudável, a inclusão deste produto no cardápio é uma grande dificuldade, principalmente quando se trata da compra deste produto pelas associações de pescadores locais. Os argumentos mais utilizados como justificativa foram *a falta de organização legal da associação de pescadores; o preço elevado deste produto*, em especial dos vendidos pelos pescadores locais; e a baixa aceitabilidade deste produto pelos estudantes, principalmente os filhos dos pescadores, que *“preferem ovo ao peixe”* (ROSA).

Sobre este aspecto destaco novamente o testemunho de *Flor de Lis*, uma gestora que tem larga vivência com a Educação de seu município, pois foi aluna, professora, diretora de escola, é mãe de alunos e atualmente secretária municipal de Educação. De acordo com seu relato, em toda sua história, não se recorda da oferta de peixe no cardápio escolar, a não ser em momentos esporádicos, quando foi servido o filé de merluza, *“aquele que é comprado congelado no mercado”*. Não somente em relação ao cardápio escolar, mas ela reconhece que no seu espaço familiar, não há a cultura de comer peixe.

“O peixe aqui eu não sei o que acontece. Peixe aqui é artigo de luxo. Você consegue comprar carne (bovina) mais barato que peixe... Os melhores (peixes) vão para os hotéis, já chegam com destino certo, não teria nem como atender a merenda, não.”

Conversar sobre este e outros aspectos gerou na gestora certa insatisfação sobre a ausência deste alimento na alimentação das escolas de Sul Fluminense e a necessidade do diálogo com as nutricionistas do PNAE, a fim de superarem esta barreira. Apesar deste diálogo entre RT e gestor não ter ocorrido naquela data, percebi no testemunho da RT uma concordância na inserção deste produto no cardápio escolar. Segundo ela, é *“uma contradição não servir peixe no município”*, tendo em vista a *“quantidade de mar aqui para a gente conseguir peixe”*. Por isso é preciso encontrar uma solução e ela já está *“olhando preço, correndo atrás, para fazer acontecer”*.

Outro destaque mencionado pelos gestores se refere ao horário em que essa refeição é servida, pois quanto mais próximo do horário habitual do estudante almoçar, mais próximo esteve do conceito de saudável.

Assim, diversas características imprimem à refeição atual o caráter saudável e a própria substituição do uso da nomenclatura “merenda escolar” para “alimentação escolar”, reforça essa afirmação, pois delimita a transformação política que aconteceu na trajetória do PNAE. Em seu testemunho, *Alfazema*, afirma:

[...] a gente tinha merenda escolar mesmo, merenda. Você tinha um hoje suco com biscoito, amanhã um macarrão com salsicha, um biscoito com leite, então a criança não recebia uma alimentação escolar, não tinha refeição. Então nós trouxemos para cá a refeição mesmo e inclusive implantamos o desjejum. Como funcionava antes quando era a merenda escolar? As pessoas, as crianças chegavam e lá por volta de 9h, 9h30min chamava turma por turma e oferecia, oferecia a eles um prato de arroz com feijão hoje, amanhã você dava um suco com biscoito, então você desregrava, você não criava hábito com as crianças. O sistema de merenda que nós tínhamos era tudo que você podia divulgar de não hábitos, de propagar os maus hábitos alimentares. Então foi a primeira coisa que nós fizemos, é botar uma alimentação certa, no horário certo, [...] servir uma criança, não é só um detalhe, é uma merenda, é uma alimentação, é um produto adquirido com dinheiro público, com a intenção de oferecer saúde para eles [...].”

Apesar do seu esforço em marcar um posicionamento político por meio do abandono do uso do termo “merenda escolar”, este se encontra impregnado no discurso dos participantes. Assim como no relato acima em que ora usa o termo “merenda escolar”, ora “alimentação escolar”, para explicar situações diferentes, a entrevistada acaba utilizando ambos os termos como sinônimos ao final da fala, demonstrando a dificuldade em mudar um discurso construído historicamente. Segundo uma gestora de alimentação escolar

“Esse nome merenda não é mais para ser usado, mas a gente está tão acostumado que [...] porque isso não é uma merenda, a gente serve comida. Serve comida. A gente está trabalhando com almoço, a gente está trabalhando com café da manhã, a gente está trabalhando com o lanche da tarde também. Então [...] eles ficam alimentados, na verdade.” (ROSA)

Em relação ao propósito político, a superação da concepção assistencialista ligada à alimentação servida pelo PNAE e o revestimento do sentido de direito ainda é divergente. Ao mesmo tempo em que alguns gestores negam a ideia de assistencialismo, outros permanecem com o discurso da alimentação escolar como uma assistência aos alunos carentes. A expressão “alimentação saudável” acaba por tomar um significado de assistência no ambiente escolar.

“É uma assistência ao educando, mas assistência essa que quando não tem fica muito comprometida a parte de aprendizagem, porque nós temos muitas famílias, crianças que a alimentação servida na escola é a única alimentação do dia. Então, em áreas que a gente tem ainda muitas famílias com problemas sociais. E alimentação saudável eu acho que é isso [...]” (IRIS)

“O caminho é oferecer uma alimentação de qualidade para que a criança, através da alimentação evite [doenças], ela tenha uma melhor qualidade de vida, e este é o papel da escola [...] não é um assistencialismo, vejo como uma necessidade deste século 21 [...] Nós que somos profissionais da educação, que estamos dentro da educação, temos que balançar mesmo o varal, balançar e ver se a gente consegue dias melhores para as nossas crianças. É isso [...] Alguém para gritar pelos direitos dela, pelo anseio dela, seja na alimentação escolar, da alimentação das crianças. Vamos facultar que as crianças tenham à mesa, tenham uma boa alimentação” (ALFAZEMA).

Esta última afirmação tem sua construção na década de 1960, quando era atribuído à “merenda escolar” a função de suprir a “fome do dia”, potencializando o desempenho dos alunos nos estudos (MOYSÉS; COLLARES, 1995). Este significado parece não ter sido superado no imaginário de alguns gestores que conferem à alimentação escolar os termos: “*que supre a fome, a única refeição do dia, para alunos carentes, para os que não têm o que comer em casa*” (ÍRIS, LÍRIO, ALFAZEMA, VIOLETA, TULIPA e MAGNÓLIA). O argumento da assistência é legitimado pela existência da pobreza nos arredores da escola, o que evidencia outros problemas políticos e econômicos do país.

Como analisa Magalhães, Burlandy e Senna (2007), apesar de o Brasil integrar o conjunto de países com os maiores Produto Interno Bruto (PIB), a

persistência de contingentes da população privados de direitos básicos de cidadania ainda assinala os imensos desafios que o país precisa superar, especialmente no que diz respeito às desigualdades sociais, econômicas e de saúde. Ainda que as tendências apontem para o declínio da desigualdade de renda entre 2001 e 2007, como evidencia Barros, Carvalho e Mendonça (2010), mais de um terço da população é pobre, o que gera dificuldades na implementação de políticas públicas que visem a superação do assistencialismo e a melhoria do quadro social e sanitário brasileiro.

“Considerando a pobreza como um fenômeno complexo e multifacetado que envolve a capacidade das pessoas participarem do circuito de reciprocidade que garante direitos e prerrogativas e, principalmente, a inserção em um “mundo comum”, podemos dizer que os dilemas da integração social permanecem inescapáveis. Ao mesmo tempo, as políticas públicas têm um efeito paradoxal sobre o quadro social brasileiro na medida em que apresentam, em geral, baixa capacidade de promover equidade e alcançar os segmentos mais pobres e vulneráveis da população. Historicamente marcadas pelo autoritarismo, clientelismo e fragmentação institucional, as políticas sociais permanecem confrontadas com os dilemas do assistencialismo, do corporativismo e da ineficiência” (MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007, p.1416).

No âmbito dos significados da alimentação escolar, o estudo de Bezerra (2009) assinalou que ela continua a ser caracterizada como “comida para alunos pobres”. Na ótica dos entrevistados (professores, administradores e merendeiras) a alimentação escolar é concebida como a única refeição dos alunos no dia e este é considerado motivo principal pelo qual os alunos vão à escola, pois ajuda a recuperar a deficiência alimentar, determina sua frequência e contribui para uma melhor aprendizagem. Promover a permanência dos alunos e diminuir a evasão escolar não faz mais parte dos objetivos do PNAE. Entretanto, parece que este conhecimento ainda persiste entre aqueles diretamente ligados ao programa, os usuários e gestores, o que dificulta a visão do programa como um direito do estudante.

A trajetória do PNAE apresenta avanços no que se refere à noção de direito à alimentação adequada, mas impõem novos desafios a serem superados. Após a instituição da compra obrigatória de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar, pela lei 11947 (BRASIL, 2009a), e da determinação de que 70% dos

produtos adquiridos pelos recursos do FNDE sejam de produtos básicos, o cenário da alimentação escolar voltou sua atenção para os alimentos *in natura* e seus derivados, que sofreram algum tipo de beneficiamento. A inserção desses produtos sem o uso de agrotóxicos, segundo os gestores, conferiu caráter mais saudável à alimentação.

“Então eu vejo assim, o município é obrigado por lei, a comprar 30% da produção dos seus agricultores. Então você pode fazer uma negociação, que eles plantem aquilo que melhor vá atender essas crianças. E foi o que a gente fez de início, a gente conversou. (...) eles não puderam nos atender, mas eles ofereceram o que tinham, mas a gente adaptou o que eles tinham para a gente. Combinando o que você precisa para promover uma alimentação saudável e ter um cultivo do que você precisa, com essas orientações: sem agrotóxicos, com a questão de higiene nos espaços (...)” (ALFAZEMA).

Mas eles mesmos não têm certeza se o produto adquirido do pequeno produtor local é isento de insumos químicos, pois nem sempre é possível manter a fiscalização sobre esses aspectos.

“O produto da agricultura familiar pode ser de melhor qualidade. [...] Talvez possa ser. Não sei! Na verdade, eu acho que a possibilidade de ser melhor é porque alguns já não estão trabalhando com os produtos de afastamento dos insetos e tal, que são aqueles inseticidas químicos. Então, você trabalha com orgânico, pode trabalhar com orgânico, que é muito mais fácil. E em segundo [lugar] que você conhece como aquilo é feito, porque está muito mais próximo. Então, eu não sei se é, mas pode ser” (ÍRIS).

Esse relato demonstra a insegurança dos gestores em relação à garantia da qualidade do produto adquirido, qualidade vinculada à inexistência de agrotóxicos no produto. No entanto, a legislação (lei 11.947/ 2009) menciona tão somente a necessidade de adquirir os produtos da agricultura familiar, não definindo critérios de saudabilidade. A alusão aos defensivos agrícolas torna-se um discurso racionalizador das ações e de uma preocupação da exposição contínua a um determinado risco. Fischler (2002) trabalhou a percepção de risco, segurança no sistema alimentar e a relação com a saúde. Referiu que, em países industrializados, existe a preocupação com a contaminação e adulteração de alimentos com substâncias artificiais. Tais como aditivos e agrotóxicos (defensivos agrícolas, pesticidas, praguicidas etc.), cujas conseqüências podem ser desconhecidas e

devastadoras. Castiel, Guilam e Ferreira (2010), mais recentemente, têm discutido o ambiente “riscofóbico” da sociedade contemporânea, produtor de ansiedade e inseguranças entre as pessoas, especialmente no que diz respeito a necessidade de incorporar um estilo de vida saudável.

A percepção de risco esteve presente na fala dos entrevistados quando mencionaram, na perspectiva da abordagem técnica, a importância de não ingerir alimentos com aditivos químicos e, ao mesmo tempo, incentivar o consumo de uma alimentação mais natural, ou seja, expressiva em frutas e hortaliças. Sob o ponto de vista de *Tulipa*, essa orientação encontra-se descontextualizada e é utópica, pois a alimentação considerada natural, também apresenta riscos, devido a presença de agrotóxicos.

[...] falar do que eu acho de alimentação, o que eu aprendi de alimentação não saudável: enlatados, conserva de um modo geral, tudo que tem muita química. E dar preferência aos alimentos naturais, uma alimentação balanceada também! Vai comer salada, ouvi falar que salada pode comer todo dia [...] a gente precisa de todos os nutrientes, cada alimento tem seus nutrientes necessários, numa alimentação balanceada. Frutas acima de qualquer coisa, legumes. Hoje a gente falar de tudo natural parece meio que ilusão, parece meio utopia, por causa dos agrotóxicos, de toda essa situação” (*TULIPA*)

Para finalizar destacamos o conflito existente na fala dos gestores entre a alimentação saudável e o seu cotidiano. Assim como encontrou Silva, Recine e Queiroz (2002), as concepções de “alimentação saudável” referidas como ideais, foram narradas como algo difícil de ser atingido na vida pessoal. A aplicação desta concepção idealizada torna-se conflituosa na medida em que tais elementos devem reunir a necessidade biológica do corpo humano aos valores socioculturais, que envolvem hábitos e desejos a serem representados como os sabores da vida.

Bom, essa alimentação saudável, eu não estou fazendo essa alimentação saudável (risos). O que acontece comigo? Eu fico um grande período do dia sem me alimentar e eu chego e vou comer o que tem casa, que eu não tenho tempo de preparar o que eu deveria preparar. Então por isso estou acima do peso e tudo mais. O que eu considero uma alimentação saudável? É você ter uma diversidade de alimentos, como muitos legumes, muitas frutas, muitas verduras. Que você não consuma muita gordura, muita fritura, muito carboidrato, pouco sal e pouco açúcar. Aí eu entro aí (...). Pouco sal tudo bem, porque eu não gosto de sal mesmo. Pouco açúcar é o meu grande problema, é difícil controlar. Eu prefiro comer um doce a comer um prato de arroz e feijão, então é muito complicado” (*MAGNÓLIA*).

Segundo Giddens (1991), um novo modelo de vida regrada está associado à valorização de um estilo de vida “saudável” e a ideia de que coisas gostosas de comer podem conferir algum risco para a saúde. Uma nova rotina, repleta de regras e preocupações excessivas a respeito dos cuidados que envolvem alimentação, atividade física e a negação de certos prazeres alimentares, está sendo relacionada às transformações expressivas na nossa relação com a comida.

Azevedo (2008) abordou a discussão sobre comer bem e de forma saudável como uma prática que implica em sacrifícios, por considerar que o alimento gostoso não costuma estar relacionado aos benefícios para a saúde. Esse é o dilema vivido também por alguns gestores entrevistados, que se vêem diante do dilema prazer *versus* saúde.

“Para você ter uma ideia, se você fala da minha vida, é lógico que eu não vou deixar de comer uma pizza, que eu adoro mesmo! Sabendo que eu não estou podendo porque engorda, porque aumenta o colesterol e essa coisa toda. É o conflito que a gente vive entre o gostoso, o que se coloca como gostoso (ênfase). E esse conflito é de todo mundo. Por quê? Come aquele ‘troço’ salgadinho e depois dá vontade de beber refrigerante. Vai dizer para o aluno que refrigerante é ruim, mas ele vai falar ‘mas refrigerante é uma delícia’. É difícil colocar o hábito saudável (...) ao mesmo tempo quando a gente fala a gente sabe a dificuldade de você (...) vai falar que chocolate é ruim? Eu adoro chocolate” (CAMÉLIA).

A falta de informações sobre “nutrição saudável” não tem sido apontada como justificativa para o não cumprimento dos princípios promovidos por ela. Pelo contrário, esses atores conhecem o discurso do “saudável”, até mesmo o valorizam. No entanto, são seduzidos pelos prazeres do paladar, em detrimento do que reconhecem como benefícios à saúde, a médio e longo prazo, por meio de uma “dieta balanceada” (AZEVEDO, 2008). A harmonia das dimensões da alimentação reconhecida como saudável, no cotidiano dos gestores, é aquela possível entre as dificuldades de agregar o valor prazer ao que é considerada benéfica saúde.

4.2. Alimentação saudável sob a ótica do RT: É o “certinho” da faculdade!

O discurso dos RT sobre “alimentação saudável” esteve fortemente impregnado pelos aspectos relativos à dimensão biológica, ainda que em momentos esporádicos surgissem referências superficiais às outras dimensões. A associação das questões biológico-nutricionais com a alimentação saudável é compreensível no contexto desse estudo, pois os entrevistados eram nutricionistas que tem em sua formação e em seu trabalho técnico a ênfase desses aspectos. De certa forma, por estarem no papel de responsável técnico do PNAE, os nutricionistas podem, consciente ou inconscientemente, ter assumido no primeiro momento o papel, que na concepção deles, era esperado nesse encontro, limitando suas opiniões e práticas ao que aprenderam dentro do ambiente da faculdade.

Chamou-nos atenção o discurso de uma RT, que usou a expressão “o *certinho da faculdade*” para explicar como visualiza a “alimentação saudável”, com suas regras tais como a valorização dos nutrientes e suas funcionalidades, o cumprimento dos intervalos entre as refeições, além do destaque ao consumo de alimentos considerados benéficos à saúde.

“O ‘certinho da faculdade’ são as regras de comida, de se alimentar bem, de ter horário, regras, que eu sei que eu tenho que comer de 3 em 3 horas, eu sei que tenho que comer sempre um colorido por causa das vitaminas, porque cada cor tem uma vitamina. Isso eu sei que é o certinho, para mim é o certinho da faculdade, que é o certinho que a gente impõe. [...] A gente sabe que tudo da faculdade de alimentação saudável é você comer tudo certinho (risos), com hora, isso que a gente não consegue fazer. O ‘certinho da faculdade’ serve para cobrar os outros, para mim não, só serve para cobrar os outros (ORQUÍDEA).”

Neste relato, observamos o duplo sentido da alimentação saudável (SILVA; RECINE; QUEIROZ, 2002). Está presente o universo das recomendações nutricionais, pautadas geralmente em imposições e cobranças para os outros; e o sentido da alimentação no “mundo real” do profissional, no qual tais regras não cabem. Há um distanciamento do que o profissional estabelece como alimentação saudável e o fazer em sua vida pessoal, que aparentemente está desvinculado do saber técnico.

O predomínio do saber técnico de nutrição nos discursos condiz com a abordagem reducionista que a Nutrição tem priorizado, ao longo dos anos: os efeitos dos nutrientes na fisiologia, metabolismo e patologia, assim como a manipulação dietética a fim de aplicar o conhecimento a respeito destes compostos químicos na “melhoria” da saúde individual e coletiva (CANNON; LEITZMANN, 2005).

Para Gracia-Arnaiz (2005) o objeto da Nutrição se aproxima das propriedades nutricionais dos alimentos, do tratamento dietético e do afastamento dos sujeitos e da comensalidade. Esta ciência baliza sua prática na relação doença e nutriente, compreendendo o alimento como fonte de substratos e de energia, valorizando aspectos como composição química e nutricional, condições sanitárias, tecnologias de produção, distribuição e armazenamento e possibilidades terapêuticas.

Ainda na perspectiva da biomedicina, a relação com a segurança microbiológica dos alimentos foi referida pelos entrevistados como essencial na prevenção de patologias veiculadas por alimentos. Além disso, foi considerada “alimentação saudável” aquela que evita as doenças crônicas não transmissíveis, como a hipercolesterolemia, a trigliceridemia, hipertensão (HAS), obesidade e diabetes mellitus (DM). Neste caso houve destaque para a necessidade de reduzir a ingestão de sódio e gordura saturada, nutrientes caracterizados como prejudiciais à saúde (BRASIL, 2006c). Os participantes referiram também a necessidade do nutricionista formular um cardápio diferenciado para atender aos alunos com necessidades nutricionais específicas, conforme orienta a Resolução CD/FNDE nº 38.

Na relação das enfermidades com a alimentação, nota-se que esta tem sido apontada como um dos principais causadores das doenças crônicas não transmissíveis existentes no mundo ocidental, muito mais que qualquer outra prática do cotidiano. Indiscutivelmente, numerosos outros componentes da vida contemporânea interferem no estado de saúde das pessoas, dentre eles estão: o modo de vida, conforme a análise dos modelos etiológicos exógenos das doenças contemporâneas (LAPLANTINE, 1991); a poluição atmosférica; os ruídos; as condições sociais; o stress; o sedentarismo. As doenças, portanto, são produtos do “meio social” e/ou do “modo de vida” das pessoas e não somente da alimentação.

Para os entrevistados a alimentação adquire um valor simbólico semelhante aos medicamentos, pois lhe é atribuído funcionalidades específicas, como emagrecer, controlar a glicemia, diminuir a pressão arterial, entre outros. Assim os

alimentos perdem sua identidade e são tratados sob diferentes denominações: alimentos para fins especiais, alimentos funcionais ou nutracêuticos (PROENÇA, 2010). A medicalização do alimento revela a disposição de se transformar cada vez mais o ato de se alimentar em um processo mecânico, no qual as preocupações relacionadas ao cuidado com a saúde acompanham os prazeres da mesa. Essas inquietações produzem um desconforto no sentar à mesa para desfrutar da comida, ou até mesmo uma “culpa por estar comendo o que não se deve”, e assim, um ato repleto de sentidos múltiplos passa a ser reduzido à lógica da medicalização, e o universo que a circunda se reorganiza segundo essa matriz (GARCIA, 2005; CAMPOS, 1982).

Tratar a alimentação saudável sob uma perspectiva mecanicista ou mesmo medicalizadora, tomando como base essencialmente as razões sanitária e médica, ou o conhecimento científico em relação à nutrição, reduz a amplitude de possibilidades que esta pode vir a assumir. Para Fischler (1989) a tentativa de modelar o comportamento alimentar, segundo progressos e flutuações do conhecimento nutricional, não pode se desconectar de suas implicações técnicas, metodológicas, epistemológicas e éticas.

A dietética baseada nos conhecimentos médicos, racionais e científicos em 1970 despontou carregada de um conjunto de orientações sobre regimes terapêuticos que objetivavam cuidados com a forma corporal. A saúde só ganhou destaque no cenário alimentar na década de 1980, sob a ótica da medicina científica (LIFSCHITZ, 1997). Sob este ponto de vista a alimentação é concebida na fronteira do normal e do patológico, ou seja, concentra-se nos mecanismos por meio dos quais a alimentação pode ocasionar desequilíbrios e distúrbios físicos (diabetes, hipertensão, enfermidades cardiovasculares), assim como na prevenção dessas enfermidades (AZEVEDO, 2008).

A medicalização da alimentação com vista à saúde pode ser considerada uma tecnologia de regulamentação sobre a “população”, ou seja, um *biopoder*. O campo do *biopoder* é expresso no controle ou regulamentação da vida (sob perspectiva biológica), intervindo na maneira de viver, no nível de saúde, instituindo, assim, um “estilo saudável de alimentação”. Essas relações de poder não são necessariamente contratuais e exclusivamente repressivas, fazem parte de uma rede, que penetra profundamente e produz efeitos de verdade e saber em toda a sociedade, por meio da internalização das normas disciplinares (FOUCAULT, 1992). Ao mesmo tempo

em que o profissional de saúde exerce seu poder e é aceito como tal, seus atos, gestos, discursos e desejos sofrem a ação dessas mesmas normas - construídas como regras “naturais”, um código de normalização. No momento em que o discurso da medicalização do alimento e da promoção de saúde entra em cena, ele transforma as atitudes das pessoas, controlando seus comportamentos e produzindo efeitos positivos, no âmbito do saber, da individualidade e da subjetividade.

Essa nova tecnologia do poder determina e normatiza o corpo, por meio do controle e da disciplina (AGRA FILHO, 2012). É nesse contexto que *Orquídea* coloca sua compreensão do “saudável”: é um saber técnico que serve para impor ou cobrar dos outros, atitudes apropriadas à saúde, mas não para ela. No entanto, no decorrer de seu discurso identificamos a sua necessidade de manter-se saudável, consumir os alimentos de que gosta, de forma equilibrada.

Ademais das abordagens que concordaram com a lógica da medicalização da alimentação saudável, a consideração de *Azálea* foi uma crítica a esse processo. Segundo ela seguimos um conceito muito antigo que não foi superado e, portanto, isso mostra o quanto estamos estagnados e não avançamos para outros horizontes. Em seu discurso afirma que,

“[...] um alimento é servido de medicamento ao longo dos anos [...]. Essas coisas que a gente escuta sobre alimentos, que você pára para questionar, é o que Hipócrates há muito tempo já falava: ‘Que o alimento seja o seu medicamento’. Então até que ponto a gente está evoluindo ou ‘involuindo’ em um conceito que já foi dado há muitos anos? Então até que ponto isso é evolução?” (AZALÉA)

O exercício do controle sobre a ingestão de nutrientes pelos alunos é reafirmado pelo conteúdo das legislações que norteiam o PNAE. Segundo alguns RT, as leis que regem o PNAE dão base para a prática da alimentação saudável nas escolas a medida que *“a legislação contém os padrões nutricionais que estabelecem o que seria a alimentação saudável dentro da escola, o que é proibido e o que é restrito [...]”* (GARDÊNIA). Cravo expressa que *“se o RT somente se guiar pelos padrões nutricionais que estão na resolução já vai oferecer uma alimentação saudável”*. Margarida concorda ao relatar que *“o programa de alimentação escolar estipula as mínimas necessidades nutricionais e isso está dentro de uma alimentação saudável”*. Para ela, o PNAE estabelece as regras para proporcionar

uma alimentação saudável dentro da escola, tais como, “a oferta mínima de três porções de hortaliças por semana”; “as necessidades nutricionais a serem oferecidas para cada aluno”, de acordo com o tempo de permanência na unidade escolar; “a tabela de nutrientes” benéficos e proibidos no cardápio. O cumprimento dessas regras conflui para a prevenção de doenças “como o colesterol, a HAS, a obesidade, o triglicérido, e o DM”.

Vale esclarecer que no imaginário dos RT quando referiam ao “conteúdo da lei do PNAE” estavam associando ao teor da Resolução 38 (BRASIL, 2009b), a qual traz as orientações que conduzem à uma alimentação saudável. A Lei 11.947 (BRASIL, 2009a), foi reconhecida por oito dos onze RT entrevistados como a “lei da agricultura familiar”, descrita como “uma estratégia do governo para escoar a produção dos pequenos produtores e fomentar a economia dos municípios” (PEÔNIA).

Segundo os entrevistados, a Resolução CD/FNDE n.º 38 (BRASIL, 2009b) foi valorizada como uma diretriz na condução do PNAE e na construção de um “cardápio saudável”. Foi também reconhecida como um documento que respaldava as ações perante os seus superiores, no que concernia a inclusão ou exclusão de determinados alimentos ou tipos de preparações do cardápio. Para os entrevistados, as proposições da Resolução 38 (BRASIL, 2009b) foram consideradas fundamentais, porque do contrário “pode parecer neurose de nutricionista”, como afirmou Lavanda.

As designações quanto aos percentuais de determinados nutrientes que compunham as refeições, assim como o estímulo ao consumo de frutas e hortaliças, confirmam o ideário de alimentação saudável baseado predominantemente na composição nutricional, na vertente biomédica. Além das frutas e hortaliças, as carnes e os iogurtes foram os alimentos mais associados com a “alimentação saudável”. A ingestão diária de uma alimentação “natural, fresca e leve”, que segundo eles era composta por frutas e hortaliças (veículos de nutrientes para o corpo) foram associações realizadas entre alimentos e um cardápio saudável. O saber a respeito da funcionalidade dos nutrientes presentes nas frutas e hortaliças é sustentado não só pela legislação que norteia o PNAE, mas também por documentos de instituições nacionais e internacionais que orientam a promoção de saúde e alimentação saudável, como por exemplo, o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2006c) e a Estratégia Global em Alimentação

Saudável, Atividade Física e Saúde, elaborada pela Organização Mundial da Saúde, em 2004. Estes documentos orientam o aumento do consumo de frutas e hortaliças como alternativa de substituição para os alimentos altamente energéticos e pouco nutritivos, assim como de garantir uma quantidade adequada de nutrientes favoráveis à saúde (BRASIL, 2004a).

Conforme expressou Canguilhem (1990), podemos sugerir que o conjunto de normas e regras que orientam práticas alimentares, balizadas na funcionalidade dos nutrientes presentes nas frutas e hortaliças, objetiva a manutenção do corpo em um estado considerado equilibrado, mais próximo do saudável e distante dos extremos nocivos a normalidade. Apesar de essas recomendações terem sido instituídas, observamos que no cotidiano isso não tem ocorrido, conforme demonstrou a Pesquisa de Orçamentos Familiares-2008/2009 (BRASIL, 2011).

Outro alimento que recebeu destaque no cardápio escolar foi a carne. Esse alimento, classificado como um dos que conferem qualidade ao cardápio recebeu maior destaque quando oferecido em porções não racionadas. Segundo *Jasmim*:

“A porção de proteína que realmente a gente não limita: ‘Ah, você tem direito a um valorzinho pequenininho’. Não! A gente realmente faz os cálculos e compra em cima da porção que a criança necessita. Eu acho que é uma qualidade!” (*JASMIM*).

Alguns autores como Wedig e Menasche (2008) e Canesqui (1976; 2005), discutem os signos e simbolismos dados às carnes. Segundo eles a carne é um alimento intensamente valorizado, pois é considerada “comida *forte*” (WEDIG; MENASCHE, 2008). Este alimento é simbolicamente utilizado como parâmetro para distinguir pessoas e as respectivas diferenças de riqueza, poder e prosperidade na sociedade, além de diferenciar o que seria “comida de pobre” e “comida de rico” (CANESQUI, 1976).

Servir “*carne todos os dias é um luxo*”, segundo o relato de *Peônia*. A razão que a leva a esta afirmação é saber que “*muitas crianças não conseguem comer isso em casa*”. “*São crianças, famílias muito carentes, do interior mesmo*”, uma realidade a qual, segundo ela, como pesquisadora, não tinha idéia. A afirmação desta RT corrobora com o que foi encontrado por Canesqui (2005) em seu estudo com trabalhadores, pois de acordo com a autora o valor de “luxo” dado à carne

esteve associado tanto às barreiras do acesso e a raridade de seu consumo, quanto à prosperidade alimentar e ao maior poder de compra.

No nosso estudo, a alimentação saudável extrapolou a simples oferta de carnes, mas este produto recebeu qualificação de acordo com o tipo do corte ou a espécie de peixe servida. Segundo *Jasmim*, o reconhecimento da importância para a saúde das crianças e a valorização dos alimentos servidos nos cardápios escolares esteve relacionado ao tipo da proteína servida. Um aspecto indissociável do saudável seria *o tipo do peixe (“esse ano passou para cação”) e o corte da carne oferecidos* que, de acordo com a entrevistada, diminuiu as perdas e as reclamações, melhorando a aceitação e o valor nutritivo.

Se anteriormente o acesso à carne servia para demarcar os valores de uma alimentação, atualmente os iogurtes também integram este posto. Os iogurtes e leite são considerados ‘indispensáveis’ ao crescimento e ao desenvolvimento das crianças, fundamentais à saúde, segundo as normas dietéticas divulgadas pelos profissionais da saúde (CANESQUI, 2005). No entanto, Wiley (2004) trouxe uma abordagem ampliada a respeito das recomendações de consumo do leite, considerando questões biológicas, culturais, econômicas e políticas. A autora destacou a existência de variações biológicas na população quanto à habilidade de digerir o leite, o valor cultural dado a este produto por diferentes grupos étnicos e a construção de recomendações de consumo deste produto com base nas alianças realizadas entre governo dos Estados Unidos e grandes indústrias do leite. Desta forma nos fez refletir sobre a multiplicidade de dimensões que permeiam a valorização e a recomendação de consumo deste alimento.

Os entrevistados do nosso estudo mencionaram o iogurte, em especial, como um produto alimentício inacessível no cotidiano familiar dos alunos mais humildes. Além de ser um alimento considerado de alto custo e valor cultural, o seu sabor freqüentemente é descrito como apreciado pelos estudantes, conforme o relato de sete RT, um de cada região estudada.

O destaque dado a este alimento ocorreu principalmente quando falavam sobre os alunos de escolas situadas em áreas rurais ou em lugares muito pobres. Oferecer um alimento carregado de valor simbólico aos alunos carentes pareceu conferir ao doador prestígio e reconhecimento por parte dos gestores municipais, assim como pela comunidade escolar. *Margarida* descreveu a expressão de um aluno e interpretou:

“Um dia teve iogurte no desjejum e um aluno falou assim para mim: ‘a escola está parecendo uma lanchonete’. [Ela se perguntou], por quê? O que para ele é lanchonete? O que ele queria dizer do jeitinho dele? Porque não é para associar a alimentação da escola com uma lanchonete” (MARGARIDA).

Essa declaração causou uma preocupação imediata, no entanto ela relatou compreender o seu significado posteriormente. De acordo com a RT “*tomar iogurte no desjejum é uma coisa que ele gostaria de comer, já que o iogurte geralmente é um alimento que se compra na lanchonete*”. Proporcionar o acesso a um alimento nunca antes experimentado também recebeu destaque no relato de *Peônia*:

[...] teve uma escola da zona rural que eles nunca tinham tomado iogurte. Quando eu mandei aquele *chup-chup*, eles falavam assim ‘tia, que gostoso isso!’. Eles ficaram encantados com o iogurte, são crianças carentes demais, principalmente na zona rural. Então, são coisas assim tão gratificantes, como você colocar uma coisa tão simples como é o iogurte e a criança comer como se fosse uma coisa de valor. Por isso é muito bom trabalhar com prefeitura, porque os alunos são crianças humildes. Então, tudo o que você fornece para eles, eles ficam assim apaixonados, essa é a palavra! Nem sempre eles têm condições de tomar iogurte em casa. Para mim é gratificante poder oferecer esse tipo de alimentos para eles.”

Essa fala traz ainda a visão da alimentação escolar como uma fonte de alimento para crianças carentes, pobres, famintas. Mantém-se a noção assistencialista da alimentação escolar, independente das mudanças ocorridas ao longo da trajetória do PNAE, na qual a assistência ao necessitado deixou de ser um objetivo principal da organização social e converteu-se num direito, reconhecido internacionalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948, art. 25, inciso 1) e afirmado na Constituição Federal Brasileira. Aparentemente a noção de direito a uma alimentação adequada durante o tempo de permanência na escola só é necessária para aqueles que não têm o que comer em casa. Eles é que valorizam o alimento e trazem retorno para o trabalho do nutricionista.

Freitas e Fontes (2008, p. 42) descrevem que alunos, professores e merendeiras desconhecem os objetivos políticos do PNAE e os dois últimos atores expressam a alimentação escolar como *obrigação; necessidade; que o governo dá e o aluno tem que receber*. Para Abreu (1995) o reduzido número de alunos que comem a alimentação escolar tem relação com o cunho assistencialista que o programa imprime na refeição: o símbolo de comida para carentes, um estigma, pois

segunda a autora somente os alunos que realmente necessitam, comem-na, os outros trazem alimentos de casa ou compram lanches.

Em certas situações, a alimentação escolar parece ter um signo diferente do objetivo político a ela empregado, pode discriminar e reforçar a submissão do aluno (BEZERRA, 2009). Os cardápios geralmente são elaborados por profissionais que têm a visão do aluno como carente, faminto, necessitado de um prato de comida e que come qualquer coisa, independente do sabor e dos hábitos alimentares das crianças: *“Os alunos, principalmente das escolas rurais, comem muito. Comem que é uma beleza! Comem de tudo, tudinho. Pode colocar o que quiser no cardápio que vão comer. [...]”* (PEÔNIA). *“Os alunos desses bairros (rurais) são diferentes do centro (da cidade). No centro eles não comem angu, mas nesses bairros (rurais) eles comem de tudo, porque ali eles são uma população mais carente, com muitas necessidades”* (DÁLIA). Diante disso, identificamos a necessidade de superação do simbolismo de uma alimentação dada a um aluno faminto. Antes de qualquer afirmação é importante entender que a alimentação escolar é um direito que precisa ser garantido a todo aluno e, por isso, deve ser elaborado segundo os hábitos alimentares daquela comunidade.

Apenas uma RT associou a “alimentação saudável” ao aspecto da segurança alimentar e nutricional e ao direito humano à alimentação adequada. Ter apenas uma citação relacionando à dimensão do direito parece mínimo diante da importância do tema no espaço escolar. As dificuldades em ampliar o olhar a respeito das possibilidades inscritas na alimentação imprimindo a esta um caráter multidimensional, pode estar associado a formação destes profissionais, conforme expressam Frozi, Elias e Fonseca (2010). Em um estudo realizado com alunos de graduação em nutrição de instituições de ensino superior públicas e privadas do município do Rio de Janeiro, inseridos nos períodos iniciais, medianos e conclusivos do curso, os autores observaram o reducionismo biomédico presente na avaliação dos graduandos a respeito do tema “alimentação”.

A formação em Nutrição precisa expandir seus horizontes para além do conhecimento técnico, que dá conta apenas do “consumo dos nutrientes”, compreendendo a alimentação em suas multidimensões, assim como propõem Cannon e Leitzmann (2005), Lang, Berling e Caraher (2009) e Castro, Castro e Gugelmin (2011). O profissional de nutrição precisa conhecer a complexidade do

alimento e da alimentação, buscando entender os significados que os indivíduos atribuem a sua prática alimentar.

A formação centrada nas propostas biomédicas se distancia dos aspectos emocionais, da comensalidade, da cultura. Algumas vezes o objetivo do profissional RT é cumprir as diretrizes técnicas das legislações que orientam o PNAE, da qual são cobrados como responsáveis técnicos, sem fazer uma reflexão plena de como aplicar os princípios propostos no cotidiano dos alunos.

Trazemos esta questão à tona para discutir a escassez de relação entre a alimentação saudável e as questões ambientais. O único ponto citado pelos RT foi a inserção de produtos alimentícios produzidos pela agricultura familiar no cardápio escolar, os quais podem ocasionar geralmente (mas nem sempre) um menor impacto ambiental. Os dois RT mencionaram esta relação quando expressaram sua opinião sobre a lei 11.947. Esses profissionais são aqueles que obtiveram as maiores participações em atividades de qualificação propostas pela REANE.

Diante disso surgem algumas questões: como não associar a “alimentação saudável” às questões ambientais, diante do despertar da sociedade em busca de uma resposta política em todos os níveis para a conservação ambiental e a utilização de um sistema alimentar menos agressor ao meio ambiente? Como é possível estar tão limitado aos aspectos biológicos sem sequer esboçar a relação entre a saúde e o meio do qual o ser humano faz parte (Cannon; Leitzman, 2005)?

Todas as vezes que a produção de alimentos foi citada havia relação com o cumprimento da compra mínima dos 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar, expressa no artigo 14 da lei 11.947 (BRASIL, 2009a). A preocupação com o cumprimento da lei tomou conta do discurso dos entrevistados, conforme testemunhou *Jasmim*: “os nutricionistas, assim como eu, ficam preocupados com a questão de atingir o percentual que tem que comprar [...]” Os RT entrevistados estavam tão atarefados com a identificação dos agricultores familiares, a organização da documentação exigida pelo FNDE, os processos licitatórios, que não conseguiam ver estes alimentos com outra perspectiva, senão aquela direcionada à compra para o cumprimento da lei.

As dificuldades para colocar a lei em prática estavam relacionadas a compra da quantidade mínima estipulada, a liberação dos documentos que qualificavam a venda da agricultura familiar para a alimentação escolar, assim como a insegurança dos agricultores em vender para uma instituição pública e não receber o valor

combinado. O não atendimento das demandas do PNAE, as limitações físicas da entrega dos produtos nas escolas, a ausência de um apoio técnico do município e dos órgãos federais em orientar esse processo de produção, compra e venda foram os aspectos evidenciados pelos entrevistados como limitantes ao cumprimento deste processo.

Segundo relatos, a lei se propôs a dar resolução a situação do escoamento da produção de alimentos do pequeno produtor rural, e somente para dois dos RT, *Jasmim* e *Girassol*, houve relação da lei 11.947 (BRASIL, 2009a), *a lei da agricultura familiar*, com a “alimentação saudável”. Para *Jasmim*, a proposta da lei foi,

“[...] fazer um resgate daquela alimentação que era do campo, de uma alimentação que era mais baseada em frutas, legumes e verduras, dos cereais, tubérculos. A questão justamente de você valorizar o desenvolvimento do município e de você trazer um produto que é mais saudável, um produto que foi cultivado perto de você, então ele foi colhido, por exemplo, com dois dias de antecedência, vai ser entregue pra você provavelmente muito mais fresco. A maioria das vezes, alguns não utilizam agrotóxico, por exemplo, os agricultores daqui não utilizam porque eles mesmos disseram que eles não têm condições de comprar esses produtos que são caríssimos, então ele não tem condições de comprar pra poder botar no produto dele. Eles usam as coisas naturais, que eles chamam, eu não entendo, eles botam lá os fertilizantes naturais, aqueles esterco, eu sei lá o que é... eu não entendo nada disso. Então assim, você tem um produto muito mais saudável. Um produto que foi cultivado perto, foi entregue para você próximo, que não é aquele produto que veio e passou por um monte de coisas, demorou uma semana para chegar até você, já não chega com a mesma qualidade, com o mesmo grau de maturação. Com certeza, eu acho que tem tudo a ver com uma alimentação mais saudável.”

Observamos algumas características comuns entre os dois entrevistados que podem justificar a amplitude das relações entre a lei e a alimentação saudável, dentre elas destacamos: a formação em universidades públicas, a realização de parcerias diretas com Secretarias de Agricultura e universidades na execução de seu trabalho com o PNAE, além de como já dito anteriormente, participação em atividades de qualificação técnica. Quanto ao cumprimento do artigo 2, parágrafo V, quando orienta a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos e o respeito aos hábitos alimentares, que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis, foi interessante observar o relato de experiências mal sucedidas na compra de produtos da agricultura familiar local. Na intenção de cumprir a orientação da legislação uma RT realizou a compra

de produtos regionais, no entanto um dos alimentos não fazia parte dos hábitos alimentares locais, ou seja, baseou sua compra na ampla produção agrícola e não no consumo habitual local.

Nessa experiência, apesar do município ser o maior produtor do alimento no estado do Rio de Janeiro, para a população local este possuía outra conotação. *Margarida* desconhecadora dos hábitos alimentares daquela cidade comprou grande quantidade do alimento que, segundo a RT e a gestora de alimentação escolar, possuía todas as características de um alimento saudável sob o ponto de vista nutricional: “rico em nutrientes e ‘depurativo’ do sangue”. No entanto, houve pouca ou nenhuma aceitação deste alimento pelos escolares. Sendo assim, após o impacto da rejeição realizaram uma investigação com as merendeiras e outros atores da comunidade escolar descobrindo os simbolismos que envolviam aquele alimento: era um alimento destinado aos porcos e não ao consumo humano.

Em uma conversa informal com uma RT de outro município (não participante da pesquisa) observamos que esse tipo de atitude tem sido freqüente e, em alguns momentos, persistente. A RT moradora de outro município, frente a necessidade de comprar produtos alimentícios da região local, em virtude do cumprimento da lei, observou que a produção de guandu era uma das marcas da agricultura familiar de seu município. Por conhecer e apreciar pratos feitos com essa leguminosa, a nutricionista inseriu este produto no cardápio escolar em um dia da semana substituindo o tradicional feijão preto. Para sua surpresa, teve baixa aceitação. Diante disso a RT buscou esclarecimento com outros funcionários da Secretaria de educação, moradores locais, que afirmaram não ser hábito local o consumo deste alimento, que o mesmo era usado como ração animal. No entanto, determinada a cumprir a exigência legal de inserir produtos regionais no cardápio, assim como oferecer um cardápio saudável, a nutricionista afirmou que persistiria um pouco mais na oferta deste alimento por estar de acordo com as propostas da lei.

Temos nestes exemplos algumas questões a considerar: (a) a demonstração da influência de outros aspectos, que não os biológicos ou “saudáveis”, na construção dos hábitos alimentares dos diferentes sujeitos; (b) a necessidade de conhecimento da comunidade em que se trabalha, antes de qualquer intervenção alimentar, respeitando-se as preferências da cultura alimentar; (c) a dificuldade de compreensão e execução das normas legais no âmbito escolar; e (d) a persistência

do discurso do “saudável” (discurso científico) em detrimento das práticas alimentares do grupo.

Situação semelhante foi observada por Chaves *et al* (2009) em PNAE de todas as regiões do país. Os autores destacaram que a confecção do cardápio escolar por um nutricionista não garantiu inclusão de preparações adequadas aos hábitos alimentares regionais, ainda que este aspecto fosse fundamental na intenção de garantir uma alimentação adequada. Cabe, então, refletir por que os nutricionistas continuam a reproduzir ações descontextualizadas, onde o saber biomédico predomina, mesmo com o advento de temas como promoção da saúde, diversidade social e cultural, e direitos humanos? Por que as normas biomédicas se sobrepõem às questões culturais na práxis do nutricionista?

Voltamos à discussão da supremacia do saber biomédico, por trás do qual há uma ciência real e inquestionável, que legitima e reconhece a eficácia dos procedimentos adotados para “melhorar as condições de vida” ou propiciar uma alimentação saudável. As relações de poder mantêm o distanciamento do profissional para com a comunidade e perpetuam a regulamentação e controle de um estilo de vida saudável. Além das associações já relatadas, outros aspectos foram relacionados à “alimentação saudável” pelos RT. A mistura brasileira do arroz com feijão como um marcador de alimentação saudável, da mesma forma como citado pelos gestores, o respeito ao horário em que eram realizadas as refeições. Os gostos, o uso de temperos naturais e o prazer também foram citados pelos RT como inerentes a “alimentação saudável”, da mesma forma que os gestores mencionaram.

Quanto aos aspectos econômicos as opiniões foram controversas. Enquanto uma RT assegurou que a “alimentação saudável” não era cara, a gestora do mesmo município afirmou que esta é bastante dispendiosa. De certa forma os municípios que possuem uma arrecadação alta do PIB ou recebem contrapartida financeira da gestão municipal para desenvolverem mais ações relacionadas ao PNAE relataram um investimento maior que os demais municípios. Nos locais em que a contrapartida da prefeitura foi capaz de dar ao RT a possibilidade de ampliar a gama de alimentos e preparações a serem servidas, houve maior segurança por parte destes profissionais em diversificar a alimentação oferecida aproximando-a do que consideravam “saudável”.

“O nosso cardápio hoje é um cardápio muito bom. As crianças em tempo integral recebem cinco refeições por dia, a gente tem barra de cereal, tem iogurte, o peixe esse ano a gente passou pra cação, a carne gente não tem mais problemas de reclamação de gordura, porque a carne é patinho então nem perda tem. Então assim, a gente tem realmente um reconhecimento e uma valorização de que isso é importante para as crianças. O que eu acho que é mais importante é que por parte da gestão, que é o prefeito. O gestor do município ele valoriza isso [...]” (JASMIM).

No caso em que existe apoio do gestor municipal com o investimento local de recursos financeiros no PNAE, há também a insegurança no momento das eleições, quanto pode haver troca dos governos. *Dália* demonstra esta inquietação: “[...] e quando mudar o governo? Será que o próximo prefeito vai continuar investindo, dando carta branca para as coisas que a gente quer implantar no Programa? Vamos ter a mesma abertura para mudar? É disso que eu tenho medo [...]”. *Lavanda* vai além e questiona o papel da nutrição na elaboração dos cardápios e as dificuldades inerentes ao RT.

[...] falando de forma geral, às vezes a gente pode ter uma excelente nutricionista, mas ela não é a dona da caneta na hora da compra, entendeu? Então, tem municípios que não tem uma boa merenda, então quer dizer que a nutricionista de lá é ruim? Não é assim gente, não é bem assim, vocês tem que ter a consciência que existe toda uma estrutura por trás daquilo ali. Se a gente fosse dona da caneta a nutrição era outra no mundo.

Além das questões abordadas acima, não poderíamos deixar de citar *qualidade de vida* e o *estilo de vida de qualidade*, expressões utilizadas pelos RT na discussão sobre “alimentação saudável”. Estas expressões, de acordo com Minayo, Hartz e Buss (2000) têm sido utilizadas para definir saúde. Este termo costuma ser oco de sentido e revela as limitações que os profissionais de saúde têm em encontrar algum significado teórico e epistemológico para além dos limites referenciais do conhecimento biomédico que, sem dúvida, domina o imaginário e a prática do campo da saúde pública.

A despeito disso, extrapolar a definição para longe dos contornos da definição de saúde como “a mera ausência de doença” já é um bom começo, porque manifesta a insatisfação com o reducionismo biomédico. Todavia, dizer, que a alimentação saudável tem relações com a noção de qualidade de vida pouco acrescenta à reflexão da concepção do saudável.

Diante do abismo entre o conhecimento técnico e o cotidiano, conflitos são gerados. De um lado o saber científico em nutrição, adquirido na universidade, e do outro o comportamento alimentar do sujeito que orienta a aplicação desses hábitos. Voltemos ao argumento de *Orquídea*, trabalhado no início desse tópico. Ela afirmou que algumas das orientações nutricionais não se aplicam à sua vida pessoal e, na continuação de sua fala, expôs que não se considera um exemplo a ser seguido. No entanto, sente-se livre para ensinar e cobrar a aplicação destes conhecimentos dos outros.

“Faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço (risos), é isso, para mim. [...] Se naquele dia eu tiver o prazer de comer um Big Sanduíche, eu vou comer o Big Sanduíche. Pra mim isso é saudável, não vou exagerar [...] Porque eu sou péssima de comer, sou péssima de verduras, de folhas, pra mim só alface. Por isso que eu estou falando, “o certinho” é só para falar para eles fazerem, não para mim (risos). [...] Vai me fazer bem, é isso que eu vou comer! Para mim, assim, alimentação saudável é comer o que eu tenho vontade, desde que eu saiba que tem que ter quantidade certa, que eu tenho que ter qualidade. [...] eu costumo dizer que tudo o que te dá prazer, desde que não seja exagerado, está valendo a pena, para mim é saudável” (*ORQUÍDEA*).

Para os RT, os hábitos alimentares baseados em seus conhecimentos sobre “alimentação saudável” também são difíceis de serem praticados no cotidiano do PNAE. *Margarida*, *Peônia*, *Azálea* e *Betônica* discutem que ora os alunos não comem o que é saudável porque os pais não oferecem estes alimentos em casa, ora culpam as merendeiras por não se dedicarem em oferecer um prato bem apresentável.

“[...] uma refeição saudável e que ajudaria muito (na prevenção) do colesterol alto, triglicérido, pressão alta, obesidade, diabete, tudo, na prática são difíceis de acontecer. O que você vê? Algumas crianças que fogem do turno da tarde, só querem comer carne. Fazem a tia [merendeira] colocar tudo no prato, jogam tudo fora e ficam só com a carne. Mas isso é meio complicado, porque você não pode chegar e falar: pega só o que você quer! Porque senão você não está estimulando a criança a comer. Então é todo um trabalho sabe, porque a comida saudável está ali para eles comerem, o que a gente gostaria realmente é que eles deixassem para comer só na escola, mas é bem difícil, difícil mesmo conseguir” (*MARGARIDA*)

“Ah, mas as crianças não querem comer fruta!” Mas os pais ensinaram a comer fruta em casa? A comer verduras, legumes? Não! O que você eles põe no lanche do filho? É guaravita¹⁴ e fandangos¹⁵, aquele biscoitinho amarelo. É um pacote de biscoito recheado ou é um soco ou fruta?” (*BETÔNICA*).

¹⁴ ‘Guaravita’ é a marca de uma bebida à base de guaraná, vendida em um copo lacrado com volume total de 290 ml.

¹⁵ Fandangos_ marca brasileira de salgadinho feito de milho, da Elma Chips.

Observamos um conflito entre o discurso dos RT sobre a importância dada aos aspectos biológico-nutricionais da “alimentação saudável” e a dificuldade de aplicação deste conteúdo no cotidiano da vida pessoal e nos hábitos coletivos dos alunos atendidos pelo PNAE. Isso pode expressar a inadequação de um modelo construído com um foco unilateral da “alimentação saudável” diante das múltiplas dimensões que perpassam este tema. Sobre estas questões mais uma vez ressaltamos a importância da formação do nutricionista para a ampliação da visão a respeito do tema, abrangendo conhecimentos de outras ciências e perspectivas que não somente a biológica-nutricional.

Sobre a formação profissional Canesqui e Garcia (2005b, p.272) discutem que, “existe uma fragilidade nos elos entre as disciplinas das áreas de ciências humanas e sociais nos currículos dos cursos de formação do nutricionista no Brasil”. Estas são consideradas “desinteressantes” e de menor valor já que se utilizam de metodologias qualitativas, históricas, ideológicas e, por muitas vezes, “subjetivas”, porque lidam com os significados e sentidos das coisas. Também da parte dos cientistas sociais que são chamados aos cursos de nutrição, persiste ainda idéias de que as questões alimentar e nutricional são objeto secundário de reflexão para as ciências sociais, não despertando interesse substantivo, o que dificulta sua capacitação nessa área de conhecimento. Essas autoras indicam que a nutrição deve proporcionar a abertura de um diálogo mais estreito com as ciências sociais e humanas, disciplinas que recebem menor *status* diante das reflexões e das pesquisas nutricionais que têm no laboratório e na clínica as suas principais fontes.

É importante ressaltar a grande dificuldade de se articular a alimentação “ideal” (recomendada) com a alimentação “real” (cotidiana), uma vez que apesar das recomendações nutricionais estarem impregnadas no discurso das pessoas, estas regras precisam ser adaptadas à realidade: à cultura alimentar, à situação socioeconômica, aos significados que atribuem à alimentação e ao ambiente - tomado pela disputa de mercado e pela mídia - os quais conspiram contra o consumo de alimentos básicos e tradicionais e a favor de produtos industrializados, especialmente ultra processados (ASSAO; CERVATO-MANCUSO, 2008; CONTRERAS, 2005).

5. PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA PERSPECTIVA DOS GESTORES E RT DO PNAE



*Promoção da alimentação saudável: o movimento contínuo e dinâmico do ir e vir, falar e ouvir, construir e desconstruir. Rute Costa
Foto: Silvia Gugelmin*

Nesta seção buscamos o significado atribuído a promoção da alimentação saudável no cenário escolar. Pretendemos entender o que os gestores e responsáveis técnicos da alimentação escolar pensam sobre o tema e como eles desenvolvem ações e estratégias de promoção na escola. Uma vez que o discurso de RT e gestores sobre a “promoção de alimentação saudável” apresentou traços em comum, optamos por descrever as concepções destes atores em um mesmo bloco.

A promoção da alimentação saudável para os gestores esteve relacionada à transmissão de informações sobre a importância de um estilo de vida saudável, incluindo questões alimentares. Também envolveu temas para além da aquisição do conhecimento individual. Um deles foi o acesso à alimentação saudável, aos serviços públicos de saúde e à renda financeira adequada ao suprimento das necessidades do indivíduo. Outra referência foi o reconhecimento dos direitos dos cidadãos pelo poder público e pelos próprios sujeitos. Este grupo de entrevistados também associou a promoção da alimentação saudável aos investimentos do governo em promoção da saúde, nas três esferas, assim como à inserção de produtos oriundos da agricultura familiar.

Por sua vez, o discurso dos RT girou em torno da transmissão do conhecimento técnico às merendeiras, aos alunos e à família, dos aspectos operacionais da elaboração e execução dos cardápios dentro da escola e da factibilidade entre discurso e prática da promoção da alimentação saudável.

Tanto os gestores de alimentação escolar quanto os RT quando exemplificam a promoção da alimentação saudável, remeteram ao PNAE como um espaço que possibilita a execução dessas ações. Corroborando com as declarações de Gaglianone (2006) que também destaca a escola como um ambiente valorizado ou espaço adequado para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Algumas características do PNAE, segundo Machado (2009), justificam a importância dada a tal instituição, tais como: (i) a amplitude de sua cobertura de atendimento, que possibilita alcançar um grande número de indivíduos com as ações de promoção da alimentação saudável estabelecidas; (ii) o processo de formação ou revisão dos hábitos e atitudes, momento da vida normalmente apresentado pelas crianças, jovens e adultos, que estão inseridos no ambiente escolar; (iii) a escola se configura como um espaço privilegiado por proporcionar a troca de saberes na relação entre os grupos de alunos, pais, professores e comunidade; (iv) a função social e política da escola, isto é o seu papel como agente influenciadora na sociedade.

Sobre a promoção da alimentação saudável no âmbito escolar, chamou atenção o enfoque dado à transmissão vertical do conhecimento técnico-científico, por meio de palestras, reuniões, treinamentos, educação nutricional e oficinas culinárias, divulgação de materiais informativos, conversas sobre a importância da alimentação, etc. Os alunos e merendeiras foram considerados os “sujeitos alvo” da transferência de informações. Segundo os entrevistados, alunos e merendeiras devem receber um ensino capaz de conscientizá-los a respeito do que se considera uma refeição saudável e da necessidade de mudanças de comportamentos relacionados à alimentação. Para Rosa (gestora de alimentação escolar):

“As nossas nutricionistas passam o conhecimento de alimentação saudável aos nossos merendeiros, para eles realizarem as orientações e passem para o nosso público alvo, que são os nossos alunos. O convencimento deles de passar para os nossos alunos, que vão receber a nossa merenda, o porquê deles ingerirem alimentos saudáveis. Por isso que a gente faz muitas atividades de formação continuada para os nossos merendeiros”.

Segundo os participantes, as informações devem ser passadas com insistência e regularidade pelos nutricionistas, a fim de que os “sujeitos alvo” adotem hábitos saudáveis. Ou seja, os alunos devem abandonar os “maus” hábitos alimentares, enquanto que as merendeiras devem adotar práticas de confecção das refeições adequadas aos padrões estabelecidos pelas legislações.

Dália e Campânula representantes de Serrano A e *Magnólia*, gestora de Noroeste B, relacionaram a alimentação saudável ao nutricionista. Para a gestora de Serrano A, promoção da alimentação saudável é “*trabalho do nutricionista*” e por isso incluíram uma vaga para esse profissional no concurso público. A gestora de Noroeste B afirmou que a elaboração do cardápio pelo nutricionista responsável é indispensável para a promoção da alimentação saudável. A mesma fala foi expressa pela RT de Serrano A “*é o nutricionista que tem as informações sobre alimentação saudável*”.

Para gestores e RT, o nutricionista é o profissional que detêm o saber técnico sobre os benefícios dos alimentos para a saúde. Um conhecimento incontestável e absoluto, que exclui a possibilidade de construção coletiva do tema. Sendo assim, a transferência do conhecimento técnico de nutrição sob a forma vertical alarga a distância da proposta de empoderamento dos indivíduos e do processo participativo na escolha dos caminhos de promoção da alimentação saudável, como ressalta o artigo 5º da Portaria 1.010 (BRASIL, 2006a) “*definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.*”

Diante dessa compreensão é propício refletir sobre a formação e mudança de hábitos alimentares e o papel do nutricionista como detentor do saber. A ampliação dos conhecimentos por si só não irá gerar mudanças na prática, é necessário motivação interna, reconhecimento da necessidade de mudança, ambiente propício a essa mudança e proximidade entre aprendiz e professor (RODRIGUES-CIACCHI; CAMPOS, 2011). Por isso, a promoção da alimentação saudável torna-se uma tarefa para todos os sujeitos que trabalham no espaço escolar, seja professor, merendeira, cantineiro, nutricionista. O estímulo contínuo de todos é fundamental para o desenvolvimento de habilidades e atitudes que promovam hábitos alimentares saudáveis nas crianças (SCHIMITZ; RECINE; CARDOSO, 2008).

Para Boog (2008) a promoção da alimentação saudável não pode ser uma responsabilidade exclusiva dos nutricionistas, ela precisa ser compartilhada. Pressupõe-se que profissionais cujo trabalho tem relação com a promoção da saúde

devam ter um domínio de conhecimentos mínimos de nutrição para que possam atuar como agentes da promoção de saúde e alimentação saudável.

Neste sentido, as merendeiras também foram reconhecidas pelos entrevistados em um papel de multiplicadoras de informações sobre alimentação saudável. Em seu “espaço de influência”, o balcão de distribuição dos alimentos do refeitório, elas podem atuar incentivando os alunos para que comam um pouco de cada preparação servida na escola, e façam uma refeição mais saudável. Costa, Ribeiro, Ribeiro (2001) ressaltaram que, embora o trabalho produzido pelas merendeiras envolva rotina, elas possuem uma tarefa importante na confecção e distribuição da alimentação escolar, assim como na promoção da alimentação saudável no ambiente da escola. Os autores afirmaram que esse profissional tem o compromisso de conhecer o processo de produção da alimentação e os sentidos que envolvem a alimentação escolar, a fim de que estejam comprometidas em fornecer mais que uma suplementação alimentar. Ressaltaram, ainda, a necessidade do respeito às suas idéias e que estas devem ser compartilhadas, tornando o ambiente de trabalho aberto a discussões.

Nossos participantes afirmaram também que a sala de aula pode ser um local apropriado para o desenvolvimento de atividades informativas, lúdicas e catequizadoras. Os professores, devido ao contato regular e prolongado com os estudantes e a proximidade com a realidade sociocultural destes, tornam-se atores influentes na construção de conhecimento e na negociação de regras, como por exemplo, nos rituais de higiene, nos horários e nas atitudes durante as refeições (DAVANÇO; TADDEI; CARRAZEDO, 2004). Por esta razão, Bernadon *et al.* (2009) consideram que os professores têm sido foco de programas de educação nutricional e de estratégias de capacitação, na tentativa de torná-los multiplicadores de informações que transformem o estilo de vida da comunidade escolar. Enquanto Leal (2011) destacou que dentre os profissionais que atuam nas escolas, os professores e as merendeiras podem colaborar na maior ou menor aceitação dos alunos em relação a alguns alimentos, dentre eles frutas e hortaliças.

O enfoque dado à promoção da alimentação saudável no ambiente escolar esteve relacionado à transmissão vertical de conhecimento técnico na esfera individual. Não houve relato sobre as possibilidades de construção coletiva do conceito alimentação saudável, a problematização da realidade, e tampouco a valorização do conhecimento e das diferentes concepções a respeito do tema no

imaginário dos alunos, professores e merendeiras. Concepção este que poderia ser construída com base na bagagem cultural, história de vida, experiências individuais e/ou coletivas de cada um.

Para além das palestras, reuniões, treinamentos e capacitações, somente os atores que representaram o Metropolitano A (*Jasmim* e *Iris*, RT e gestora, respectivamente) citaram a Semana de Alimentação Escolar como uma estratégia de incentivo à alimentação saudável. Eles reconheceram esta atividade como uma ação de incentivo, que propiciava a ampliação do diálogo e da reflexão sobre temas relacionados à alimentação, a saúde, a cultura, meio ambiente, entre outros. Os atores descreveram a longa experiência na execução da Semana de Alimentação Escolar no seu município e destacaram que a execução desta ação envolve grande número de atores, a saber: a equipe da gestão central do PNAE, os coordenadores pedagógicos, professores, diretores das unidades escolares e profissionais de outras secretarias municipais. Por causa deste aspecto interdisciplinar ressaltaram o grande esforço na convergência de uma agenda em comum para o planejamento anual da SAE.

Jasmim e *Íris* destacaram também que a divulgação antecipada do tema anual por meio da REANE ou mesmo do INAD, assim como a distribuição do material norteador, reproduzido e encaminhado a cada escola, tem sido um aspecto facilitador para o desenvolvimento deste evento. Acrescentaram ainda que essa didática (escolha do tema e distribuição de um material norteador) tem sido um pretexto para que os próprios coordenadores pedagógicos insiram o tema no projeto político pedagógico e, assim, desenvolvam atividades relacionadas ao tema da SAE durante todo o ano escolar.

Ampliando as possibilidades de realizar ações que incentivem a alimentação saudável, os representantes do município Sudoeste B (*Girassol* e *Alfazema*, RT e gestor, respectivamente) ressaltaram executar ações de educação nutricional por meio de atividades com horta. Segundo *Girassol*, a construção e manutenção deste ambiente e dos alimentos produzidos só tem sido possível por causa da estreita parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, que fornece as mudas, faz todo o preparo do solo e disponibiliza os serviços de um técnico agrícola.

Alfazema considerou o desenvolvimento deste projeto junto aos alunos, ou seja, a realização de atividades de plantio e colheita das mudas, e o desenvolvimento de aulas de ciência nos canteiros, como uma ação de promoção da

alimentação saudável. *Girassol*, por sua vez, pontuou suas intenções em transformar este projeto em uma ferramenta de “*formação mesmo*” e por isso ele “*tem discutido junto ao setor pedagógico sobre a inserção do tema nutrição no currículo escolar, não como uma disciplina isolada, mas como um tema presente em todas as disciplinas*”.

As ações até o momento descritas estão presentes na Portaria 1.010 e na Lei 11.947. Ambas estimulam a qualificação dos profissionais que atuam no âmbito escolar; a oferta de opções saudáveis nos cardápios da escola; e incentivam a incorporação do tema alimentação saudável no projeto político pedagógico, na perspectiva de educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental e de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2006a; 2009a).

No entanto, quase todas as estratégias relatadas nas entrevistas, principalmente dos RT, foram dirigidas ao nível individual, com a intenção de fomentar a mudança de comportamento. Swinburn, Egger e Raza (1999) entendem que as intervenções também devem ser dirigidas ao ambiente, quando se trata da formulação e execução de políticas públicas e programas para a promoção da alimentação saudável.

De acordo com esses autores uma complexidade de dimensões interfere nas decisões alimentares e extrapolam a decisão individual. Essas dimensões podem ser: físicas (disponibilidade alimentar nos ambientes), econômicas (custos relacionados aos alimentos), políticas (regras, normas, recomendações, políticas públicas) e socioculturais (atitudes e valores relacionados à alimentação). Portanto, outras medidas, que extrapolam o nível individual, são necessárias para a promoção da alimentação saudável, medidas que atuam sobre as esferas governamentais, os sistemas de saúde e educação, as indústrias alimentícias, a mídia, e que sejam complementares as ações dirigidas às escolas, domicílios, locais de trabalho e unidades de saúde.

Diante de uma abordagem sobre promoção da alimentação saudável centrados na utilização de ferramentas de educação com atenção aos indivíduos, reduz-se a responsabilidade do Estado em proporcionar espaços e ambientes saudáveis, culpabilizando principalmente o indivíduo pelas suas escolhas relacionadas à saúde, promovendo poucas oportunidades concretas, que favoreçam as pessoas a produzir e construir estilos de vida saudável.

Em se tratando da promoção da alimentação saudável, se reconhece que ações de incentivo devem ser complementadas por ações de apoio, proteção e monitoramento, ou seja, aquelas que visam, entre outras coisas, tornar possível e/ou facilitar a adesão a práticas saudáveis por coletividades e indivíduos bem informados e motivados (CASTRO; CASTRO, GUGELMIN, 2011).

Assim sendo, outros aspectos foram relacionados pelos participantes ao tema em debate: (a) a oferta de uma alimentação *balanceada*; (b) o sabor da refeição servida; (c) a adequação do ambiente físico, dos equipamentos e utensílios disponíveis para auxiliar a confecção das refeições; (d) a disponibilidade de frutas e hortaliças no cardápio, (e) o cardápio elaborado por um nutricionista e por fim (f) a parceria com o CAE e outras instituições. A oferta de uma alimentação *balanceada* foi a estratégia mais referida pelos entrevistados.

Para além do foco individual da obtenção do conhecimento para mudança de atitude, o acesso a alimentos saudáveis por meio de um cardápio balanceado e de qualidade, seja na família ou na escola se manteve presente no discurso dos gestores e RT. Para os gestores o PNAE é uma iniciativa importante de estímulo ao consumo de uma refeição saudável, pois os cardápios são elaborados por nutricionistas, o que garante sua saudabilidade. Para respaldar esta oferta como ação promotora de alimentação saudável, o conteúdo da Resolução 38 (BRASIL, 2009b) foi utilizado como argumento em algumas falas:

Olhe, eu sempre achei que o fato de você fornecer, eu sei que não é só isso, mas eu sempre achei que o fato de você fornecer um cardápio balanceado já seria o primeiro ponto no fornecimento de uma alimentação e um estímulo para uma alimentação mais saudável. E aí eu fiquei muito feliz quando eu vi até na resolução que isso também é considerado uma atividade, porque eu sempre tive essa idéia. Mas não basta só isso, porque você pode oferecer e a criança jogar fora. Então assim, infelizmente a gente não consegue, a gestão central (ênfase), não consegue hoje desenvolver projetos em cada escola, ao longo do ano (JASMIM, RT).

Apesar de compreender o fornecimento de refeições saudáveis como um dos passos indispensáveis na promoção da alimentação saudável, *Jasmim* destaca a insuficiência desta ação isolada na influência da alimentação do aluno. A rejeição do aluno frente a oferta de uma alimentação adequada, segundo os critérios nutricionais, foi considerada situação comum nas escolas.

Alguns aspectos foram citados como justificativa. Um dos referidos por seis entrevistados está relacionado à falta de apoio das famílias dos alunos na adoção de hábitos alimentares “saudáveis” e o outro, citado por oito participantes, diz respeito à preferência por produtos chamados de “*besteiras*” (refrigerante, doces, biscoito extrusado) ora trazidos de casa, ora comprados nas cantinas ou comércios nos arredores da escola.

Na visão dos gestores e RT, os estudantes normalmente não têm um modelo de alimentação saudável em suas casas, fato que dificulta a adesão aos alimentos servidos pelo PNAE. Segundo *Tulipa* (gestora) “*a conscientização e a prática andam lado a lado*”. Para *Violeta* (gestora) “*Uma criança não come folha se em casa ela não vir os pais comendo*”. E ainda, “*Porque os filhos se espelham nos pais. Se o pai e a mãe não comem alimento saudável, eles nunca vão comer*” (ALECRIM, RT). Para *Tulipa* a promoção da alimentação saudável, é justamente isso, “*é dar o exemplo dentro de casa*”. Desta forma, se não houver o apoio da família, a escola terá que executar um trabalho maior, além de apresentar o alimento ao aluno, informar sobre a importância daquela alimentação, precisará motivar o aluno para que este aceite a refeição oferecida.

Estas falas nos remetem a alguns questionamentos. O primeiro deles é a reflexão se de fato as famílias dos alunos não têm um modelo de alimentação saudável. Pois, ao fazer tal afirmação excluí-se a interferência de outros fatores, como por exemplo, as condições de vida destas famílias ou mesmo fatores que limitam o acesso desses indivíduos a produtos considerados “saudáveis”. Talvez esta seja uma maneira de justificar a ineficiência das estratégias utilizadas pelo setor de alimentação escolar na adesão dos alunos ao cardápio escolar.

A preferência dos alunos por outros alimentos, que não os servidos pelo PNAE foi a segunda justificativa utilizada para a rejeição da alimentação escolar. Os *biscoitos de isopor*, tipo *fandangos*, as *guloseimas* e os *refrigerantes*, segundo os gestores e RT são os campeões da preferência do aluno. Leal (2011, p.54) também encontrou relatos da substituição da alimentação escolar por biscoito, doces, salgados e bebidas açucaradas, considerado por seus entrevistados “*como a causa da perda daquele vínculo com a alimentação da escola, já não tem mais uma alimentação saudável*”. Discutiremos mais sobre esta questão quando tratar, mais adiante, do comércio de produtos alimentícios na escola e seus arredores.

A maneira de oferecer a comida mereceu destaque, pois de acordo com os testemunhos, as preparações precisam ser feitas com carinho e serem atrativas visualmente. De acordo com os gestores de Sudoeste A e Serrano A, a criatividade no preparo de pratos variados, a inventividade em uma apresentação agradável aos olhos e em combinações atraentes aos escolares foi elencada como uma das ações de apoio necessárias para a adesão dos alunos à alimentação escolar, considerada saudável. Segundo Agatte (2009) proporcionar ao estudante uma refeição saborosa, visualmente atrativa, é oferecer a ele a sensação de que tem valor social, que é um cidadão.

Uma possibilidade de atribuir gosto a um alimento é a utilização de temperos, como levantado por *Campânula* (gestora) no momento que discursava sobre alimentação escolar. Para ela os temperos dão sabor à comida, agregando ainda aos ingredientes o carinho e o afeto, tornando a comida gostosa.

A falta de gosto da comida pode também gerar um posicionamento de rejeição, exprimir sentidos de valor ao que recebe a refeição. Segundo relato de merendeiras e professores de escolas públicas da Bahia, que afirmaram desconhecer os objetivos do PNAE, a alimentação escolar era uma doação e, portanto, não podia ser negada pelo aluno; independente de ter ou não gosto (AGATTE, 2009). No entanto, devida a baixa qualidade de sabor e aparência, muitos alunos rejeitavam a alimentação escolar, marcando sua posição frente ao que lhes era oferecido. A falta do gosto levava os alunos a reclamarem da comida e sentirem repulsa. Em outro estudo realizado em escolas públicas do Rio de Janeiro, as alunas que criticaram a falta de sabor da comida da escola, afirmaram que comiam a refeição quando sentiam fome¹⁶ (GREENWOOD, 2011).

Para que as preparações sejam produzidas com carinho e de modo saudável é preciso que o espaço físico, os equipamentos e utensílios utilizados no preparo das refeições estejam adequados. Neste sentido, gestora e RT do município Metropolitano A, os RT do município Metropolitano B e Sudoeste B, referiram as mudanças no ambiente físico das cozinhas como fundamentais na promoção da alimentação saudável. Para eles isto significava proporcionar condições adequadas às boas práticas nos serviços de alimentação, locais de produção e de fornecimento de refeições no ambiente escolar. A vivência da gestora do Metropolitano A com o

¹⁶ Refere-se a uma fome temporária comum a todos os alunos e não somente ao grupo daqueles “não tem o que comer”.

processo de readequação das cozinhas do seu município foi amplamente referenciada, pois ter uma cozinha adaptada embaixo de uma escada, assim como havia no início de sua gestão, não favorecia a promoção da alimentação saudável. *Bentônica*, RT de Noroeste A, foi a única que considerou a aquisição de utensílios e equipamentos de cozinha e de proteção individual, adequados a composição das cozinhas, como uma ação de promoção da alimentação saudável. A Resolução 38 do FNDE (BRASIL, 2009b, art. 41) ressalta a importância possuir cozinhas e refeitórios adequados para o fornecimento de, no mínimo, 3 (três) refeições diárias.

Freitas e Fontes (2008, p. 49) perceberam que,

[...] em geral, o trabalho da merendeira é marcado por carências materiais que afetam a alimentação oferecida. Na cozinha faltam ajudantes, ingredientes, uniformes, equipamento e utensílios, que ofereçam condições adequadas para se realizar a atividade. Por consequência, é um serviço desgastante devido a sobrecarga de trabalho na área.

Na verdade esta questão expressa uma grande contradição: como é possível promover alimentação saudável em detrimento da saúde de quem a faz, ou seja, proporcionando transtornos à saúde daqueles que confeccionam esta alimentação? Conforme testemunho de *Campânula* (gestora), muitas delas reclamam “*porque a coluna está ruim, que está com artrose, está com isso, está com aquilo*”. Devido à dor a funcionária procura o médico, que avalia e defere licença médica, quando não a retira do serviço a pedido da pessoa. “*Aí esse funcionário tem que ser readaptado em um serviço de menor esforço físico*”.

No âmbito da alimentação escolar, não existe um documento que oriente quanto ao número adequado de merendeiras necessárias para compor a equipe de acordo com a dimensão do programa, tipos e quantidade de refeições servidas etc. Com isso, a pressão e o desgaste físico decorrentes do desenvolvimento de atividades demarcadas pelo tempo fazem com que as merendeiras desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, gerando, muitas vezes, ansiedade, insatisfação, desgaste e doenças (NUNES, 2000).

Apesar de não haver nos documentos que orientam o PNAE qualquer alusão ou incentivo a adoção de horários adequados para a oferta das refeições, os RT de Sudoeste B e Serrano A sugeriram ser este um fator importante na promoção da

alimentação saudável. As escolas precisam rever os horários das refeições e tentar se aproximar mais da “*realidade da casa*”, pois isso facilitaria a adesão dos alunos à alimentação oferecida.

[...] o horário é muito importante. [...] Por exemplo, eu não acho saudável a criança de 9:30 da manhã “bater” um prato de comida (risos) entendeu? Eu não acho que é hora para isso. Até porque eu acho que a hora do recreio é uma hora para a criança brincar. [...] Ela come aquela comida correndo para sobrar um tempinho para ela ir lá brincar. Então tinha que ser reparado. (DÁLIA, RT)

Segundo estudo realizado pelo NUCANE, com 66 municípios do estado do Rio de Janeiro, esta situação foi recorrente nas escolas de turno único. No turno da manhã boa parte dos entrevistados oferecia comida no período de 9h30min às 10h; para o turno da tarde o horário era das 14h às 14h30min. Abreu (1995) afirma que o fato de servir a refeição em horário e local inadequados é uma forma de não adequação aos costumes e cultura local.

Outro tema abordado pelos gestores e RT diz respeito à legalização da compra de produtos da agricultura familiar. Para *Alfazema* e *Magnólia*, gestoras de Sudoeste B e Noroeste B (respectivamente), a inclusão dos “*gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar*” esteve relacionada à aquisição de alimentos diversificados, produzidos em âmbito local. Segundo essas gestoras, apesar de já ofertarem regularmente hortaliças e algumas frutas oriundas da horta instalada no quintal da Secretaria de Educação, com a obrigatoriedade do cumprimento do artigo 14 da lei 11.947 (BRASIL, 2009a) foi possível introduzir no cardápio frutas e hortaliças diversificadas e assim variar mais o cardápio, tornando-o mais saudável. Apesar da grande movimentação que havia nos municípios para cumprir a exigência estabelecida pela lei da compra de 30% dos gêneros da agricultura familiar, apenas estas entrevistadas foram enfáticas ao relacionar o ingresso desses produtos à promoção de alimentação saudável.

Sem fazer qualquer referência à lei, a promoção do consumo de frutas, legumes e verduras foi amplamente citada como um aspecto promotor de alimentação saudável. Neste caso os atores faziam comparação entre a quantidade ofertada por eles no cardápio e as porções estabelecidas em lei (200g/aluno/semana) (BRASIL, 2006, 2009a, 2009b). Sobre a promoção da

alimentação saudável e do consumo de frutas e hortaliças, Gomes (2007) discutiu as inúmeras propostas que têm sido construídas. Todavia, o aumento do consumo desses alimentos ainda é limitado, uma vez que as barreiras socioeconômicas interferem na comercialização dos produtos; e o sistema de produção, distribuição e comercialização ainda é ineficiente.

Apesar do levantamento da revisão de literatura apontar a importância para as ações realizadas pelo CAE e da necessidade de proporcionar aos membros desta organização possibilidades de desenvolver um trabalho que apóie a gestão do PNAE. O primeiro parágrafo do artigo 28 da Resolução 38 do FNDE aponta para a necessidade de

garantir ao CAE a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como: a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho; b) disponibilidade de equipamento de informática; c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive, para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE; e d) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as atividades com competência e efetividade (BRASIL, 2009b, p. 16).

Somente o RT de Sudoeste B testemunhou estarem providenciando um meio de transporte para o serviço de nutrição e mencionou que esse carro auxiliaria o CAE a desenvolver as atividades de fiscalização nas escolas. Quanto ao relacionamento com o CAE, *Orquídea* destacou a importância de um bom relacionamento com os membros deste órgão, a necessidade de um trabalho em equipe.

Aqui o CAE está com a gente! De ligar “Ó, *tal escola está precisando disso, dá um pulinho aqui*”. A gente vai lá, vê se é assim. Porque aqui eles são parceiros, não são inimigos políticos como ocorre em outro município onde eu trabalho com o PNAE. Lá é o tempo todo querendo “ferrar” a gente, o tempo todo querendo destruir a gente, o tempo todo, sabe, e a maioria das vezes eles estão errados. Eles estão errados e tem coisas que eles estão certos. Aquilo lá é uma política, uma briga política. Assim fica difícil trabalhar [...]

Quanto a realização de parcerias, quase todos os municípios tinham algum tipo de relações com outros órgãos ou instituições, seja público ou privado, ainda que estes auxílios em muitos fossem esporádicos. Dois municípios se destacaram

neste aspecto. O município Sudoeste A foi o único entrevistado que atua sob um modelo de gestão do tipo terceirizado e apesar de realizarem um trabalho de gestão do PNAE que vem trazendo resultados positivos, segundo a RT e gestora, eles não realizam parcerias com nenhum outro órgão municipal. Segundo o discurso da RT, após o ingresso da empresa terceirizada não houve necessidade em buscar parceria, visto que as ações consideradas por ela como importantes de serem desenvolvidas no PNAE (educação nutricional, avaliação nutricional, treinamento de merendeiras, confecção de manual de boas práticas do serviço de nutrição) seriam executadas pela empresa.

Por outro lado, o município Sudoeste B possui uma visão diferenciada. Apesar de ser um município com pequena arrecadação financeira e o que possui a menor equipe de alimentação escolar, composta de apenas um membro: o RT/diretor – havia grande interesse em realizar parcerias que ampliassem suas ações. Chamou atenção a capacidade do RT, apoiado pela gestora de alimentação escolar, realizar parcerias sólidas com as Secretarias de Agricultura, da Promoção Social, da Saúde e Universidade e compreender que quanto mais envolvessem atores com habilidades distintas no cotidiano do PNAE, mais ampliariam o espectro de atividades desenvolvidas.

É interessante observar as diferentes visões sobre parcerias e suas possibilidades de expansão da atuação do PNAE. A participação ativa do CAE na fiscalização das ações desenvolvidas, ou não, dentro das escolas é um tipo de parceria; a própria terceirização pode ser considerada uma parceria, pois no momento em que o município repassa a outra instituição ou empresa um determinado serviço ou a produção de um determinado bem, ele está construindo uma relação que pressupõe, teoricamente, interação e integração, o que ultrapassa a formalização contratual, pois ambas deveriam ter o mesmo interesse e preocupação com o objetivo final – proporcionar uma alimentação de qualidade, com redução dos custos.

No entanto, nem sempre isso acontece, pois há dificuldade de pactuar e monitorar o contrato. Essa situação permite que contratos sejam descumpridos devido ao interesse próprio, lucro e falhas nos processos licitatórios. Para Cherchiglia (2012) a terceirização está diretamente relacionada a precarização do trabalho, a menores salários, a ausência de benefícios sociais e maior rotatividade de pessoal.

Nem todos os municípios que optaram pela terceirização estão executando-a conforme a legislação preconiza. A lei 11.947 (BRASIL, 2009a) em seu artigo 14, instituiu que o poder público deve executar a compra diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Em nossa experiência dentro do NUCANE, observamos que apesar da inscrição “compra direta” na lei, a gestão de alguns municípios com serviço terceirizado tem compreendido que podem repassar os recursos financeiros às empresas e estas efetuarem a compra com os agricultores familiares. Nesta atitude existem dois equívocos. O primeiro é que o recurso financeiro repassado pelo FNDE aos municípios só pode ser empenhado na compra de alimentos, e em hipótese alguma pode ser utilizado para pagamento das empresas terceirizadas, as quais certamente comprarão os gêneros alimentícios e aproveitarão para outras ações, por exemplo, com o pagamento de funcionário. O segundo equívoco tem relação com as diferentes lógicas que norteiam as ações da empresa privada (o lucro) e o setor público (proteção e promoção do indivíduo e coletividades). Neste sentido, com o passar do tempo a empresa tenderá a impor ao pequeno agricultor qualidades inerentes ao mercado (agilidade, eficiência e preço), que este não possui condições de atender.

Esta abordagem é importante, pois incorpora ações consideradas de proteção da alimentação saudável dentro do ambiente escolar, por intermédio de normas legais que regulamentam as atividades do PNAE. Assim sendo, instala-se um assunto conflituoso, o comércio de alimentos no entorno ou mesmo no interior da escola, pois segundo a lei 11.947, no seu artigo 1º, todo alimento ofertado no ambiente escolar é considerado alimentação escolar e deve respeitar os princípios estabelecidos na lei.

Todos os municípios entrevistados, com exceção do Sudoeste A afirmaram possuir comércio de alimentos no interior das escolas, seja ele formal ou informal. Internamente, o comércio formal se dá quando um espaço da escola é arrendado para a atividade comercial; o informal geralmente é organizado por diretores das unidades escolares, coordenadores ou professores que vendem doces, salgadinhos, refrigerantes e outras guloseimas. O comércio externo, normalmente está situado nos arredores da escola, em casas de vizinhos ou na própria calçada da escola.

Os mesmos alimentos referidos pelos entrevistados como aqueles que competem com a alimentação escolar saudável oferecida pelo PNAE, são aqueles

oferecidos nas cantinas internas. A justificativa para a comercialização desses produtos é que são vendáveis, baratos, preferidos pelos alunos, e que o recurso arrecadado neste comércio auxilia a própria escola na manutenção do espaço físico e equipamentos, na compra de produtos para limpeza, para a realização de festas e utilizado também como um caixa de emergência.

A RT de Sudoeste A afirmou que a terceirização foi um dos fatores que influenciou a extinção de cantinas internas informais, visto que a própria empresa é a responsável pela manutenção de equipamentos e utensílios, não sendo necessário o diretor da escola utilizar este artifício para obter fundos para a melhoria ou reposição de material.

O município Metropolitano B possui um projeto “Cantinas saudáveis”, que regulamenta as cantinas escolares. Segundo a RT, a equipe de nutrição distribuiu uma cartilha contendo os alimentos que podem ou não ser comercializados nas escolas. Ela afirmou que regularmente fazem capacitações com os cantineiros sobre a boa prática de higiene dos alimentos e outros assuntos pertinentes à produção de alimentos. Após este projeto, *Lavanda* (a RT de Metropolitano B) afirmou que houve uma redução significativa no número de cantinas existentes nas escolas, fato considerado por ela como positivo.

A gestora de Litorâneo A se posicionou a favor da cantina escolar e argumentou:

É, tem dois lados aí. A cantina deveria ter cuidado daquilo que ela oferece ao aluno, mas ela é necessária. É o famoso mal necessário. Por quê? Por exemplo, o fornecedor atrasou a entrega, precisou do tomate. A cantina é usada para isso, para suprir uma emergência, uma necessidade da própria escola. É tão necessário, veja: Nós tivemos um problema com o fornecedor, que era tomate, eram os temperos, o tomate, cebola, alho (parece) e aí a escola recebia tudo, menos o tempero e é uma coisa, a gente não tem o dinheiro, a gente tem o produto e oferece qualidade (...). Aí a própria cantina supre a necessidade, então eu acho que nessa hora ela é benéfica e não é só a merenda, para outras coisas (...). Tem escolas que elas mesmo ocupam o espaço, mas não posso afirmar, mas tem escolas que no ano passado o espaço era arrendado. A pessoa tinha o espaço e era como se fosse um aluguel, mas esse ano sinceramente eu não sei, porque essa parte da cantina eu não estou muito ligada (*VIOLETA*).

É interessante *Violeta* utilizar a expressão “*não estou ligada*”, que significa “não estar atenta ou ciente” das questões que envolvem o desenvolvimento de comércio de alimento no interior das escolas das quais é gestora. No caso acima

relatado, o não envolvimento com a regulação ou controle do comércio no interior das escolas parece interessante para o suprimento de falhas decorrentes da organização gerencial, de compras e estoque dos gêneros alimentícios. Caso contrário não haveria necessidade da cantina atuar como supridora das emergências, como ela diz.

Já a gestora de Litorâneo B se posicionou contra a existência da cantina escolar e expressa as dificuldades em vencer este desafio:

Camélia: [...] se você vai inculcar um hábito de alimentação saudável, tem que tirar essa coisa de cantina. Tem escola que tem cantina, é a maior briga nossa é isso. Como que pode vender esses biscoitos se isso é proibido, se a gente não pode ficar dando isso na escola e a escola tem alimento. Então é outra briga essa questão de cantina nas escolas. Porque a gente já tentou acabar, em algumas escolas, quando você chega lá tem a hora do recreio vê que eles botam uma “banquinha” lá com o biscoito disso, biscoito daquilo. Uma contradição.

Entrevistadora: É dentro da escola ou é fora?

Camélia: Dentro da escola. É uma contradição.

Entrevistadora: Mas quem...

Camélia: A própria direção e a gente fala da regulamentação, que não pode ter cantina, como algumas coisas, mas se quiser mais não pode ter isso, não pode ter aquilo. Então educação é ao longo prazo.

Entrevistadora: Mas porque elas fazem isso?

Camélia: Ali, porque elas dizem que sempre vem um dinheiro para comprar outras coisas que complementam o dinheiro que vai para a manutenção da escola e o dinheiro que vê, é pouco. Então isso é um hábito inculcado. Eu estou há 28 anos na Educação, eu vi isso acontecer nos 28 anos. Então você tirar isso é um processo longo e educativo.

Diversos fatores envolvem a questão do comércio dos alimentos no interior das escolas, como foi relatado nos discursos de *Camélia* e *Violeta*. Os diretores das escolas, muitas vezes diante das dificuldades de orçamento para pequenas manutenções nas escolas (troca de lâmpadas, aquisição material de limpeza, etc) ou realização de eventos internos, recorrem ao artifício da venda de produtos por meio das cantinas. Quanto a esta situação devem ser criados mecanismos que sejam capazes de suprir essas pequenas necessidades. Em segundo lugar, torna-se imprescindível a implementação de medidas regulatórias que interfiram em ambientes que favorecem padrões alimentares não saudáveis no interior e nos arredores das escolas. Muitos estados e cidades brasileiras já conseguiram avançar na criação de leis que regulamentaram as cantinas escolares, incorporando as orientações da Portaria 1010 (BRASIL, 2006a) para a restrição ao comércio e à promoção de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal. No entanto, nota-se que no dia-a-dia este é um

processo de convencimento diário e de empoderamento da sociedade civil, para que possa decidir por algo mais saudável.

A questão da regulamentação do comércio nas escolas esbarra também na influência e no poder de grandes corporações de alimentos processados e refrigerantes, que exercem pressão sobre as decisões do poder público e as escolhas individuais. O grande investimento que essas indústrias fazem em propagandas e o seu posicionamento contra as ações regulatórias do Estado, afirmando que esta ação seria abusiva e que a responsabilidade do consumo de alimentos não saudáveis é essencialmente individual, são algumas estratégias utilizadas para formar opinião pública e intimidar as ações protetivas estabelecidas pelo Estado. Sobre estas questões Gomes, Castro e Monteiro (2010, p. 50) afirmaram que o posicionamento contrário a medidas regulatórias no campo da saúde pública foi influenciado pelo conflito advindo de interesses setoriais ou corporativos, que forjaram uma falsa contradição entre liberdade individual e proteção estatal. A restrição do acesso das crianças, que ainda não tem discernimento entre alimentos saudáveis e não saudáveis, ao comércio de alimentos nas escolas pode significar uma ação de proteção e cuidado.

Camélia mencionou outro significado para o alimento adquirido na cantina escolar ou no espaço extramuros, significado que precisa ser considerado nas discussões sobre a promoção da alimentação saudável no âmbito escolar.

Algumas escolas a gente conseguiu acabar [com a cantina]. Mais difícil é escola do Ensino Médio, do que do sexto ano, mais difícil você tirar isso. Por quê? Tem aluno adolescente que acha que é 'mico' comer na escola. 'Vai dizer que eu sou pobre, que eu como porque eu não tenho comida em casa'. Isso é outra (ênfase) tarefa da nutrição de tirar esse pensamento que não tem nada a ver com a alimentação da escola.

Freire (2000) destacou que os alunos com mais de dez anos tendem a rejeitar a alimentação oferecida pela escola e querem transgredir conceitos e sistemas fechados, pois para eles comer a alimentação escolar representa receber um atributo imposto, de uma escola igualmente imposta. Agatte (2009); Freitas e Fontes (2008) observaram que o acesso às muitas opções oferecidas no espaço público e a possibilidade de adquirir o que é vendido na rua, seja na proximidade da escola, sugere a oportunidade de estar livre de uma imposição.

Greenwood (2011) trouxe outros sentidos que envolvem o “comprar de fora da escola”. Em sua experiência observou existir um comércio de alimentos no entorno da escola e que os produtos eram vendidos por cima do muro do colégio. Notou que os alunos que podiam comprar o refrigerante ocupavam um espaço privilegiado entre o grupo de alunos “populares” durante o recreio; o valor dado ao produto era adquirido por aqueles que o partilhavam durante as refeições. Ou seja havia prestígio ou um reconhecimento social para aqueles que adquiriam o produto valorizado socialmente pelos alunos.

É preciso entender a concepção da alimentação escolar para os alunos e professores do ensino médio do estado do Rio de Janeiro, sua valoração dentro da escola, antes de propor qualquer ação de promoção da alimentação saudável para este grupo específico. Enquanto não for discutido o aspecto do direito à alimentação no ambiente escolar, permanecerá o estigma de que alimentação escolar é para pobre e qualquer ação direcionada a alimentação saudável será inócua.

Outro item aludido pelos entrevistados se refere à segurança do alimento sob o ponto de vista microbiológico, aspecto necessário à garantia na promoção de uma alimentação saudável. Esta questão reaparece na fala sobre promoção da alimentação saudável, assim como também foi discutido no capítulo anterior, principalmente no bloco dos RT.

Em último lugar, mas não menos importante, foram destacadas duas atividades consideradas promotoras da alimentação saudável. Primeiro, a atividade de avaliação nutricional no acompanhamento de saúde do aluno como inerente à promoção da alimentação saudável citada por *Girassol* (RT, de Sudoeste B) e a pesquisa de satisfação do escolar como uma maneira adequada de averiguar a adequação das refeições ao gosto da criança, considerando uma atividade de monitoração, destacado por *Íris* (gestora do Metropolitano A).

De acordo com os gestores a monitoração é uma tarefa de competência do nutricionista, uma de suas atribuições dentro do PNAE. Portanto, tornar exclusiva uma ação tão ampla e multidisciplinar, limita as possibilidades de desenvolver estratégias dinâmicas e ampliadas. O RT e o gestor do Sudoeste B consideraram importante a presença de um nutricionista no PSF para o atendimento dos escolares, caso houvesse necessidade de um acompanhamento profissional. Além disso, pelo menos um representante de cada município, exceto os representantes do município com sistema terceirizado, reconheceu a necessidade de ajustar o quadro

de nutricionistas ao número preconizado pelo CFN (BRASIL, 2010a), ou mesmo o ingresso/contratação de pelo menos mais um nutricionista à equipe de nutrição escolar como indispensável para o desenvolvimento de ações de promoção da alimentação saudável.

A atuação de órgãos como o CAE torna-se fundamental para o monitoramento da execução do PNAE nas escolas e fiscalização dos recursos, para que sejam investidos de maneira correta. Apesar da importância do CAE na monitoração das atividades executadas pela gestão municipal, não houve nenhuma citação de gestor ou RT que envolvesse este aspecto.

Reforçamos ainda, que além de preparar bons técnicos e cientistas, as instituições de ensino e pesquisa precisam investir na formação de cidadãos ativos e comprometidos com a busca por respostas aos problemas sociais, como a fome (CASTRO; CASTRO; GUGELMIN, 2011).

Para finalizar, trazemos uma fala da gestora do município Sudoeste B que sistematizou sua concepção de promoção na seguinte frase “*promover a alimentação saudável é um amarrado de muitos passos, é um amarradinho*”. Para ela, o PNAE é um alicerce que exige vontade política e investimento, somente assim será possível promover a alimentação saudável a todos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os frutos de uma busca pelas concepções do saudável

A experiência de entrevistar os atores que gerenciam e executam o PNAE em alguns municípios do Rio de Janeiro, me possibilitou compreender e revelar uma pequeníssima parte do significado que eles dão aos temas alimentação saudável e promoção da alimentação saudável.

A “alimentação saudável”, sob o ponto de vista dos gestores, perpassou as diversas dimensões da alimentação descritas na revisão da literatura, com ênfases distintas. A primeira aproximação se deu pela vertente técnico-científica, expressa na linguagem nutricional – a qual reduz o alimento em sua composição química. O uso da expressão “balanceada”, que segundo eles está presente na fala dos nutricionistas, foi a expressão mais utilizada para significar a alimentação saudável. Mesmo não compreendendo o significado deste termo, a sua apropriação para referenciar alimentação saudável pode ser uma tentativa de buscar segurança no saber do nutricionista, reconhecidamente científico.

Ao explorarmos o discurso observamos outras dimensões associadas, mesmo que não diretamente explícitas. Esses atores ampliaram timidamente os significados de alimentação saudável ao agregarem outras dimensões, tais como a econômica, psicossocial e cultural, ambiental e a do direito. Neste contexto, as relações com o

direito e com os aspectos ambientais não parecem tão consolidadas, pois ainda nota-se um conflito entre as noções de direito e de assistencialismo.

Quanto à dimensão do direito o discurso ainda está impregnado da noção de que a alimentação escolar tem o papel de suprir as necessidades fisiológicas impostas pela fome, situação descrita pelos gestores em relação aos estudantes atendidos nas escolas públicas dos municípios estudados. A alimentação escolar foi considerada, em muitos casos, como a única refeição do dia e, portanto, aquela que auxiliava na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos.

Já em relação à dimensão ambiental ao mesmo tempo em que consideram os produtos oriundos da agricultura familiar saudáveis, pela possibilidade de oferecer aos alunos alimentos - que deduzem ser - cultivados sem o uso de agrotóxicos, demonstram insegurança e incerteza sobre a forma de produção desses alimentos.

O discurso dos gestores revela um vínculo maior com a rede de educação e, portanto, a ideia de alimentação saudável esteve diretamente relacionada ao cardápio escolar. No entanto, os gestores poderiam participar mais do cotidiano de gestão do PNAE junto ao nutricionista, contribuindo com suas experiências e seu olhar mais ampliado sobre as questões que permeiam a alimentação.

Para o RT, a alimentação saudável teve estreita associação com a dimensão biológica, assumindo uma perspectiva mecanicista ou mesmo medicalizante. Este saber aprendido durante a formação acadêmica em nutrição, segundo o RT, o posiciona em um lugar privilegiado, que o possibilita a imposição do conhecimento aos outros.

Segundo o discurso dos RT, a legislação que orienta o PNAE apresenta um conteúdo que reforça esta argumentação ao determinar padrões nutricionais que objetivam a melhoria da saúde e/ou prevenção de doenças.

As frutas e hortaliças, as carnes e o iogurte foram os alimentos que predominantemente representaram alimentos saudáveis na compreensão dos RT. Segundo eles os vegetais alcançaram este posto por serem ricos em vitaminas e minerais, já as carnes e o iogurte foram intensamente valorizados como alimentos de “luxo” dado aos alunos como um objeto que confere prestígio ao doador.

As relações da alimentação saudável com o direito humano a alimentação adequada, aspectos econômicos, psicossociais, culturais e ambientais foram escassas. Isso resulta provavelmente de uma formação centrada nos pressupostos

biomédicos, distantes de aspectos tão importantes e inseparáveis dos sentidos da alimentação, como as questões emocionais, da comensalidade e da cultura.

Quanto a lei 11.947, na concepção dos RT, esta é uma lei destinada a beneficiar os agricultores familiares e poucos vêem alguma relação com a alimentação saudável. Ressaltaram as dificuldades no cumprimento do artigo 14 desta lei, que institui a compra de no mínimo 30% de produtos oriundos da agricultura familiar, devido a falta de apoio governamental para a aproximação com os agricultores locais e de orientação para estes sujeitos, quanto aos procedimentos para a aquisição do documento que legaliza a venda para a alimentação escolar.

Os indivíduos que participaram de todas as atividades propostas pela REANE, de 2009-2010, foram aqueles que ampliaram as dimensões que permeiam a alimentação saudável, por isso vê-se a necessidade de intensificar a execução de ações de qualificação técnica em espaços que permitam a construção coletiva do saber e a troca de experiências.

Em relação à promoção da alimentação saudável, observamos o enfoque na transmissão vertical de informações para merendeiras, professores e alunos pelos nutricionistas, por intermédio de palestras, oficinas, capacitações e materiais educativos. Esta abordagem é superficial e está aquém de uma promoção efetiva de saúde por meio da alimentação, que deve envolver, entre outras questões a criação de ambientes que favoreçam a alimentação saudável, o empoderamento da comunidade e o desenvolvimento de suas habilidades pessoais.

Outras ações foram citadas pelos gestores e RT, como (a) a oferta de uma alimentação balanceada; (b) o sabor da refeição servida; (c) a adequação do ambiente físico, os equipamentos e utensílios disponíveis para auxiliar a confecção das refeições; (d) a oferta de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar; (e) a disponibilidade de frutas e hortaliças no cardápio, (f) o cardápio elaborado por um nutricionista e por fim (g) a parceria com o CAE e outras instituições. Somente os RT relataram ações de proteção vinculadas à promoção da alimentação saudável, mas com ênfase no aspecto biomédico - segurança microbiológica dos alimentos. Ações de monitoramento também apareceram no discurso dos entrevistados.

Os impedimentos apontados para a promoção da alimentação saudável foram à inadequação dos horários em que são servidas as refeições na escola e a existência de cantinas e comércios de alimentos no interior e nos arredores da escola. Este último, apresentou-se como um assunto contraditório, enquanto uns

afirmavam a necessidade de retirada das cantinas, outros apoiavam a atividade comercial no interior das unidades escolares.

As equipes técnicas do PNAE que mais realizaram parcerias, independente da arrecadação do PIB ou mesmo da composição do quadro de funcionários, foram aquelas que desenvolveram mais ações de promoção da alimentação saudável.

Destaco também a necessidade de abordar os temas direito humano à alimentação adequada e promoção da alimentação saudável em uma perspectiva mais ampliada com os RT e gestores de alimentação escolar, a fim de possibilitar um aprimoramento das ações relacionadas a alimentação saudável em seus municípios e, principalmente, ultrapassar a idéia assistencialista ainda associada à alimentação escolar. A REANE é um espaço propício para a construção de saberes e criação de estratégias, pois proporciona espaços de diálogo entre os diferentes atores que atuam em distintas instâncias do PNAE e de diferentes municípios, com realidades muito distintas (ou não), mas que no estranhamento (ou semelhança) pode surgir a compreensão da sua própria realidade.

Espero que este relato e as falas dos gestores de alimentação escolar e responsáveis técnicos possam fomentar um movimento em prol da interação e dos debates sobre o tema alimentação saudável no âmbito escolar. Desejo também que outros se inspirem a olhar para Programa Nacional de Alimentação Escolar como um campo extenso de estudos sob uma ótica ampliada da alimentação e da promoção da alimentação saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? *Em Aberto*, Brasília, v.15, n.67, p.4-20, 1995.

AGATTE, V.C.. *Representações sociais da alimentação escolar na ótica de adolescentes de escola pública no município de Lauro Freitas – BA*. 2008, 128 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação Nutrição e Saúde) – Universidade federal da Bahia, 2009.

AGRA FILHO, L.B. Algumas reflexões sobre Michel Foucault: uma trajetória historiográfica. 2012. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/algumas-reflexoes-sobre-michel-foucault-uma-trajetoria-historiografica>>. Acesso em 21 de jan, 2012.

ALBERTI, V. Beyond the versions: possibilities of the narrative in oral history interviews. In: XIIIth INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE, 2004, Roma, Itália. *Memory and globalization*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC/FGV, 2004. p 23-26.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 95 p.

AQUINO, W.F.S. *Implementação da educação nutricional no serviço público de saúde na visão dos profissionais de saúde e usuários deste serviço*. 2006, 91f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Políticas e Pesquisa em saúde coletiva) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

ASSAO, T.Y.; CERVATO-MANCUSO, A.M. Alimentação saudável: Percepções dos educadores de instituições infantis. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 126-134, 2008.

AZEVEDO, B.M.M. *Gosto não se discute? Atores, práticas, mecanismos e discursos envolvidos na construção social do gosto alimentar infantil entre crianças de 0 a 10 anos*. 2008. 198 f. (Dissertação- Mestrado em antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.13, n. 28, p. 87-116, 2007.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. *Dimensionando o programa bolsa família*. Texto para discussão (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA). Brasília, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2010.

BECKER, H. *De que lado estamos?* In: BECKER, H. *Uma teoria da ação coletiva*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 53-57p.

BELIK, W.; CHAIM, N.A. Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista Nutrição*, Campinas, v. 22, n.5, p.595-607, 2009.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8.650, de setembro de 2003. Dispõe sobre a proibição, em escola da rede pública municipal de ensino, de adquirir, confeccionar, distribuir e comercializar os produtos que menciona e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em: 3 de mar, 2011.

BERNADON, R., *et al.* Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. *Revista de Nutrição*. Campinas, v.22, n.3, p.389-398, 2009.

BEZERRA, J.A.B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 103-115, 2009.

BOOG, M.C.F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. *Revista Ciência & Saúde*. Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 33-42, 2008.

BOSI, M.L.M.; PRADO, S.D. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 7-17, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado, 1998.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *As cartas da promoção da saúde*. Série B. Textos Básicos em Saúde. Brasília – DF, 2002.

_____, Ministério da Saúde. Análise da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Documento realizado pelo Grupo Técnico Assessor instituído pela Portaria do Ministério da Saúde nº 596, de 8 de abril de 2004. 2004 a.

_____. Ministério da Saúde e da Educação. Portaria nº 1.010 de 08/05/2006. *Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional*. DOU, Brasília, DF, 2006 a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_promocao_saude.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção básica. Coordenação geral da política de alimentação e nutrição. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília, 2006c.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Obesidade*. Cadernos de Atenção Básica, nº 12, Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF, 2006 d.

_____. Ministério da Saúde. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. *Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências*. Brasília, DF, 2007a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. *Regulamentação da comercialização de alimentos em escolas no Brasil: experiências estaduais e municipais*. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, DF, 2007b.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/>. Acesso em: 29 de nov, de 2011.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. DOU, Brasília, DF, 2009a.

_____. Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. DOU, Brasília, DF, 2009b.

_____. Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 67, de 28 de dezembro de 2009. *Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. DOU, Brasília, DF, 2009c.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar*. Brasília, 2009d.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ensino- matrículas, docentes e rede escolar 2009. 2009e. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 29 de nov, de 2011.

_____. Resolução CFN nº 465. *Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências*. 2010a.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Populacional 2010. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm>. Acesso em: 29 de nov, de 2011.

_____, Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil*. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

BURLANDY, L., ANJOS, L.A.. Acesso à alimentação escolar e estado nutricional de escolares no Nordeste e Sudeste do Brasil, 1997. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.23, n.5, p. 1217-1226, 2007.

BUSS, P.M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 163-177, 2000.

BUSS, P.M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. (Org.) *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p.39-54.

CAMARGO, M.L.M.. *Contratação de serviços de alimentação escolar: terceirização- um novo conceito de gestão de merenda*. 2008, 100f. (Dissertação- Mestrado profissional em gestão e estratégia em negócios) - Instituto de ciências humanas e sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CAMPOS, M.S. *Poder, saúde e gosto: um estudo antropológico acerca dos cuidados possíveis com a alimentação e o corpo*. São Paulo: Cortez Editora, 1982, 130p.

CANESQUI, A.M. *Comida de Rico, Comida de Pobre: um estudo sobre a alimentação num bairro popular*. 1976. 267 f. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP. Campinas, 1976.

CANESQUI, A.M. Comentários sobre os estudos antropológicos da alimentação. In: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. (Org.) *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. 20. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005, p.23-48.

CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. Uma Introdução à Reflexão sobre a Abordagem Sociocultural da Alimentação. In: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. 20.ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005a, p.9-22.

CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. Ciências Sociais e Humanas nos Cursos de Nutrição. In: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. 20.ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005b, p.255-274.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990. 154p.

CANNON, G.; LEITZMANN, C. The new nutrition science project. *Public Health Nutrition*. Norway, v.8, n.6, p. 673-694, 2005.

CARRASCO I PONS, S. Pontos de partida teórico-metodológicos para o estudo sociocultural da alimentação em um contexto de transformação. In: CANESQUI,

A.M.; GARCIA, R.W.D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. 20. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005, p.9-22.

CARVALHO, M.C.V.S; LUZ, M.T. Práticas de saúde, sentidos e significados construídos: instrumentos teóricos para sua interpretação. *Interface*. Botucatu, v. 13, n. 29, p. 313-326, 2009.

CARVALHO, M.C.V.S.; LUZ, M.T.; PRADO, S.D. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.155-164, 2011.

CASTIEL, L.D.; GUILAM, M.C.R.; FERREIRA, M.S. *Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010, 134p.

CASTRO, I.R.R.; CASTRO, L.M.C.; GUGELMIN, S.A. Ações educativas, programas e políticas envolvidos nas mudanças alimentares. In: GARCIA, R.W.D.; CERVATO-MANCUSO, A.M. (Org.). *Mudanças alimentares e educação nutricional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, p. 18-34.

CHAVES, L.G.; MENDES, P.N.R.; BRITO, R.R.; BOTELHO, R.B.A. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. *Revista de Nutrição*, Campinas, vol.22, n.6, p. 857-866, 2009.

CHERCHGLIA, M.L. *Terceirização do trabalho nos serviços de saúde: alguns aspectos conceituais, legais e pragmáticos*. 2012, 16p. Texto de apoio (Curso de Especialização em Desenvolvimento de Recursos Humanos de Saúde – CADRHU) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/pub04U3T5.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012

COELHO, M.T.A.D.; FILHO, N.A.. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 13-36, 1999.

COIMBRA, M. *A Alimentação Escolar no Brasil: Política e Instituição*. Ministério da Educação e Cultura. Campanha Nacional de Merenda Escolar. Brasília, 65 p., 1981.

CONTENTO, I. et al. Relationship of mothers' food choice criteria to food intake of preschool children: identification of family subgroups. *Health Education & Behavior*, [s.l.], v.20, n.3, p. 243- 259, 1993.

CONTRERAS, J.H. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. 20. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005, p.129-146.

COSTA, A.F. A pesquisa de terreno em sociologia. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira. *Metodologia das Ciências Sociais*. 1.ed. Porto, Edições Afrontamento, 2003, p. 129-148.

COSTA, E.Q.; RIBEIRO, V.M.B.; RIBEIRO, E.C.O. Programa de Alimentação Escolar: Espaço de Aprendizagem e Produção de Conhecimento. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.14, n.3, p. 225-229, 2001.

DANIEL, J.M.P.; CRAVO, V.Z.. Valor Social e Cultural da Alimentação. In: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. 20. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005 p.57-68.

DAMATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAVANÇO, G.M.; TADDEI, J.A.A.C. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores do ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 17, n.2, p.177-184, 2004.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 3.695, de 8 de novembro de 2005. Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*. 2005. Disponível em: <http://www.fibra.org.br/publico/setores/000/23/catalogo/1/11/106/agora%C3%A9lei-n%C2%BA07-05.pdf>. Acesso em 3 de mar, 2011.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUTRA, R.C.A. *Família e Redes Sociais: um estudo sobre práticas e estilos alimentares no meio urbano*. 2007. 303 f. Tese (Doutorado em antropologia social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, L.A.; GOMES, J.M.M. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação, *ConTexto*, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 1-23, 2003.

FISCHLER, C. Learned versus 'Spontaneous' dietetics: french mothers' views of what children should eat. *Social Science Information*, [s.l.]: v. 25, n. 4, p.945-965, 1986.

_____. Peut-on changer l'alimentation par decret? *Cahiers de Nutrition et de Diététique*, [s.l.], v.24, n.1, p.56-61,1989.

_____. El. Food selection and risk perception. *Danone Institute*. p. 135-154, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, M.C.S; FONTES, G.A.V. Alimentação na escola pública: um estudo com adolescentes em unidades de ensino de municípios baianos. In: FREITAS, M.C.S.;

FONTES, G.A.V.; OLIVEIRA, N.. (Org.). *Escritas e narrativas sobre alimentação e Cultura*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 37-54.

FREITAS, M.C.S.; MINAYO, M.C.S; FONTES, G.A.V. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 31-38, 2011.

FROZI, D.S.; ELIAS, R.C.; FONSECA, A.B.C. Qual é o lugar da multidimensionalidade dos alimentos na formação e prática educativa do nutricionista? In: I COLÓQUIO EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E CULTURA. 2010, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p1-12. Disponível em: < http://www.nutes.ufrj.br/coloquio/Arquivo/carmo_frozi_elias.pdf>. Acesso em 11 de mar, 2011.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). 2011. Ministério da Educação do Brasil. *Alimentação escolar*. [on line] [acessado em janeiro 2011]. Disponível em URL: <http://www.fnde.gov.br>

GAGLINONE, C.P. et al. Educação no ensino público fundamental em São Paulo, Brasil: projeto Redução dos riscos de adoecer e morrer na maturidade. *Revista de Nutrição*, v. 19, n.3, p. 309-320, 2006.

GARCIA, R.W.D. Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar. *Revista Physis de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.51-68, 1997.

GARCIA, R.W.D. Alimentação e saúde nas representações e práticas alimentares do comensal urbano. In: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. 20. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2005, p. 211-225.

GIDDENS, A. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity Press, 1991.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, F.S. Frutas, legumes e verduras: recomendações técnicas versus constructos sociais. *Revista de Nutrição*. Campinas, v.20, n.6, p.669-680, 2007.

GOMES, F.S.; CASTRO, .R.R.; MONTEIRO, C.A. Publicidade de alimentos no Brasil: avanços e desafios. *Ciência & Cultura*. São Paulo, v.62, n.4, p.48-51, 2010.

GRACIA ARNAIZ, M. Em direção a uma Nova Ordem Alimentar? In: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. 20. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005, p.147-166.

GREENWOOD, R.L. *O cotidiano escolar permeado pelo direito à alimentação: Um diálogo com os atores sociais da escola*. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

GRONOW, J. *The sociology of taste*. London, New York: Routledge, 1997.

HAWKES, C. et al. *Intersectoral approaches to health: a study of the policy processes merging agriculture and nutrition in the Brazilian school meal program*. Submetido para publicação acadêmica em 2011. No prelo.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: I- período de 1940 a 1964. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.1, n. 2, p. 87-138, 1988.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: II – a partir dos anos setenta. *Revista de Nutrição*, Campinas, v.2, n.1, p. 7-54, 1989.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. *Food policy: integrating health, environment and society*. Oxford University Press. Oxford, 2009. 307p.

LAPLANTINE, F. *Antropologia da Doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEAL, C.M. Percepções de professoras e merendeiras sobre o consumo de frutas e hortaliças em uma escola pública do Rio de Janeiro. 2001, 120f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

LEÃO, M.M.; CASTRO, I.R.R. Políticas públicas de alimentação e nutrição In: KAC, Gilberto; SICHIERI, Rosely; GIGANTE, Denise Pettruci (Org). *Epidemiologia Nutricional*. 4.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz e Atheneu, 2007, p. 519 - 541.

LEITE, S.N.; VASCONCELLOS, M.P.C. Construindo o Campo da Pesquisa: reflexões sobre a sociabilidade estabelecida entre pesquisador e seus informantes. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.16, n.3, p.169-177, 2007.

LEVI-STRAUSS, C. *O cru e o cozido: Mitológicas I*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. 442 p.

LIFSCHITZ, J. Alimentação e cultura: em torno ao natural. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 69-83,1997.

LUZ, M.T. *Natural, Racional, Social: Razão médica e racionalidade científica moderna*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004. 209p.

LUZ, M.T. *Novos saberes e práticas em saúde coletiva: Estudos sobre racionalidades médicas e atividades corporais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2005. 174p.

MACIEL, M.E. Churrasco à gaúcha. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.29, n.4, p.34-48, 1996.

MACHADO, V.C. *Os sentidos atribuídos à promoção da alimentação saudável na escola por uma professora do ensino fundamental de Diamantina / MG*. 2009, 94f. Dissertação (Mestrado em educação: psicologia da educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L.; SENNA, M.C.M. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1415-1421, 2007.

MARTINS, H.H.S. Metodologia qualitativa de Pesquisa. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, 2004.

MERCADO-MARTÍNEZ, F.J. O processo de análise qualitativa dos dados na investigação sobre serviços de saúde. In: BOSI, M.L.M.; MERCADO-MARTÍNEZ, F.J. *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p.137- 174.

MIELNICZUK, V.B.O. *Gosto ou necessidade? Os significados da alimentação escolar no município de Rio de Janeiro*. 2005. 202 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento, agricultura e sociedade)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, ABRASCO, 1992. 269 p.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007. 80p.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-46, 2000.

MONTANARI, M. *Comida como cultura*. 1. ed. São Paulo: SENAC, São Paulo, 2008. 207 p.

MONTEIRO, C.A.; CASTRO, I.R.R. Por que é necessário regulamentar a publicidade de alimentos? *Ciencia & Cultura*. Campinas, v. 65, n.4, p. 56-59, 2009.

MONTEIRO, C.A. et al. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.26, n.11, p.2039-2049, 2010.

MOYSÉS, M.A.A.; COLLARES, C.A.L. Aprofundando a discussão das relações entre desnutrição, fracasso escolar e merenda. *Em Aberto*, Brasília, v.15, n.67, p.32-56, 1995.

NATAL. Lei nº 0245, de 16 de agosto de 2006. Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*. 2006. Disponível em: http://www.natal.rn.gov.br/dom;arquivos_anexos/dom_20060817.pdf.. Acesso em 3 de mar, 2011.

NOGUEIRA, R.M. *O programa nacional de alimentação escolar como uma política pública: o caso de Campinas/SP*. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

NUNES, B.O. *O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro*. 2000. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, S.P. *et al. Promoção do consumo de frutas, legumes e verduras em escolas: diagnóstico inicial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2008, 28 p.

SILVA, D.O.; RECINE, E.G.; QUEIROZ, E.F.O. Concepções de profissionais de saúde da atenção básica sobre a alimentação saudável no Distrito Federal, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.18, n.5, p.1367-1377, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, Nova York, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.html>. Acesso em 1 de dez, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde: Carta de Otawa*. Otawa, 1986. Disponível em: <www.opas.org.br/coletiva/uploadarq/ottawa.pdf>. Acesso em: 30 de abr, 2011.

PARANÁ. Lei nº 14.855 de 19 de outubro de 2005. *Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública*. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/casacivil/legislacao.shtml>. Acesso em: 3 de mar, 2011.

PEIXINHO, A.; ABRANCHES, J.; BARBOSA, N.V. *Política de alimentação escolar a partir da estratégia fome zero*. ABRANDH. Disponível em: <http://www.educandocomahorta.org.br/site/ARQUIVOS/FOMEZERO.pdf>. Acesso em 20 abr, de 2010.

PIPITONE, M.A.P. *et al. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar*. *Revista de Nutrição*. Campinas, v.16, n.2, p. 143-154, 2003.

PORTELLI, AI. História Oral como Gênero. *Revista Projeto História do Programa de Estudos Pós Graduated em História da PUC/SP*. São Paulo: EDUSP, [s.v], n.22, 2001.

PORTO ALEGRE. Lei nº 10.167, de 24 de janeiro de 2007. *Estabelece, no município de Porto Alegre, normas para o controle da comercialização de productos alimentícios e de bebidas nos bares e nas cantinas das escolas públicas e privadas e dá outras providências*. Disponível em:

<<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacaoc/ligislacaoc/id3400.htm>>. Acesso em 3 de mar, 2011.

PRADO, M.S. A trajetória da política de alimentação no Brasil: de 1889 a 1945. *Revista Baiana de Saúde Pública*. Bahia, v. 20, n.1, p. 23-31, 1993.

PRADO, S.D. et al. A pesquisa sobre Alimentação no Brasil: sustentando a autonomia do campo Alimentação e Nutrição. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 107-120, 2011.

PROENÇA, R.P.C. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência & Cultura*. São Paulo, v. 62, n. 4, p.43-47, 2010.

RADLEY, A.; BILLIG, M. Accounts of health na illness: Dilemmas and representations. *Sociology of Health & Illness*, EUA, v. 18, n.2, p.220-240, 1996.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 21.217, de 1 de abril de 2002. Proíbe no âmbito das unidades escolares da rede municipal de ensino adquirir, confeccionar, distribuir e consumir os produtos que menciona. *Diário Oficial do Rio de Janeiro*. RJ, 2 abr 2002, p.9. Disponível em:

<http://www2.rio.rj.gov.br/governo/vigilanciasanitaria/legislacao/decmunicipal21217_02.pdf>. Acesso em: 3 mar, 2011.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Instituto de Nutrição Annes Dias (INAD). *Semana de alimentação escolar*. 2005a. Disponível em: <<http://www.saude.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 3 de mar, 2011.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4.508, de 11 de janeiro de 2005. Proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona. *Diário Oficial Rio de Janeiro*. RJ, 12 jan 2005. 2005b. Disponível em:

<<http://www.see.rj.gov.br/coie/NOVIDADES/le0504508.pdf>>. Acesso em: 3 mar, 2011.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Instituto de Nutrição Annes Dias (INAD). *Semana de alimentação escolar. Água: alimento essencial à vida*. 2009. Disponível em: <http://www.saude.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 13 de junho de 2011.

RODRIGUES-CHIACCHI, E.M.; CAMPOS, S.H. Programa de Educação Nutricional com grupo de adolescentes: problematização como estratégia para análise e mudanças de comportamento alimentar. In: GARCIA, R.W.D.; CERVATO-MANCUSO, A.M. (Org.). *Mudanças alimentares e educação nutricional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, p- 245-262.

SANTOS, L.M.P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.23, n.11, p.2681-2693, 2007.

SANTA CATARINA. Lei nº 5853, de 4 de junho de 2001. *Dispõe sobre os critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas, nas unidades educacionais, localizadas no município de Florianópolis*. 2001a. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/leis2.pl>>. Acesso em: 3 mar, 2011.

SANTA CATARINA. Lei nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001. Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina. 2001b. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Santa Catarina, 20 dez 2001; p.16810.

SÃO PAULO. *Normas para funcionamento de cantinas escolares*. Portaria Conjunta COGSP/CEI/ DSE, de 23 de março de 2005. Disponível em: <http://dersv.sites.uol.com.br/port_conj_CEI_cantina.htm>. Acesso em: 3 mar, 2011.

SILVA, M.V. A trajetória do Programa de Merenda Escolar (1954 – 1994) e o estado nutricional de crianças brasileiras. *Cadernos de Nutrição*. São Paulo, v.11, p.31-49, 1996.

SILVA, C.C. Cantina Escolar. In: BOCCALETTO, E.M.A.; MENDES, R.T. (Org.). *Alimentação, Atividade Física e Qualidade de Vida dos Escolares do Município de Vinhedo/SP*. 1.ed. São Paulo: IEPS Editorial, 2009, cap. 6, p.47-56.

SCHIMITZ, B.A.S.; RECINE, E.; CARDOSO, G.T. et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.312-322, 2008.

SPINELLI, M.A.S. Alimentação escolar: da centralização à descentralização. 1997. 192 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas UNICAMP, São Paulo, 1997.

SPINELLI, M.A.S.; CANESQUI, A.M. O Programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). *Revista de Nutrição*, Campinas, v.15, n.1, p.105-17, 2002.

SWINBURN, B.; EGGER, G.; RAZA, F. Dissecting Obesogenic Environments: The development and Application of a Framework for Identifying and Prioritizing Environmental Interventions for Obesity. *Preventive Medicine*. v. 29, s.n., p. 563-570, 1999.

STRAUSS, A. CORBIN, J. *Basics of qualitative research_ Grounded theory procedures and techniques*. 2.ed. Londres: Thousand Oaks, 1990. 379 p.

THIOLLENT, M. *Investigação social e enquête operária*. 5. Ed. São Paulo: Polis, 1980, p.15-30.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. Dilemas na promoção da saúde no Brasil:

reflexões em torno da política nacional. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. São Paulo, v.11, n.22, p.223-38, 2007.

TURPIN, M.E. *A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional*. 2008, 160f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

VALENTE, F.L.S. Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada. In: *Direito Humano à Alimentação Adequada: desafios e conquistas*. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.40-43.

VICTORA, C.G.; KNAUTH, D.R.; HASSEN, M.N.A. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136p.

WEDIG, J.C.; MENASCHE, R. Comida e classificações: homens e mulheres em famílias camponesas. *Caderno Espaço Feminino*, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 57-74, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Health promotion evaluation: recommendations to policymakers*. Copenhagen: European Working Group on Health Promotion Evaluation, 1998.

WHO -World Health Organization. *Health promotion glossary*. WHO: Geneve, 1998. Disponível em: <http://www.ldb.org/vl/top/glossary.pdf>. Acesso em: 15 de março. 2011.

WHO. *Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health*. Geneva: WHO, 2004.

WILEY, A. Drink Milk for Fitness: The cultural politics of human biological variation and milk consumption in the United States. *American Anthropologist*, Arlington, v.106, n.3, p. 506-517, 2004.

APÊNDICE A - Listagem dos municípios que compõe cada região do estado do Rio de Janeiro, o número de habitantes e a frequência de participação em atividades da Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar - REANE

Municípios	Habitantes (IBGE)	Participação nas atividades da REANE	Divisão Regional- Segundo critério da UNDIME
Araruama	98 268	3	Litorânea
Armação dos Búzios	24 560	2	Litorânea
Arraial do Cabo	25 248	2	Litorânea
Cabo Frio	162 229	3	Litorânea
Carapebus	10 677	2	Litorânea
Casimiro de Abreu	27 086	4	Litorânea
Conceição de Macabu	19 479	2	Litorânea
Iguaba Grande	19 716	1	Litorânea
Macaé	169 513	4	Litorânea
Maricá	105 294	3	Litorânea
Quissamã	17 376	3	Litorânea
Rio Bonito	51 942	2	Litorânea
Rio das Ostras	74 750	4	Litorânea
São Pedro da Aldeia	75 869	3	Litorânea
Saquarema	62 174	2	Litorânea
Silva Jardim	21 362	1	Litorânea
Belford Roxo	480 555	3	Metropolitana
Duque de Caxias	842 686	4	Metropolitana
Itaboraí	215 792	2	Metropolitana
Japeri	93 197	4	Metropolitana
Magé	232 171	1	Metropolitana
Mesquita	182 495	4	Metropolitana
Nilópolis	153 581	2	Metropolitana
Niterói	474 002	3	Metropolitana
Nova Iguaçu	830 672	4	Metropolitana
Paracambi	42 423	1	Metropolitana
Queimados	130 275	3	Metropolitana
Rio de Janeiro	6 093 472	4	Metropolitana
São Gonçalo	960 631	3	Metropolitana

Municípios	Habitantes (IBGE)	Participação nas atividades da REANE	Divisão Regional- Segundo critério da UNDIME
São João de Meriti	464 282	4	Metropolitana
Tanguá	28 322	3	Metropolitana
Aperibé	8 820	3	Norte/Noroeste Fluminense
Bom Jesus do Itabapoana	33 888	2	Norte/Noroeste Fluminense
Cambuci	14 368	0	Norte/Noroeste Fluminense
Campos dos Goytacazes	426 154	2	Norte/Noroeste Fluminense
Cardoso Moreira	12 206	2	Norte/Noroeste Fluminense
Italva	13 645	2	Norte/Noroeste Fluminense
Itaocara	22 069	2	Norte/Noroeste Fluminense
Itaperuna	92 852	3	Norte/Noroeste Fluminense
Laje do Muriaé	7 769	0	Norte/Noroeste Fluminense
Miracema	26 231	2	Norte/Noroeste Fluminense
Natividade	14 930	0	Norte/Noroeste Fluminense
Porciúncula	17 178	1	Norte/Noroeste Fluminense
Santo Antônio de Pádua	40 145	2	Norte/Noroeste Fluminense
São Fidélis	37 477	4	Norte/Noroeste Fluminense
São Francisco de Itabapoana	44 475	0	Norte/Noroeste Fluminense
São João da Barra	28 889	4	Norte/Noroeste Fluminense
São José de Ubá	6 829	0	Norte/Noroeste Fluminense
Varre-Sai	8 308	3	Norte/Noroeste Fluminense
Areal	11 009	2	Região Serrana
Bom Jardim	24 626	0	Região Serrana
Cachoeiras de Macacu	53 037	2	Região Serrana
Cantagalo	19 799	2	Região Serrana
Carmo	16 690	3	Região Serrana
Cordeiro	18 984	1	Região Serrana
Duas Barras	10 438	3	Região Serrana
Guapimirim	44 692	0	Região Serrana
Macuco	5 246	1	Região Serrana
Nova Friburgo	177 376	2	Região Serrana
Petrópolis	306 645	2	Região Serrana
Santa Maria Madalena	10 409	2	Região Serrana

Municípios	Habitantes (IBGE)	Participação nas atividades da REANE	Divisão Regional- Segundo critério da UNDIME
São José do Vale do Rio Preto	19 439	3	Região Serrana
São Sebastião do Alto	8 616	0	Região Serrana
Sapucaia	16 858	0	Região Serrana
Sumidouro	14 562	1	Região Serrana
Teresópolis	150 268	4	Região Serrana
Trajano de Moraes	9 706	2	Região Serrana
Barra do Piraí	96 282	2	Sudoeste Fluminense
Barra Mansa	175 315	2	Sudoeste Fluminense
Comendador Levy Gasparian	8 322	3	Sudoeste Fluminense
Engenheiro Paulo de Frontin	12 544	2	Sudoeste Fluminense
Itatiaia	31 185	1	Sudoeste Fluminense
Mendes	17 242	3	Sudoeste Fluminense
Miguel Pereira	24 585	4	Sudoeste Fluminense
Paraíba do Sul	39 257	4	Sudoeste Fluminense
Paty do Alferes	25 132	2	Sudoeste Fluminense
Pinheiral	20 885	4	Sudoeste Fluminense
Piraí	24 170	3	Sudoeste Fluminense
Porto Real	14 503	1	Sudoeste Fluminense
Quatis	12 031	4	Sudoeste Fluminense
Resende	118 547	2	Sudoeste Fluminense
Rio Claro	17 216	2	Sudoeste Fluminense
Rio das Flores	8 192	4	Sudoeste Fluminense
Três Rios	72 848	3	Sudoeste Fluminense
Valença	70 850	3	Sudoeste Fluminense
Vassouras	32 495	1	Sudoeste Fluminense
Volta Redonda	255 653	4	Sudoeste Fluminense
Angra dos Reis	148 476	4	Sul Fluminense
Itaguaí	95 356	4	Sul Fluminense
Mangaratiba	29 253	4	Sul Fluminense
Parati	32 838	3	Sul Fluminense
Seropédica	72 466	1	Sul Fluminense

APÊNDICE B- Termo de consentimento livre e esclarecido



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Nutrição



Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde

Declaro, por meio deste termo, que concordo em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto de mestrado intitulado “Concepções sobre alimentação saudável dos gestores e responsáveis técnicos do Programa de Alimentação Escolar (PAE) do estado do Rio de Janeiro” desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fui informado(a) ainda que a pesquisa será realizada por Rute Ramos da Silva Costa com quem poderei entrar em contato a qualquer momento pelo telefone nº (21) 8501-1082 ou e-mail ruteatsoc@gmail.com. Esta pesquisa está sendo orientada pelas professoras Silvia Angela Gugelmin e Luciana Maria Cerqueira Castro, cujos telefones para contato estão relacionados ao pé da página.

Afirmo que aceito participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) que o objetivo desta pesquisa é conhecer as concepções e práticas sobre alimentação saudável dos gestores e responsáveis técnicos que atuam na execução do PNAE nos municípios do Rio de Janeiro.

Fui também esclarecido(a) que as informações obtidas nessa pesquisa serão confidenciais e que o sigilo sobre minha participação está assegurado. As informações fornecidas serão utilizadas para apresentações em congresso, publicações em revistas científicas e dissertação.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização e preenchimento de um questionário sobre o Programa de Alimentação Escolar do município que visa mapear o perfil da Rede de ensino e a dinâmica de execução do programa. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou suas orientadoras.

A pesquisadora me entregou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e informou que posso me recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Caso necessite de algum esclarecimento antes e durante o desenvolvimento da pesquisa ou se sinta prejudicado(a), poderá contatar a pesquisadora ou suas orientadoras. Se houver dificuldade em realizar este contato, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524 - sala 3.018, bloco E, 3º andar, Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone (21) 2334-2180.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____

Assinatura do(a) participante: _____
Assinatura da pesquisadora: _____

Instituto de Nutrição da UERJ. Rua São Francisco Xavier, 524, sala 12.023, Maracanã, Rio de Janeiro, Cep 20.559-900. Telefones: (21) 2334-0722 e 2334-0679

APÊNDICE C- Roteiro da entrevista semi-estruturada

1. Identificação

Profissão, cargo exercido, forma de ingresso, quanto exerce este neste cargo, local onde vive, carga horária de trabalho, titulação (caso tenha feito cursos de pós especificar a área), tempo de formado.

Objetivo: Conhecer o profissional entrevistado e sua relação com o trabalho.

Quadro técnico: Quais são os profissionais envolvidos na coordenação e execução do PNAE e as atribuições de cada um?

Objetivo: Saber se a equipe que atua na execução do programa tem condições de apoiar o RT em atividades que vão além das questões administrativas.

2. PNAE

- Quais são suas atribuições dentro do PNAE?
- Qual é a sua opinião sobre o programa de alimentação escolar de seu município?
- Houve alterações no Programa nos últimos 5 anos? Quais?
- Houve avanços? Quais?
- Existem desafios a serem superados? Quais?
- O que ainda precisa ser feito?

3. Alimentação Oferecida

- Quais as qualidades/ características marcantes desta(s) refeição (ões)?
- Quais são os obstáculos/ entraves para a oferta da alimentação?

4. Prática

- Que ações de alimentação saudável e/ou de educação nutricional são promovidas no PNAE de seu município?

Quais as dificuldades encontradas na execução destas atividades?

Objetivos (2, 3 e 4): Identificar as ações promovidas e as possibilidades e dificuldades encontradas na realização destas atividades.

5. Conceito

- O que você entende por alimentação saudável?
 - Para você, o que é promoção da alimentação saudável?
- Em sua opinião, existe relação entre alimentação saudável e o PNAE? Caso sim qual? Caso não por quê?

Objetivo: Conhecer a concepção dos entrevistados sobre alimentação saudável.

6. Lei 11.947

- Você conhece a lei 11.947 de 16 de junho de 2009? Qual sua opinião sobre ela?
- Em sua opinião, existe relação entre a nova lei e a alimentação saudável? Caso sim qual? Caso não por quê? Transporte.